

Agustín Arosteguy

TERRITÓRIO E EXPERIÊNCIAS CULTURAIS:
apropriações do lazer em dois “Pontos de Cultura” de Belo Horizonte/MG

Belo Horizonte

Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG

Julho 2018

Agustín Arosteguy

TERRITÓRIO E EXPERIÊNCIAS CULTURAIS:

apropriações do lazer em dois “Pontos de Cultura” de Belo Horizonte/MG

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito final para a obtenção do título de Doutor.

Linha de pesquisa: Identidade, sociabilidade e práticas de lazer

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Christianne Luce Gomes

Belo Horizonte

Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG

Julho 2018

A769t Arosteguy, Agustín
2018 Território e Experiências Culturais: Apropriações do Lazer em dois
"Pontos de Cultura" de Belo Horizonte/MG. [manuscrito] / Agustín Arosteguy
– 2018.
187 f., enc.: il.

Orientadora: Christianne Luce Gomes

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de
Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional.

Bibliografia: f. 164-181

1. Lazer – Aspectos sociais – Teses. 2. Espaço urbano – Teses. 3. Belo
Horizonte (MG)– Teses. I. Gomes, Christianne Luce. II. Universidade Federal
de Minas Gerais. Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia
Ocupacional. III. Título.

CDU: 379.8

Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário Danilo Francisco de Souza Lage, CRB 6: nº 3132,
da Biblioteca da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG.



ATA DA 38ª DEFESA DE TESE DE DOUTORADO

AGUSTÍN AROSTEGUY

Às 14h00min do dia 31 de julho de 2018 reuniu-se na Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG a Comissão Examinadora de Tese, indicada pelo Colegiado do Programa para julgar, em exame final, o trabalho "Território e Experiências Culturais: Apropriações do Lazer em dois "Pontos de Cultura" de Belo Horizonte/MG", requisito final para a obtenção do Grau de Doutor em Estudos do Lazer. Abrindo a sessão, a Presidenta da Comissão, Profa. Dra. Profa. Dra. Christianne Luce Gomes, após dar a conhecer aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra para o candidato, para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores, com a respectiva defesa do candidato. Logo após, a Comissão se reuniu, sem a presença do candidato e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Foram atribuídas as seguintes indicações:

Membros da Banca Examinadora	Aprovado	Reprovado
Profa. Dra. Christianne Luce Gomes (Orientadora)	X	
Prof. Dr. Jose Alfredo Oliveira Debortoli (UFMG)	X	
Prof. Dr. José Márcio Pinto de Moura Barros (UEMG)	X	
Prof. Dr. Gilmar Mascarenhas de Jesus (UERJ)	X	
Profa. Dra. Olívia Cristina Ferreira Ribeiro (UNICAMP)	X	

Após as indicações o candidato foi considerado: Aprovado

O **resultado final** foi comunicado publicamente, para o candidato pela Presidenta da Comissão. Nada mais havendo a tratar a Presidenta encerrou a reunião e lavrou a presente ATA que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.

Belo Horizonte, 31 de julho de 2018.

Profa. Dra. Christianne Luce Gomes

Christianne Luce Gomes

Prof. Dr. Jose Alfredo Oliveira Debortoli

Jose Alfredo Oliveira Debortoli

Prof. Dr. José Márcio Pinto de Moura Barros

Prof. Dr. Gilmar Mascarenhas de Jesus

Profa. Dra. Olívia Cristina Ferreira Ribeiro

[Handwritten signatures of Prof. Dr. José Márcio Pinto de Moura Barros, Prof. Dr. Gilmar Mascarenhas de Jesus, and Profa. Dra. Olívia Cristina Ferreira Ribeiro]

A Belo Horizonte e seus bairros,
e a partir daí a todas as cidades que se inventam.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, quero agradecer à minha companheira da vida, Fabiana, por fazer cada dia especial e único. Aos meus pais, Graciela e Julio, pelo amor, apoio e acompanhamento à distância. À minha cunhada e ao meu concunhado, Nanda e Caio, pelos momentos cheios de trocas, risadas e afeto. Aos meus sogros, Josefa e Barnabé, pela paciência e acolhimento.

À minha querida orientadora Christianne, ou simplesmente Chris, por sua generosidade e paciência infinitas, sua parceria, companheirismo, conselhos e disposição. Foi muito importante contar com sua orientação ao longo desse período tão complexo e demandante. E em especial quero lhe agradecer por ter aberto as portas da sua casa no período de finalização da tese.

À gente querida que encontrei nos dois pontos de cultura, Casa do Beco e Grupo Luna, em particular a Nil César, Mestre Primo e Cássia, por me receberem abertamente, pelas conversas e por compartilharem todo o conhecimento de vida. E principalmente por permitirem que eu fizesse parte desses sonhos.

Aos colegas do Grupo LUCE, pelos momentos de convívio, troca e intercâmbio, que ajudaram muito na construção da tese.

À FAPEMIG, tanto pela bolsa de doutorado quanto pela bolsa de “doutorado sanduiche”, que me proporcionou a experiência de intercâmbio em The Center for Place, Culture and Politics da City University of New York. Agradeço à professora Mary Taylor pelas conversas e sugestões e ao professor David Harvey pela carta que fez esta experiência possível.

Aos professores José Alfredo Debortoli e José Márcio Barros, por seus olhares e contribuições na qualificação, que me fizeram refletir e reorganizar a pesquisa.

À banca de defesa por ter aceito o convite e disponibilizado o tempo para ler e avaliar esta tese. Estou certo de que suas opiniões enriquecerão esta tese. Aos membros titulares, aos professores: Gilmar Mascarenhas, José Alfredo Debortoli, José Márcio Barros e Olívia Cristina Ferreira Ribeiro. Aos suplentes, professores Dimas Antônio de Souza e Walter Ude.

Por último, minha gratidão ao cosmos por conspirar, o tempo todo, a meu favor.

*A utopia deve ser construída a partir das possibilidades,
a partir do que já existe como germe e,
por isso, se apresenta como algo factível.*

Milton Santos

RESUMO

O objetivo desta pesquisa de doutorado é compreender as articulações entre território, cultura e lazer no espaço urbano de Belo Horizonte por meio das apropriações do lazer que efetuam as pessoas que atuam em dois pontos de cultura. Através disso, busca-se entender os vínculos simbólico-afetivos que essas pessoas estabelecem com o lugar em que vivem, considerando os seguintes aspectos: Identidades do território, Atividades de lazer, Memória coletiva e Sentido de lugar. O marco teórico contempla fundamentos advindos da abordagem simbólico-afetiva do território (TUAN, 2012; HAESBAERT, 1997, 1999), da concepção da cultura em relação com a sua dimensão espacial (CLAVAL, 2007) e do entendimento do lazer como necessidade humana e dimensão da cultura (GOMES, 2014). Esta pesquisa, de abordagem qualitativa, contou com estudo bibliográfico-documental e investigação empírica. O *lócus* de investigação foi constituído por duas associações reconhecidas como “pontos de cultura” da cidade de Belo Horizonte: a Casa do Beco e o Grupo Luna, respectivamente situados no Morro do Papagaio e no bairro Saudade, territórios marcados por vulnerabilidade social no contexto urbano da capital mineira. A política cultural pública Pontos de Cultura/Cultura Viva foi implementada em 2004 e, embora tenha enfrentado mudanças e vicissitudes políticas, continua vigente. A pesquisa de campo contou com observação participante e entrevistas semiestruturadas com 12 pessoas: quatro em cada uma das associações culturais estudadas, duas na Secretaria de Estado de Cultura e duas na Sede Regional do Ministério da Cultura. Os resultados da pesquisa evidenciaram que as práticas de lazer desenvolvidas pelos pontos de cultura estudados optam por atender demandas da comunidade relacionadas com a história e a memória coletiva de cada bairro. Tais práticas incitam a configuração de vínculos afetivos com o território em termos de identificação, representatividade e pertencimento a partir da construção do sentido de lugar. Lugar esse que comporta muito mais que o mero sentido geográfico de localização, pois se refere aos sentidos nele projetados pelas pessoas, que por sua vez constroem suas identidades de modo dialético. Dessa forma, o espaço vivido é um emaranhado de paisagens composto por inúmeros lugares que permeiam e atravessam o cotidiano dos indivíduos. Entretanto, cada pessoa se identifica mais com uns lugares do que com outros e, a partir daí, estabelece uma relação de reconhecimento que faz com que assimile e incorpore seu conteúdo simbólico-afetivo. Foi constatado, ainda, que a escolha do território representa uma decisão afetiva e simbólica que vai além do trabalho e do aspecto meramente econômico e prioriza questões como a transformação social através da cultura, o contato humano, a proteção e o cuidado inter-humano.

Palavras-chave: Lazer. Território. Pontos de Cultura. Identidade. Sentido de lugar.

ABSTRACT

The objective of this doctoral research is to understand the articulations between territory, culture and leisure in the urban space of Belo Horizonte through the appropriations of the leisure that make the people that act in two points of culture. Through this, it seeks to understand the symbolic-affective bonds that these people establish with the place in which they live in, considering the following aspects: Identities of the territory, Leisure activities, Collective memory and Sense of place. The theoretical framework contemplates the foundations derived from the symbolic-affective approach of the territory (TUAN, 2012; HAESBAERT, 1997, 1999), the conception of culture in relation to its spatial dimension (CLAVAL, 2007) and the dimension of culture (GOMES, 2014). This research, with a qualitative approach, counted on bibliographic-documentary study and empirical investigation. The research area consisted of two associations recognized as "culture points" of the city of Belo Horizonte: Casa do Beco and Grupo Luna, respectively located in Morro do Papagaio and in the neighborhood Saudade, territories marked by social vulnerability in the urban context of the capital of Minas Gerais. The public cultural policy Pontos de Cultura / Cultura Viva was implemented in 2004 and, although it has faced changes and political vicissitudes, it is still in force. Field research included participant observation and semi-structured interviews with 12 people, four in each of the cultural associations studied, two in the State Secretariat of Culture and two in the Regional Office of the Ministry of Culture. The research results showed that the leisure practices developed by the studied culture points choose to meet community demands related to the history and collective memory of each neighborhood. Such practices encourage the configuration of affective ties with the territory in terms of identification, representativeness and belonging from the construction of the sense of place. This place carries much more than the mere geographical sense of location, because it refers to the senses projected by the people, who also construct their identities dialectically. In this way, the lived space is a tangle of landscapes composed of innumerable places that permeate and cross the daily life of individuals. However, each person identifies more with some places than with others, and, from there, establishes a relationship of recognition that causes it to assimilate and incorporate its symbolic-affective content. It was also observed that the choice of territory represents an affective and symbolic decision that goes beyond work and the merely economic aspect, prioritizing issues such as social transformation through culture, human contact, protection and interhuman care.

Keywords: Leisure. Territory. Points of culture. Identity. Sense of place.

RESUMEN

El objetivo de esta investigación de doctorado es comprender las articulaciones entre territorio, cultura y ocio en el espacio urbano de Belo Horizonte por medio de las apropiaciones del ocio que efectúan las personas que actúan en dos puntos de cultura. A través de ello, buscarse entender los vínculos simbólico-afectivos que esas personas establecen con el lugar en que viven, considerando los siguientes aspectos: Identidades objetiva y subjetiva del territorio, Actividades de ocio, Memoria colectiva y Sentido de lugar. El marco teórico contempla fundamentos provenientes del abordaje simbólico-afectivo del territorio (TUAN, 2012, HAESBAERT, 1997, 1999), de la concepción de la cultura en relación con su dimensión espacial (CLAVAL, 2007) y del entendimiento del ocio como necesidad humana y dimensión de la cultura (GOMES, 2014). Esta investigación, de abordaje cualitativo, contó con estudio bibliográfico-documental e investigación empírica. El *locus* de investigación fue constituido por dos asociaciones reconocidas como "puntos de cultura" de la ciudad de Belo Horizonte: la Casa del Beco y el Grupo Luna, respectivamente situados en el Morro do Papagaio y en el barrio Saudade, territorios marcados por vulnerabilidad social en el contexto urbano de la capital minera. La política cultural pública Puntos de Cultura / Cultura Viva fue implementada en 2004 y, aunque ha enfrentado cambios y vicisitudes políticas, sigue vigente. La investigación de campo contó con observación participante y entrevistas semiestructuradas con 12 personas: cuatro en cada una de las asociaciones culturales estudiadas, dos en la Secretaría de Estado de Cultura y dos en la Sede Regional del Ministerio de Cultura. Los resultados de la investigación evidenciaron que las prácticas de ocio desarrolladas por los puntos de cultura estudiados optan por atender demandas de la comunidad relacionadas con la historia y la memoria colectiva de cada barrio. Tales prácticas incitan a la configuración de vínculos afectivos con el territorio en términos de identificación, representatividad y pertenencia a partir de la construcción del sentido de lugar. El lugar que comporta mucho más que el mero sentido geográfico de localización, pues se refiere a los sentidos en él proyectados por las personas, que también construyen sus identidades de modo dialéctico. De esta forma, el espacio vivido es un enmarañado de paisajes compuesto por innumerables lugares que permean y atraviesan el cotidiano de los individuos. Sin embargo, cada persona se identifica más con unos lugares que con otros, y, a partir de ahí, establece una relación de reconocimiento que hace que asimile e incorpore su contenido simbólico-afectivo. Se constató, además, que la elección del territorio representa una decisión afectiva y simbólica que va más allá del trabajo y del aspecto meramente económico, priorizando cuestiones como la transformación social a través de la cultura, el contacto humano, la protección y el cuidado interhumano.

Palabras-clave: Ocio. Territorio. Puntos de Cultura. Identidad. Sentido de lugar.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Indicadores e Parâmetros definidos por Marcelo Matos.....	27
Quadro 2 – Etapas e Objetivos na pesquisa de campo.....	44
Quadro 3 – As duas dimensões do território.....	56
Figura 1 – Localização dos pontos de cultura em Belo Horizonte.....	78
Figura 2 – Distribuição dos pontos de cultura no Estado de Minas Gerais.....	108
Figura 3 – Localização dos dois pontos de cultura pesquisados.....	113
Figura 4 – As regionais de Belo Horizonte.....	132
Figura 5 – Localização do bairro Saudade na regional leste de Belo Horizonte.....	133
Figura 6 – Localização do bairro Morro do Papagaio na regional centro-sul de Belo Horizonte.....	134

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACAP-BH	Associação Cultural do Arquivo Público de Belo Horizonte
APCBH	Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte
BH/BHZ	Belo Horizonte
BRIC	Brasil, Rússia, Índia e China
CAC	Centro de Apoio Comunitário
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CIA	Companhia
CIAME	Centro de Integração ao Menor e Adolescentes
COEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CV	Cultura Viva
EBA	Escola de Belas Artes
EEFFTO	Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional
ES	Espírito Santo
FCS	Fundação Clóvis Salgado
FUNARTE	Fundação Nacional de Artes
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IES	Instituição de Ensino Superior
IHAC	Instituto de Humanidades, Artes e Ciências
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
MEI	Microempreendedor Individual
MinC	Ministério da Cultura
MJ	Ministério de Justiça
MUQUIFU	Museu dos Quilombos e Favelas Urbanos
NUREG	Núcleo de Estudos sobre Regionalização e Globalização
ODC	Observatório da Diversidade Cultural
ONGs	Organizações Não Governamentais
PAIF	Proteção e Atendimento Integral à Família

PIB	Produto Interno Bruto
PNCV	Política Nacional de Cultura Viva
PR	Paraná
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partidos dos Trabalhadores
PUC Minas	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
SCC	Secretaria de Cidadania Cultural
SCDC	Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural
SEC	Secretaria de Estado de Cultura
SEGIB	Secretaría General Iberoamericana
SEPLAG	Secretaria de Planejamento e Gestão
SICONV	Sistema de Convênios
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TCC	Termo de Compromisso Cultural
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TICs	Tecnologias da Informação e Comunicação
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UEMG	Universidade do Estado de Minas Gerais
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
2 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DO TEMA INVESTIGADO	30
3 OBJETIVO	37
4 PROPOSTA METODOLÓGICA	38
4.1 <i>Lócus</i> de investigação: Os pontos de cultura “Casa do Beco” e “Grupo Luna”	39
4.2 Pesquisa bibliográfica e documental	41
4.3 Pesquisa de campo e coleta de informações	43
4.4 Análise dos dados	47
5 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: NA INTERFACE ENTRE TERRITÓRIO, CULTURA E LAZER	51
5.1 Território e Cultura	52
5.2 Território e Identidade	56
5.3 Território e Lazer	58
5.3.1 Por um lazer ligado ao território	59
5.3.2 Problematização do lazer no contexto cultural hegemônico	62
5.3.3 Lazer e a Revolução Digital e da Informação – A era do Capitalismo Cognitivo	65
6 PONTO DE CULTURA, O CAMPO INVESTIGADO	71
6.1 Política de caráter comunitário	90
7 OS PONTOS DE CULTURA EM MINAS GERAIS E BELO HORIZONTE: APRESENTAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS ESTUDADAS	101
7.1 Os pontos de cultura pesquisados	108
8 TERRITÓRIO, CULTURA E LAZER NOS PONTOS DE CULTURA ANALISADOS: DISCURSOS, PRÁTICAS E PERCEPÇÕES	113
8.1 Os sujeitos entrevistados na pesquisa	115
8.1.1 Gestoras públicas entrevistadas	115
8.1.2 Entrevistados da Casa do Beco	116
8.1.3 Entrevistados do Grupo Luna	123
8.2 Os bastidores de uma política cultural pública	126
8.3 As categorias de análise	129
8.3.1 Aspectos objetivos da identidade dos dois bairros	129
8.3.2 Aspectos subjetivos da identidade dos dois bairros	134
8.3.3 Atividades de lazer	136
8.3.4 Memória coletiva	142
8.3.5 Sentido de lugar	148

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	155
REFERÊNCIAS.....	162
APÊNDICES	180

1 INTRODUÇÃO

Esta investigação surgiu do interesse em articular as temáticas território, cultura e lazer no contexto urbano, com o intuito de perceber e compreender como acontecem as experiências culturais no território da cidade. Entende-se que essa articulação se encontra pouco explorada, a despeito de alguns programas brasileiros de mestrado e doutorado em Geografia já estarem propondo linhas de pesquisa nessa direção.

Embora a cultura seja um conceito complexo, que tem inúmeras acepções e depende de cada momento histórico e social, serão delineados alguns aspectos singulares com o intuito de entendê-la, em especial, numa perspectiva geográfica. Como o nosso interesse é articular a dimensão cultural com a espacial, pretendemos criar um diálogo entre ambas, a fim de estabelecer influências e intercâmbios recíprocos.

Como lembra Claval (2007), para a Geografia, a cultura é um elemento crucial a fim de se compreender a maneira pela qual as sociedades se organizam no espaço. Nessa direção, apresentamos seis aspectos da cultura, extraídos de seu livro mais emblemático, intitulado *A geografia cultural*:

- 1) A cultura como uma mediação entre os homens e a natureza, enquanto conjunto de artefatos, do know-how e dos conhecimentos através dos quais os homens mediatizam suas relações com o meio natural;
- 2) A cultura enquanto herança que resulta do jogo da comunicação. Nesse aspecto a cultura aparece como a educação que receberam os indivíduos e os grupos (herança) e memória coletiva que identifica os diferentes grupos sociais;
- 3) A cultura como uma construção que permite aos indivíduos e aos grupos se projetarem no futuro. As culturas são realidades mutáveis e se moldam conforme às suas preferências e às suas aspirações. Portanto, essa ideia de cultura não é vivenciada de modo passivo, na medida em que interioriza certos aspectos e rejeita outros;
- 4) A cultura enquanto um elemento que se articula no discurso e se realiza na representação. Significa que a cultura carrega uma dimensão simbólica. As práticas que modelam o espaço ou que são desenvolvidas no sentido de utilizá-lo misturam estreitamente o ato, a representação e o dizer. Elas visam ao mesmo tempo o ambiente material e o circuito social. A cultura é constituída de realidades e signos que foram inventados para descrevê-la, dominá-la e verbalizá-la.
- 5) A cultura como um fator essencial de diferenciação social pela qual cada um se impregna da cultura do grupo onde vive. Dessa forma, a cultura é um

dos fatores essenciais de diferenciação das situações sociais e do status que é reconhecido a cada um. Assim, nas sociedades complexas, nem todos compartilham da mesma herança: existe um modelo aceito por muitos e cuja ascendência é tal que é reconhecido pela maioria da população – chamado dominante –, mas este é contrabalançado pelas dissidências, pelas contraculturas e pelos movimentos de revolta;

6) A paisagem como objeto privilegiado dos trabalhos de Geografia Cultural, que carrega a marca da cultura e serve-lhe de matriz. A paisagem traz a marca da atividade produtiva dos homens e de seus esforços para habitar o mundo, adaptando-o às suas necessidades. Ao mesmo tempo, é também uma das matrizes da cultura, assimilando novos conhecimentos, atitudes e valores (CLAVAL, 2007, p. 12-15).

Com esses aspectos, constata-se a abrangência do conceito de cultura e evidencia-se a possibilidade de sua abordagem por muitas disciplinas mediante diferentes pontos de vista. Dessa forma, o geógrafo francês deixa clara a importância da cultura em todos os âmbitos do ser humano e frisa o papel crucial da geografia humana na investigação da maneira pela qual os seres humanos se situam no território, as práticas e labores que eles efetuam e visa explicar as diversas relações que os grupos estabelecem no espaço: seja para modificá-lo, para adequá-lo à sua conveniência ou para explorá-lo. Além disso, a Geografia se interessa pela compreensão dos vínculos que os sujeitos criam entre si e pelo modo como constituem a sociedade em que vivem, envolvendo-se na sua ordenação e na identificação com o território em que habitam ou com que sonham (CLAVAL, 2007).

Adotando como ponto de partida a proposta de Claval, indaga-se: como esses aspectos e/ou experiências culturais se refletem no território?

Território é um conceito central na Geografia e, como nesta pesquisa buscamos explorar a dimensão mais subjetiva do território, atrelada ao simbólico e ao afetivo, coadunamos com a definição de Levon Boligian e Rosangela Doin de Almeida, que define:

Território é o espaço das experiências vividas, onde as relações entre os atores, e destes com a natureza, são relações permeadas pelos sentimentos e pelos simbolismos atribuídos aos lugares. São espaços apropriados por meio de práticas que lhes garantem uma certa identidade social/cultural (BOLIGIAN e ALMEIDA, 2003, p. 241).

Esse conceito de território é decorrente da renovação da Geografia Cultural, um movimento empreendido após a década de 1970 e que teve como principais protagonistas Augustin Berque (1998), Denis Cosgrove (1998) e o próprio Paul Claval (2007). Tal conceito dialoga com a compreensão de Rogério Haesbaert, que aliás foi

aluno de Augustin Berque durante a “bolsa sanduíche¹” em 1992. Para esse autor, o território é uma conjunção de três dimensões que precisam ser consideradas quando se trata de território:

a) Jurídico-política, que considera que é um espaço delimitado e controlado sobre/por meio do qual se exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal; b) Culturalista, que o entende como produto fundamentalmente da apropriação do espaço feita através do imaginário e/ou da identidade social; e c) Econômica, na qual a (des)territorialização é vista como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho (HAESBAERT e LIMONAD, 2007, p. 45).

Uma contribuição importante dessa renovação foi a inclusão de dois aspectos até então não considerados nos estudos da Geografia Cultural Tradicional: o funcional e o simbólico. Nessa direção, Corrêa e Rosendahl explicam:

Se antes da renovação da Geografia Cultural, a paisagem tinha uma dimensão *morfológica*, ou seja, era vista como um conjunto de *formas* criadas pela ação da natureza e pela ação humana, e também apresentava uma dimensão *espacial* e uma dimensão *histórica*, enquanto produto da ação humana em certa área ao longo do tempo; hoje este conceito inclui uma dimensão *funcional*, isto é, apresenta relações entre suas diversas partes e, ainda, uma dimensão *simbólica*, na medida em que é portadora de significados que expressam valores, crenças, mitos e utopias (CORRÊA e ROSENDAHL, 1998, p. 7-8).

Dessa forma, Claval (2007) relata que a Nova Geografia Cultural começou a ter uma preocupação mais ampla com a sociedade, com sua economia e política e, como consequência disso, enveredou por caminhos com um viés mais humanista, como o papel das representações religiosas, o sentido dos lugares e a importância do vivido. A partir disso a ideia de lugar começa a ser entendida como a parcela do espaço “que traz consigo uma história, uma identidade, e isso mostra como os aspectos subjetivos ganham forma na nova abordagem da Geografia Cultural” (OLIVEIRA, 2004, p. 43).

Em relação à subjetividade vislumbrada no território é que buscamos aprofundar esse caminho a partir dos aportes efetuados por dois geógrafos humanistas: Yi-Fu Tuan, e sua teoria topofilica (2012) na qual o ser humano constrói uma ligação afetiva com o lugar, e Rogério Haesbaert (2007), com seu entendimento

¹ É um programa de bolsa de estudo no qual o estudante tem a chance de fazer parte (de alguns meses a um ano) do seu curso de doutorado em outra instituição brasileira ou internacional: <https://www.hotcourses.com.br/study-abroad-info/subject-info/o-que-e-doutorado-sanduiche/>. Acesso em 10 jun. 2018.

de que o território desdobra-se nas dimensões simbólica² e funcional e de que o território possui uma identidade (HAESBAERT, 1999).

Entendemos, então, que a ligação entre o território e o indivíduo não é o resultado de uma relação unívoca, mas compreende um vínculo dialético baseado na história de vida do sujeito, como ele interage com as outras pessoas, como o grupo social do qual faz parte se organiza no espaço geográfico e como ele, indivíduo e integrante de um coletivo, estabelece os sentimentos de identificação, representação e pertencimento com o território. E é justamente aqui, nessa interface, que consideramos que o lazer se manifesta.

A primeira questão a se considerar é: o conceito de lazer engloba o de cultura (CUENCA, 2004, 2009), ou esta abarcaria o lazer (GOMES, 2014). Na visão de Manuel Cuenca e do *Instituto de Estudios del Ocio*, o lazer (que aqui será tratado como sinônimo de *ocio*, em castelhano) remonta a Aristóteles e ao termo grego *skholé*, aludindo à “atividade humana não utilitária, em que a alma consegue sua mais alta e específica nobreza” (CUENCA, 2009, p. 17). Desse modo, o lazer é definido como “*una experiencia humana integral, es decir, total, compleja (direccional y multidimensional), centrada en actuaciones queridas (libres, satisfactorias), autotélicas (con un fin en sí mismas) y personales (con implicaciones individuales y sociales)*” (CUENCA, 2014, p. 28).

Para o autor espanhol, o conceito de *ocio* encontra-se baseado em três pilares:

1) *Libertad: la vivencia del ocio está relacionada necesariamente con la falta de obligatoriedad, con la voluntad de querer hacer algo y la satisfacción que experimentamos al realizarlo*; 2) *fin en sí mismo (autotelismo): el ocio, entendido en su sentido más puro, busca la realización de algo sin pretender otra cosa a cambio de la acción*; e 3) *autorrealización: el ocio es un proceso dinámico, que crea un ámbito de mejora relacionada con el conocimiento, las habilidades y la toma de conciencia respecto a sí mismo y los otros* (CUENCA, 2009, p. 67-74).

Esse conjunto de ideias difundidas pelo *Instituto de Estudios de Ocio* remetem, de alguma forma, à tradição clássica de lazer, atualizada e defendida por autores como Sebastian de Grazia (1966), Joffre Dumazedier (1964, 1980, 1994), Pierre Laine (1970) e Erich Weber (1969). No nosso entender, essa definição reforça a ideia de que o lazer é idílico e isolado, já que permite ao ser humano um desenvolvimento que

² Território simbólico é um conceito cunhado pelo geógrafo brasileiro Rogério Haesbaert: “[...] territórios de um caráter particular, especial, cuja significação extrapola em muito seus limites físicos e sua utilização material” (1997, p. 24).

o eleva como pessoa e indivíduo social. Sob essa ótica, entende-se o lazer como um compartimento estanque, desconexo das outras esferas da vida — profissional, familiar, social, religiosa, política —, em lugar de enxergá-lo como um fenômeno socialmente dinâmico que estabelece com diferentes esferas da vida social (o trabalho, a família, a educação, a política, etc.) uma relação dialética (GOMES, 2004). Nessa direção, compreendemos que o lazer faz parte da dimensão simbólica e, portanto, subjetiva, através da qual as pessoas vivenciam e experimentam práticas das diversas manifestações culturais em um tempo e espaço social (GOMES, 2011, 2014).

Nessa linha de interpretação, gostaríamos de ressaltar o aspecto espacial, especificamente em relação ao componente simbólico, trabalhado por Haesbaert (1997, 1999, 2007), e a ligação do afeto com o espaço ou o “amor ao lugar”, cunhado por Tuan (2012, p. 11). Nesse contexto, pretendemos investigar como as pessoas, por meio de suas apropriações de lazer, se conectam simbólica e afetivamente com o território. Aqui, é pertinente trazer as palavras de Fernando Mascarenhas (2001), quando esclarece que o lazer deve constituir um espaço de organização da cultura. Relembrando Claval (2007), quando adjudica à cultura o papel primordial para compreender a maneira pela qual as sociedades se organizam no espaço, e entendendo o lazer como uma dimensão da cultura, acreditamos que também o lazer pode nos outorgar informação sobre como os grupos sociais se relacionam com o território de uma forma dialética.

Uma segunda questão a ser discutida é a relação do lazer com o parâmetro territorial. Ao invés de enfatizar apenas o aspecto temporal, almejamos ampliar a discussão para outros âmbitos que nos permitam pensar e refletir sobre o lazer a partir do território. Dessa forma, entendemos que o lazer não é uma prática exclusiva do tempo de não trabalho ou oposta a ele: descansos, passatempos e férias, noções introduzidas por Dumazedier (1978). Lógica dicotômica que na visão de Christianne Gomes:

[...] invisibiliza outras formas de perceber e interpretar as múltiplas realidades sociais coexistentes no mundo, cerceando as possibilidades de que o lazer seja compreendido, problematizado e pesquisado em distintos contextos socioculturais que apresentam particularidades e diversidades necessárias de serem reconhecidas. Nesse sentido, torna-se fundamental problematizar o entendimento hegemônico de lazer como contraponto do trabalho (2014, p. 7).

Ainda sobre a importância de relativizar a categoria tempo em relação à categoria espaço, Santos (2012, p. 204) explica que para estudar um grupo social há que considerar as duas categorias, já que “cada vez que o uso social do tempo muda, a organização do espaço muda igualmente”. Para o autor, ambas são inseparáveis, ou seja, uma não pode ser explicada nem entendida sem a outra. Em decorrência disso, então, concordamos com Gomes (2014, p. 16-17), quando salienta:

[...] o lazer pode aguçar as sensibilidades (sensibilidade que está relacionada ao plano sensorial, mas que deve ser também sensibilidade afetiva e não somente racional, artística, estética, ética, social, política, ecológica, etc.) e estimular as pessoas a refletir sobre as particularidades que marcam cada contexto.

Com essa ideia em mente, buscamos aproximações com a geografia com o intuito de propor diálogos que permitam refletir e aprofundar conhecimentos sobre a articulação entre território, cultura e lazer.

Nessa direção, a pesquisa de doutorado de Marcelo Matos (2010) é uma contribuição interessante. Embora a tese desse autor tenha sido desenvolvida em uma área mais próxima à cartografia social³, mais técnica, procura ir além da avaliação dos aspectos formais do território. Dessa maneira, o autor contempla componentes subjetivos, ligados às questões mais delicadas e sutis que dizem respeito à interação das pessoas com o lugar que habitam. O propósito de Matos (2010) era conhecer a maneira como os habitantes da zona costeira da Ilha de Paquetá enxergavam, a partir da percepção, interpretação e valoração, o ambiente em que viviam em relação a diversos interesses (públicos e privados). A pesquisa aborda o modo como esses habitantes buscavam usufruir, explorar, administrar e preservar os recursos naturais em seu território. O autor queria averiguar quais eram os setores da ilha mais vulneráveis ou potencialmente mais propensos a derrames de óleo, segundo a memória afetiva de seus habitantes. Assim, o geógrafo carioca elaborou um conjunto de critérios que ajudaram na “identificação daqueles locais de maior repercussão ou mais relevantes em termos afetivos e emotivos para os seus habitantes” (2010, p. 35).

³ “La cartografía social es una propuesta conceptual y metodológica que permite construir un conocimiento integral de un territorio, utilizando elementos técnicos y vivenciales”. [...] “es una herramienta que sirve para construir conocimiento de manera colectiva; es un acercamiento de la comunidad a su espacio geográfico, socio-económico, histórico-cultural” (HERRERA, 2008, p. 3).

[...] cada lugar possui uma essência própria, uma sensibilidade, que o torna atraente e passível de sentimentos, que podem se mostrar topofílicos ou topofóbicos aos habitantes e/ou freqüentadores daqueles lugares. Não deixamos de considerar que muitas vezes essa essência ou sensibilidade pode ser construída/produzida socialmente para fins políticos ou lucrativos, porém buscamos evitar qualquer tipo de julgamento em relação ao poder de atração que determinados lugares da área estudada exerciam sobre as pessoas (MATOS, 2010, p. 18-19).

Em seu trabalho, Matos (2010) sistematiza cinco indicadores: importância histórica, atividade econômica, local de lazer, memória coletiva e sentido de lugar. Segundo o autor, a importância histórica constitui um indicador relevante para a análise objetiva e subjetiva de um determinado local. De acordo com suas palavras, “o valor histórico como indicador ambiental procura dar um peso maior à história do lugar, considerando a importância disso para a manutenção de sua identidade territorial e, conseqüentemente, da força do lugar” (MATOS, 2010, p. 81).

As atividades econômicas desenvolvidas em um determinado local são indicadores a serem considerados quando se pretende valorar um ambiente. Afinal, “elas imprimem dinâmica ao lugar, mantendo uma forte ligação das pessoas que ali trabalham com esse espaço, visto como fonte de sustento” (*Idem*).

Já os locais de lazer são espaços que promovem atividades através das quais as pessoas se conectam de maneira espontânea e horizontal entre si e com sua cidade e, além disso, criam “um mosaico de lembranças na memória das pessoas frequentadoras do local” (MATOS, 2010, p. 84). Segundo o autor, a relevância deste indicador “envolve relações íntimas dos habitantes com os espaços públicos, interesse turístico e da mídia nestes lugares, mais as lembranças e recordações de momentos felizes de muitas pessoas que já passaram por estes mesmos lugares” (*Idem*).

Esses espaços podem ser tanto formais como informais, ou seja, incluem desde centros culturais municipais até espaços ou agentes que atuem em casas particulares e que não possuam uma estrutura formal e reconhecida do ponto de vista legal/jurídico. Como parâmetros possíveis para esse indicador, podem-se considerar todas as atividades e espaços que estejam, de alguma forma, vinculados ao lazer e à cultura em sentido amplo. Dentre eles, podemos listar: centros culturais municipais e particulares, Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), museus, projetos culturais e sociais, bibliotecas municipais, clubes de futebol, shows, festivais e escolas que possuam atividades de lazer.

Memória coletiva, por sua vez, representa o conjunto de memórias individuais que cada pessoa tem e mantém do espaço no qual reside. Ou seja, elas fazem parte do passado, mas, ao habitar o mesmo lugar no presente, ainda é possível estar em contato com elas. Assim, a memória coletiva tem um caráter individual e de alguma maneira, segundo Halbwachs (2006), a memória individual é um ponto de vista da memória coletiva:

Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco e em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem (2006, p. 30).

Em relação a esse ponto, é importante assinalar duas questões. A primeira é que “não há memória coletiva que não aconteça em um contexto espacial” (HALBWACHS, 2006, p. 170) e a segunda é que ela não é simplesmente uma somatória ou acumulação de memórias individuais, “é um conjunto de lembranças construídas socialmente” (MATOS, 2010, p. 88). Assim, através dela, buscamos identificar que setores e locais (ruas, casas, prédios, paisagens, praças, etc.) dentro do bairro fazem parte da memória das pessoas e, por sua vez, ver se esses elementos estão presentes na atualidade ou não. Cada local corresponde a cenários subjetivos importantes do passado, que se repetem (coletivos) e, ao mesmo tempo, são específicos (individuais). Nesse sentido, buscamos enxergar quais lembranças e recordações ainda estão presentes no lugar, por meio da memória de seus habitantes, que possibilitem “traçar uma geografia que contribua efetivamente para a reconstrução da identidade do lugar” (MATOS, 2010, p. 87).

Cabe destacar que a importância histórica é diferente da memória coletiva. Enquanto a primeira se encontra documentada na literatura, em acervos de bibliotecas e arquivos públicos, a segunda “é algo que se mantém vivo muitas vezes nas lembranças e recordações dos habitantes do lugar” (*Idem*), portanto, dificilmente possui registro.

Ainda segundo Matos (2010), o sentido de lugar expressa a relação afetiva que os habitantes possuem com o território onde desenvolvem suas vidas. Entende-se que essa relação envolve diversos aspectos, dentre os quais podemos reconhecer o sentimental, o econômico, o histórico, o social, o político, etc. Tudo isso se constrói ao

longo do tempo, no qual tanto o território quanto o indivíduo são influenciados de forma sinérgica. E por isso o sentido de lugar se reflete tanto em aspectos objetivos (como ações e comportamentos), quanto em subjetivos (percepção, valoração e significados) do território (MATOS, 2010). Dialogando com Tuan (1983, 2006, 2012), trata-se de reconhecer se o lugar desperta sentimentos topofílicos ou topofóbicos e todas as nuances que estão no meio dos dois, nos habitantes. Desse modo, por meio dele busca-se distinguir quais aspectos (objetivos e/ou subjetivos) predominam na identificação das pessoas com o território.

Os indicadores propostos por Matos (2010), bem como os parâmetros escolhidos para avaliá-los podem ser visualizados no quadro 1.

Quadro 1 – Indicadores e Parâmetros definidos por Marcelo Matos

Indicadores	Parâmetros
Atividade Econômica	<ul style="list-style-type: none"> • Turismo • Pesca • Comércio relacionado ao mar
Importância Histórica	<ul style="list-style-type: none"> • Fatos históricos ocorridos no local • Presença de monumentos e marcos históricos • Local citado em literatura ou demais manifestações artísticas
Memória Coletiva	<ul style="list-style-type: none"> • Local citado por entrevistados como cenário de importantes fatos do passado (individuais ou coletivos)
Sentido de Lugar	<ul style="list-style-type: none"> • Local de moradia • Topofilia identificada no discurso • Identidade dos moradores com o local
Local de Lazer	<ul style="list-style-type: none"> • Atividades voltadas para o lazer • Local de shows, festas, comícios • Acessibilidade • Diversidade

Fonte: MATOS, 2010, p. 36.

Como mencionado anteriormente, o objeto desta pesquisa é a articulação entre as temáticas território, cultura e lazer no espaço urbano, uma inter-relação permeada

por vínculos simbólico-afetivos. Esses vínculos podem ser constituídos de diferentes maneiras. Contudo, na presente investigação, parte-se do pressuposto que as identidades estabelecidas pelas pessoas com o território que habitam, bem como a memória coletiva, o sentido de lugar e o local de lazer⁴ (conforme especificado por MATOS, 2010) são caminhos interessantes para se compreender esse tipo de ligação.

Além disso, postula-se que esses vínculos simbólico-afetivos se manifestam ou tornam-se mais visíveis por meio das apropriações de lazer que os seres humanos fazem, ora de forma coletiva, ora individual. Quando falamos em apropriações de lazer, nos referimos ao conjunto de atividades, práticas, experiências e vivências pessoais lúdicas (DEBORTOLI, 2002; GOMES, 2004, 2014) desenvolvidas pelos sujeitos em seus próprios territórios. Ou seja, os indivíduos se apropriarão de elementos, situações, aspectos, fatos, sentimentos, etc. sempre e quando tenham a ver com eles e seu universo particular. Essa apropriação pode ser mais concreta e objetiva – quando começa e termina na prática ou atividade de lazer – ou pode ser simbólico-afetiva, caracterizada por uma identificação mais profunda da pessoa com a experiência de lazer vivida, integrando e constituindo outras subjetividades⁵.

No contexto deste estudo, as apropriações de lazer requerem o desenvolvimento de encontros, atividades e experiências por parte das pessoas envolvidas, que as intercambiam e as viabilizam, nesses espaços geográficos, com o intuito de se reconhecer e se identificar com os outros habitantes (criar uma empatia, conhecer a alteridade) e com o território em si, tanto em nível simbólico-afetivo (constituído por valores, mitos, lendas, crenças, utopias e idiossincrasias), quanto objetivo (que engloba aspectos morfológicos, históricos, espaciais, políticos, etc.).

Considerando essas possibilidades, alguns interrogantes motivaram a realização da presente pesquisa: quais vínculos simbólico-afetivos as pessoas estabelecem com o lugar em que vivem, considerando as identidades do território, as

⁴ Matos considera que os cinco indicadores por ele formulados possuem o mesmo “peso” ao valorar determinado lugar: “a síntese de todos estes indicadores é o que dará o grau de sensibilidade do lugar estudado” (2010, p. 36). Apesar dessa consideração, optou-se por focar em três dos cinco indicadores – sem contemplar o aspecto econômico e a importância histórica, que ultrapassariam o escopo da presente pesquisa e a tornariam abrangente demais. Não obstante, esses dois indicadores podem estar abordados, direta e indiretamente, no campo estudado, contextualizando sua relevância e pertinência.

⁵ Subjetividade é aqui compreendida a partir da teoria da subjetividade desenvolvida por Fernando González Rey que “se orienta para uma apresentação da subjetividade que em todo o momento se manifesta na dialética entre o momento social e o individual, este último representado por um sujeito implicado de forma constante no processo de suas práticas sociais, de suas reflexões e de seus sentidos subjetivos” (2003, p. 240).

atividades de lazer, a memória coletiva e o sentido de lugar? De que maneira esses aspectos perpassam a articulação território, cultura e lazer no espaço urbano? E enfim, qual é o papel desempenhado pelo lazer e pela cultura em relação ao território?

Dessa maneira, concordamos que é a partir do entendimento que reconhece a “vivência como ponto de partida para descobrir o território; é a partir de quem o habita que se constrói sua significação” (HERRERA, 2008, p. 9).

Para encerrar este item, cabe dizer que a linha de pesquisa na qual esta tese se insere se denomina “Identidade, sociabilidades e práticas de lazer” do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da Escola de Educação Física e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais (EEFFTO/UFMG), e esta é dedicada ao lazer nas sociedades contemporâneas, de diversas perspectivas: sócio-antropológica, filosófica e política. Este enfoque, assim, busca estudar o lazer nas diferentes formas, práticas e modos de organização da vida social cotidiana e envolve diferentes sujeitos, subjetividades, identidades e redes de sociabilidade. Em resumo, visa compreender o lazer dentro da complexidade das práticas institucionais e das diferentes tradições que emergem de experiências sociais distintas, o que se justifica devido aos aspectos que serão ressaltados no tópico a seguir.

2 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DO TEMA INVESTIGADO

O livro *Aproximación Multidisciplinar a los Estudios de Ocio*, publicado pelo *Instituto de Estudios de Ocio* da Universidade de Deusto em 2006, apresenta abordagens sob tratamentos diversos, tais como a psicologia, a ética, o direito, a economia, a estética, a pedagogia, o marketing, a saúde, a política e a sociologia. Porém a perspectiva geográfica não é trabalhada. É conveniente questionar essa falta no sentido de perguntar-nos se cada uma das discussões e abordagens que esses capítulos levantam não trazem implícitas alusões a um território, se não fazem referência, em maior ou menor grau, a um determinado espaço.

Acreditamos não ser possível pensar numa ética, pedagogia ou sociologia sem ter em mente algum território específico, alguma geografia delimitada, mesmo que não seja colocada de forma explícita. No caso do livro supracitado, ao olhar no sumário e depois de uma primeira leitura, fica evidente que o fato de serem todos autores espanhóis e em sua maioria do país Basco faz com que as reflexões sigam uma abordagem europeia, e em especial espanhola e predominantemente basca. Essas características que permeiam cada um dos capítulos dão uma perspectiva específica e justificam essa abordagem.

Gilmar Mascarenhas (2010), no capítulo intitulado “Contribuições da Geografia para o Estudo do Lazer”, do livro *Lazer: olhares multidisciplinares* (2010), declara que essa ausência do lazer na geografia não é só responsabilidade dos geógrafos, já que o lazer é um assunto que permeia tanto a vida individual quanto a social, em diversos graus, níveis e intensidades. Esse livro traz, desde o sumário, um panorama mais abrangente, passando por distintas épocas, diversas sociedades e tempos. Assim, abarca desde os romanos, helenos e África romana até a Península Ibérica e a Alemanha. A diferença do livro espanhol, embora também sejam professores de alguma das várias universidades fluminenses, não se percebe uma homogeneidade nas abordagens de cada capítulo.

Mascarenhas chama a atenção para essa escassez realizando um estado da arte que busca mapear as contribuições da geografia para o estudo do lazer. Primeiro, afirma que a geografia, ao se definir no século XIX como a ciência que trata da ação do Homem sobre a Terra, negligencia a importância do lazer, considerando-o pouco relevante: “a imaginação geográfica circunscreveu grande parte de suas investigações ao trabalho humano, agente central na produção de paisagens, desprezando, por

consequente, o universo do ócio, do lazer” (MASCARENHAS, 2010, p. 142). Devido a isso, é possível perceber que, nas três grandes vertentes da geografia (francesa, alemã e norte-americana), o lazer não foi considerado como objeto de estudo.

No caso da escola francesa, embora estivesse interessada em estudar os gêneros de vida, repetidamente centrou suas energias nas atividades laborais, em detrimento da festa e do entretenimento. Já a geografia cultural alemã restringiu seu interesse ao “conjunto de utensílios e de know-how que permite aos homens se apropriarem do meio, dando uma atenção exclusiva atribuída aos utensílios e às técnicas” (CLAVAL, 2007, p. 21-23). Em relação à corrente norte-americana, representada pela escola de Berkeley, deu-se a mesma ênfase da alemã e seus esforços foram orientados ao trabalho humano sobre a superfície terrestre. Isso não quer dizer, Mascarenhas acrescenta, que o lazer fosse pouco relevante:

A rigor, não havia entre os geógrafos uma restrição nesse sentido, apenas uma hierarquia de valores na qual a produção dos bens necessários à sobrevivência humana se colocava bem acima da festa ou do elemento lúdico (2010, p. 142).

Com a chegada da Nova Geografia, na década de 1950, essa área vivenciou uma profunda transformação que trouxe várias mudanças internas e, ao mesmo tempo, deixou “de ser uma ciência de síntese para se ramificar em especializações. [...] essas outras vertentes primaram pelo aspecto econômico em detrimento das formas de sociabilidade mais diretamente associadas ao elemento lúdico” (*Ibidem*, p. 143). Essa transição, Mascarenhas assinala, também se estende até o Brasil, onde é difícil encontrar na produção acadêmica nas décadas de 1960 e 1970 estudos que não estivessem vinculados ao progresso material, como a evolução dos transportes, a industrialização, o planejamento regional, o crescimento urbano, dentre outros.

Porém, é nesse mesmo cenário que surge “uma ramificação denominada geografia da recreação, como em Patrick Lavery (1971) e Stephen Smith (1983)” (*Ibidem*, p. 144). Essas temáticas não só continuaram como também se aprofundaram na etapa denominada Geografia Crítica. Tendo como principal inspiração o Marxismo, essa corrente se construiu como uma crítica radical à sociedade capitalista e especificamente à utilização do espaço e à apropriação da natureza. Assim, significou uma aproximação com os movimentos sociais de esquerda. Mesmo com esse perfil reivindicativo, “o mundo do lazer manteve-se em plano bastante secundário, pois era

considerado incapaz de detonar as forças revolucionárias ou de explicar os elementos centrais do processo de acumulação capitalista” (*Ibidem*, p. 145).

No plano brasileiro, podemos nomear duas exceções: o artigo de Ricardo Mendes (1996), “Globalização, urbanização e lazer”, no qual se discute a vinculação entre globalização, cidade e lazer assinalando, por um lado, a existente segregação socioespacial entre os equipamentos e, por outro, confirmando a utilização instrumental do lazer na sociedade capitalista. A segunda exceção é a tese de Odette Carvalho de Lima Seabra, de 1987: “Os meandros dos Rios nos Meandros do Poder. Tietê e Pinheiros: Valorização dos Rios e das Várzeas na cidade de São Paulo”. Nela a autora discorre sobre a presença que a várzea tinha em bairros operários paulistanos e como o antigo futebol era considerado uma expressão de resistência cultural.

No último parágrafo desse apanhado teórico, Mascarenhas (2010, p. 146) sentencia: “a contribuição dos geógrafos ao entendimento do lazer permanece muito aquém da magnitude deste, conferindo aos que nesse campo se aventuram a desconfortável oscilação entre a abordagem superficial e a escuridão errante”. Nesse sentido, empreendemos um levantamento em diferentes faculdades de geografia brasileiras para conhecer quais programas e linhas de pesquisa estavam em diálogo, potencial e real, com o lazer assim como que pesquisas (de mestrado e doutorado) haviam abordado essa interface. Os resultados apresentam-se a seguir.

a) Na tese “Música e vida urbana: encontros e confrontos na cidade do Rio de Janeiro (1990-2008)”, do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Anita Loureiro de Oliveira (2008) através da música, das letras e de entrevistas com compositores cariocas que se destacaram entre os anos 1990 e 2008, procura analisar questões da transformação urbana, características da vida urbana contemporânea e o que significa experienciar o urbano. Ao tomar a música como objeto de estudo, busca discutir a apropriação territorial que a música fez da cidade, confrontando a lógica dominante com a alternativa, o uso da cidade para festa ou como instrumento de dominação, e as letras como representação ao mesmo tempo simbólica do espaço e como reprodução capitalista dele;

b) O programa de Pós-graduação em Cultura e Territorialidades do Instituto de Artes e Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense propõe refletir

“sobre cultura nas suas múltiplas acepções, em especial no que tange às discussões sobre espacialidades e territorialidades, tanto materiais quanto simbólicas”. O programa, aprovado pela Capes em 2012, possui nível de Mestrado e oferece três linhas de pesquisa: 1º Políticas, espacialidades, relações e conflitos socioculturais, 2º Performances, agências e saberes culturais e 3º Fronteiras e produções de sentido⁶. A partir da ementa da primeira linha é possível perceber mais pontos em comum com os conceitos que norteiam esta pesquisa:

Esta linha de pesquisa reconhece as relações de mútua dependência entre espaço, cultura e política. Traduz-se, portanto, nas práticas sociais e culturais atravessadas pelas diversas formas de territorialização e as formas como os sujeitos sociais assumem seu lugar no mundo político. Desta maneira, interessa interpolar os fenômenos identificados das relações entre política e cultura, entre cultura e patrimônio, entre diversidade, diferença e alteridade, entre economia e trabalho cultural, entre cultura, conflito e poder, entre sociabilidades e formas de apropriação do território, entre dimensões geracionais etc., em suas relações com as múltiplas formas de produção dos espaços e da cidade (EMENTA LINHA 1⁷).

c) O programa Pós-graduação em Geografia, também da Universidade Federal Fluminense, através de Mestrado e Doutorado, foca-se na Geografia Regional

Geografia Regional como área de conhecimento, busca reafirmar a região como matriz conceitual de ensino e pesquisa e atualizar seu entendimento em termos de ordenamento territorial. Entendido como interação entre as múltiplas dimensões do espaço, em suas várias escalas de manifestação geográfica, o ordenamento territorial expressa-se, assim, como produto de duas dinâmicas reconhecidas em suas inter-relações, uma ambiental (em que se articulam os fenômenos da natureza e as práticas sociais) e uma social (nas suas expressões política, econômica e cultural). Isto significa compreender o Território na sua complexidade ambiental e social, conjugada ao domínio político e/ou da apropriação simbólica que o constitui.

Através de duas linhas de pesquisa (Ordenamento territorial urbano-regional e Ordenamento territorial ambiental) que se desdobram em cinco campos temáticos (Produção do Espaço Urbano; Organização Territorial do Espaço Brasileiro; Território, Política e Movimentos Sociais; Conservação e Ordenamento Físico Ambiental; e Dinâmica e Evolução da Paisagem⁸), queremos destacar os trabalhos de dois docentes, que se relacionam com nossa pesquisa e são citados ao longo da tese:

⁶ Programa de Pós-graduação em Cultura e Territorialidades: <https://www.ppcultuff.com/>. Acesso em 24 jul.2017.

⁷ Informação sobre a Linha 1: <https://www.ppcultuff.com/discentes-l-1>. Acesso em 27 maio 2018.

⁸ Campos temáticos: <http://www.posgeo.uff.br/campos-tematicos>. Acesso em 24 jul. 2017.

Jorge Barbosa e Rogério Haesbaert. O primeiro é codiretor do Observatório de Favelas⁹, tem uma atuação mais vinculada à metrópole, a políticas públicas, à identidade, a movimentos sociais e a espaços populares. Já o segundo é diretor do Núcleo de Estudos sobre Regionalização e Globalização (NUREG) e tem seu foco de atuação na geografia regional, na globalização e regionalização, na geografia cultural e identidade territorial e nas regiões transfronteiriças.

d) O Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, (IHAC) da Universidade Federal da Bahia, possui uma pós-graduação em Cultura e Sociedade que visa compreender aspectos oriundos da cultura e sua relação com a sociedade:

Os mais diversos tipos de pesquisa sobre expressões, práticas ou instituições culturais que levem em conta os contextos sociais de sua emergência, afirmação e desenvolvimento. Abrange tanto os estudos desenvolvidos segundo uma perspectiva histórica quanto as investigações atentas às tendências características da atualidade e abarca tanto a descrição e a análise de movimentos, formas e eventos culturais inscritos nos quadros hegemônicos da cultura, quanto o estudo daqueles processos e produtos que se definem por uma dinâmica de experimentação ou contestação.

Para atingir esse propósito, possui três linhas de pesquisa: Cultura e Desenvolvimento; Cultura e Identidade; Cultura e Arte. Um dos professores convidados desse programa é José Márcio Barros que, além de ser citado no presente trabalho, foi um dos pareceristas na fase de qualificação. Barros também é o coordenador geral do Observatório da Diversidade Cultural (ODC), organização não-governamental que desenvolve, por um lado, programas de ação colaborativa entre gestores culturais, artistas, arte-educadores, agentes culturais e pesquisadores, por meio do apoio dos Fundos Municipal de Cultura de Belo Horizonte e Estadual de Cultura de Minas Gerais. E, por outro lado, constitui um grupo de pesquisa formado por uma rede de pesquisadores que desenvolve seus estudos em várias Instituições de Ensino Superior (IES), a saber: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e

⁹ Observatório de Favelas é uma organização da sociedade civil de pesquisa, consultoria e ação pública dedicada à produção do conhecimento e de proposições políticas sobre as favelas e os fenômenos urbanos. Buscam afirmar uma agenda de Direitos à Cidade, fundamentada na ressignificação das favelas, também no âmbito das políticas públicas.

Universidade de São Paulo (USP), investigando a temática da diversidade cultural em diferentes linhas de pesquisa¹⁰.

Gostaríamos de destacar, dentro das pesquisas do IHAC, a tese realizada por Juan Ignacio Brizuela (2017) intitulada “Território e Políticas Culturais: reflexões metodológicas a partir de Rodolfo Kusch, Milton Santos e Néstor García Canclini”. Essa tese, que teve como orientador o Prof. José Márcio Barros, aborda, tal e como o título o indica, a interface entre política cultural e território, ou entre geografia e cultura. É interessante a leitura do último capítulo, no qual Brizuela descreve e reflete sobre “as relações complexas e contraditórias observadas na construção territorial de políticas culturais dos Estados, empresas privadas, instituições sociais e grupos artísticos que atuam no dia a dia dos bairros do *conurbano*” (2017, p. 147). Assim ele aponta como elementos fundamentais na construção territorial do grupo Culebrón Timbal¹¹ os seguintes:

1) A capacidade de sobrevivência e adaptação às circunstâncias do contexto local: é importante, por um lado, a vinculação direta com os vizinhos e realização dos trabalhos artísticos e culturais comunitários e, por outro, “aproveitar ao máximo os recursos endógenos e comunitários, além de usufruir, claro, dos eventuais apoios político partidários, estatais ou até empresariais que possam circunstancialmente aparecer, mas sem depender exclusivamente de nenhum deles”; 2) a capacidade de mobilização, entendida como “a realização de mobilizações para visibilizar e ocupar as ruas, o que acontece com bastante expertise e capacidade de convocatória”; 3) “a habilidade de incorporar moradores e habitantes da região nas atividades organizadas pelo coletivo, incluindo lideranças e coordenadores de cargos dirigentes”, dado que “a participação e envolvimento dos moradores locais é fundamental para dotar de sentido às práticas destas instituições de base (BRIZUELA, 2017, p. 163-164).

O autor menciona, em sua tese, a organização comunitária sobre a qual reflete, que faz parte da política Ponto de Cultura e do programa Cultura Viva na Argentina. Isso faz pensar que a diferença entre esse estudo e a presente investigação é meramente uma questão conceitual e de abordagem, já que nada impede que o conceito de lazer possa integrar o arcabouço de sua pesquisa.

Seja como for, o que mais nos interessa apontar aqui é que depois de ler as ementas e perfis dos programas de pós-graduação e de descobrir a existência de

¹⁰ Site Oficial do Observatório da Diversidade Cultural: <http://observatoriodadiversidade.org.br/site/institucional/o-que-e/>. Acesso em 26 abr. 2018.

¹¹ É uma produtora cultural comunitária localizada no município de Moreno, região metropolitana de Buenos Aires. Começou capacitando em comunicação comunitária e hoje tem uma rádio, um jornal, uma agência de notícias e até um canal de televisão prestes a lançar uma telenovela de bairro.

trabalhos como o de Oliveira e o de Brizuela, pode-se dizer que falta uma explicitação da interface entre Geografia e Lazer, já que muitas vezes se prefere utilizar o termo cultura em detrimento de lazer por se considerar esse último menos abrangente, mais polêmico ou com uma conotação ainda negativa.

Com isso não queremos dizer que a cultura e o lazer tenham de ser sinônimos. No entanto, assinalamos que, devido ao fato de os estudos do lazer serem embrionários no âmbito acadêmico brasileiro, em comparação com os culturais, existem casos em que se opta por utilizar a palavra cultura por sua conotação e relevância conceitual maior no imaginário coletivo, tanto dentro como fora da academia.

Nesse sentido, percebemos que esses programas abrangem tácita e implicitamente pesquisas nas quais o lazer poderia constituir o objeto de estudo e, por conseguinte, fazer parte do título e/ou dos objetivos. Acreditamos que esse diálogo é pertinente no mundo atual e permitiria discutir e refletir sobre diferentes perspectivas, combinando e trazendo para o âmbito do lazer pensamentos de autores tão importantes como singulares, tais como Lefebvre, Santos, Harvey, Haesbaert, Tuan, Canclini, Bauman, Souza Santos, Castells, Yúdice, Wagner, Foucault, Guattari, Bhabha, entre muitos outros. Esperamos que cada vez mais pesquisas procurem trilhar caminhos interdisciplinares, seja entre Lazer e Geografia ou entre o Lazer e outras disciplinas, e que também apareçam cada vez mais pesquisas de mestrado e doutorado com o lazer como protagonista. Essa potencialidade interdisciplinar faz com que pesquisas como essa seja um estudo complexo, rico e de suma atualidade, que ao dialogar e refletir acerca do nexos entre território, cultura e lazer pode servir como precedente e também como inspiração para futuras investigações.

Feitas essas considerações sobre a relevância da presente pesquisa, os objetivos almejados serão apresentados no próximo tópico.

3 OBJETIVO

O objetivo que guiou esta pesquisa foi compreender as articulações entre território, cultura e lazer no espaço urbano, por meio dos vínculos simbólico-afetivos que as pessoas dos pontos de cultura estabelecem com o lugar em que vivem, considerando os seguintes aspectos: Identidades do território, Atividades de lazer, Memória coletiva e Sentido de lugar.

Para o alcance do objetivo geral, se definiram os seguintes objetivos específicos:

OE1: Observar as maneiras mediante as quais as pessoas dos pontos de cultura se identificam com o território.

OE2: Identificar de que forma os aspectos estipulados caracterizam a ligação das pessoas com o espaço geográfico.

OE3: Determinar qual é o papel que desempenha o lazer e a cultura na ligação entre as pessoas e o território.

4 PROPOSTA METODOLÓGICA

Com o intuito de aprofundar conhecimentos sobre a articulação território, cultura e lazer no espaço urbano, por meio dos vínculos simbólico-afetivos que as pessoas estabelecem com o lugar em que vivem, construiu-se uma pesquisa que procurou sistematizar fundamentos teórico-práticos para enriquecer essa discussão. Para isso, além de estudo bibliográfico, foi realizada uma pesquisa de campo em duas associações reconhecidas como “ponto de cultura” por parte do Estado e em particular, com as pessoas que atuam neles.

Ponto de Cultura é uma política que se desenvolve a partir do território, com a identificação de iniciativas populares oriundas de demandas comunitárias que vão além do lucro e não estão circunscritas à lógica economicista da cultura. Desse modo, cada grupo social pode participar ativamente na construção da cultura no seu território, o que se concretiza por meio de um “acordo horizontal” com o Estado, e não sob a condução desse (TURINO, 2010).

Desde o seu início, em 2004, a política Ponto de Cultura procurou identificar e reconhecer a trajetória e o trabalho desenvolvido pelas inúmeras instituições que povoam o Brasil com o intuito de estimular, preservar e potencializar a “diversidade cultural brasileira, ao contemplar iniciativas culturais locais e populares que envolvam comunidades em atividades de arte, cultura, educação, cidadania e economia solidária” (ALMANAQUE CULTURA VIVA, 2010, p. 36), incluindo os coletivos minoritários, como quilombolas, caiçaras, LGBT, favelas, etc.

Embora a ação Ponto de Cultura seja a mais difundida e conhecida, o programa Cultura Viva também está composto por um grupo significativo de outras políticas (Cultura Digital, Pontões, Agente Cultura Viva, Ação Griô, Tuxaua, Pontinhos e Ponto de Mídia Livre) que, na mesma linha da primeira, buscam dinamizar e fortalecer a cultura das comunidades. Cabe destacar ainda que, em um tempo relativamente curto, dez anos, a política Ponto de Cultura foi replicada em vários países da América Latina e Europa, como é o caso de Colômbia, México, Argentina, Itália, Espanha, Inglaterra, entre outros. É pertinente dizer que, apesar das turbulências políticas acontecidas a partir do impeachment de Dilma Rousseff, em junho de 2016, e a incerteza em relação ao futuro dessa política, até o fim desta tese ela continua vigente.

A seguir serão apresentados os dois pontos de cultura escolhidos para a realização da pesquisa empírica, assim como a justificativa e critérios de seleção desses.

4.1 *Lócus* de investigação: Os pontos de cultura “Casa do Beco” e “Grupo Luna”

O caráter comunitário e suas conotações, de lidar com o cotidiano das comunidades nas quais estão inseridas e conectadas com essas realidades socioculturais, justifica a realização de uma pesquisa empírica, pois, através dela, foi possível aprofundar o entendimento sobre o tipo de relação que existe entre território, cultura e lazer em dois locais específicos: a favela Morro do Papagaio e o bairro Saudade, ambos na cidade de Belo Horizonte. Dessa maneira, se buscou enriquecer a discussão teórica com uma articulação empírica a partir da política cultural Ponto de Cultura/Cultura Viva. Essa decisão esteve motivada pela incorporação de um caso real e prático para conseguir entender melhor e aprofundar o discutido no plano teórico.

Um dos pontos de cultura pesquisados se chama “Casa do Beco” e se localiza no Morro do Papagaio, na zona centro-sul. O segundo, “Grupo Luna”, situa-se no bairro Saudade, na zona leste do município. A escolha baseia-se em uma junção de motivos. O primeiro deles é a trajetória continuada e ininterrupta das atividades que cada associação desenvolve. Desta maneira, tanto a Casa do Beco quanto o Grupo Luna desenvolvem suas atividades muito antes da implantação da política Ponto de Cultura e continuam desenvolvendo suas ações de maneira independente e autônoma até os dias de hoje. Isto faz com que sejam duas das associações mais antigas da cidade.

O segundo critério que levou a essa escolha é o fato dessas associações ocuparem lugares próximos a zonas consideradas “centrais” – e no caso da Casa do Beco, o metro quadrado mais caro da cidade –, embora simbolicamente estejam ambas “excluídas” dos circuitos culturais oficiais ou hegemônicos de Belo Horizonte:

Circuito Cultural Praça da Liberdade¹², Praça da Estação¹³, Fundação Clóvis Salgado (FCS)¹⁴, Parque Municipal Américo Renné Giannetti¹⁵, dos bairros Santa Teresa¹⁶ e Savassi¹⁷, e da Lagoa da Pampulha¹⁸. Nesse sentido, os dois pontos de cultura selecionados não são frequentados pelos mesmos públicos que geralmente frequentam esses circuitos, nem atendem à mesma lógica capitalista da cultura. E o terceiro e último motivo é que, devido às suas longas trajetórias, ambas as

¹² Esse circuito foi desenvolvido pelo Governo de Minas, por meio da Secretaria de Cultura em parceria com empresas da iniciativa privada. Os antigos prédios públicos (Arquivo Público Mineiro, Biblioteca Pública Estadual, Casa Fiat de Cultura, Cefart Liberdade, Centro Cultural Banco do Brasil, Centro de Arte Popular/Cemig, Espaço de Conhecimento/UFMG, Horizonte Sebrae – Casa Economia Criativa, Memorial Minas Gerais Vale, MM Gerdau – Museu das Minas e do Metal, Museu Mineiro, Palácio e Praça da Liberdade) foram transformados em espaços interativos que buscam espelhar a diversidade: acervos históricos, artísticos e temáticos; centros culturais interativos; biblioteca e espaços para oficinas, cursos e ateliês abertos; além de planetário, cafeterias, restaurantes e lojas. <http://www.circuitoliberalde.mg.gov.br/pt-br/circuito-liberdade-br/historia>. Acesso em 13 jul. 2017.

¹³ Esse local concentra a maioria dos espaços onde acontecem as principais atividades culturais, artísticas e sociais de Belo Horizonte. Entre esses espaços se encontram: Centro Cultural UFMG, Praça Rui Barbosa, Centro de Memória da Engenharia, Centro Cultural Cento e Quatro, Casa do Conde, FUNARTE e Museu de Artes e Ofícios e Monumento à Terra Mineira. <http://www.guiadasartes.mg.gov.br/index.php/pt/circuitos/zona-cultural-praca-da-estacao>. Acesso em 13 jul. 2017.

¹⁴ A FCS é uma instituição cultural do Governo de Minas Gerais, vinculada à Secretaria de Estado de Cultura, que tem como atribuições o fomento à criação, à formação, à produção e à difusão da arte e da cultura no Estado. Está integrada pelo Palácio das Artes, pela Câmara Sete – Casa da Fotografia de Minas Gerais, e pela Serraria Souza Pinto e realiza a gestão dos seus corpos artísticos – Cia. de Dança Palácio das Artes, Coral Lírico de Minas Gerais e Orquestra Sinfônica de Minas Gerais. http://www.fcs.mg.gov.br/index.php?option=com_gmg&view=page&id=2600&controller=page&Itemid=1159. Acesso em 13 jul. 2017.

¹⁵ É o patrimônio ambiental mais antigo de Belo Horizonte e foi projetado no final do século XIX pela comissão construtora encarregada de planejar a nova capital de Minas. Possui uma área de 182 mil metros quadrados de extensa vegetação. Abriga o Teatro Francisco Nunes, Orquidário, um pequeno parque de diversões e a parte posterior do Palácio das Artes. <http://www.belo Horizonte.mg.gov.br/local/servico-turistico/espaco-para-evento/aberto/parquemunicipal-americo-renne-giannetti>. Acesso em 13 jul. 2017.

¹⁶ O bairro Santa Tereza é um lugar em que perduram algumas tradições e de onde a cultura aflora em amplitude, como a boemia dos bares e restaurantes, e os encontros “marcados” de fazer arte, como o Clube da Esquina, Skank e Sepultura e os diversos ateliês de cerâmica, artes plásticas, artesanato e grupos de teatro e de música. <http://santaterezatem.com.br/index.php/bairro-santa-tereza/>. Acesso em 13 jul. 2017.

¹⁷ Conhecida pela quantidade de bares e pelo comércio, é uma das regiões mais prestigiadas da capital mineira. Tem efervescência cultural e noturna bem significativas. Não faltam restaurantes, bares, boates, lanchonetes e tudo mais que rimar com diversão. O comércio continua jovem e moderno bem como seus frequentadores, que são o símbolo da vida diurna e noturna da região. <https://www.guiabh.com.br/savassi> e <http://www.savassi.com.br/hist.htm>. Acesso em 26 abr. 2018.

¹⁸ Cartão postal de Belo Horizonte, a Lagoa da Pampulha representa, mundialmente, as propostas de modernidade dos anos 40. Possui um complexo arquitetônico composto pela Igreja de São Francisco, pelo Museu de Arte Moderna, pelo Museu Casa Kubitschek, pelo Museu Brasileiro de Futebol - Mineirão e pela Casa do Baile. Na esteira do complexo arquitetônico, incorporou-se o Aeroporto da Pampulha, construído antes mesmo da represa, e mais tarde o Campus da UFMG, a Fundação Zoo-Botânica, os estádios Mineirão e Mineirinho, entre outros. <http://www.belo Horizonte.mg.gov.br/atrativos/roteiros/marcos-da-modernidade/lagoa-da-pampulha>. Acesso em 13 jul. 2017.

associações possuem uma grande representatividade, um alto grau de identificação e desenvolvem um papel relevante na dinamização dos referidos territórios.

Optou-se por realizar uma investigação qualitativa na qual a observação participante permeada pelo sensorial, sensitivo e emocional permitisse uma abordagem *ad hoc* nos dois bairros onde os pontos de cultura estavam inseridos. Com o auxílio de quatro técnicas cartográficas¹⁹, buscou-se identificar as tensões, influências e diálogos que as associações, através de suas manifestações culturais e de lazer, tecem com o território e seus habitantes. Em função disso, a metodologia se compôs pelas etapas e estratégias que serão apresentadas nos próximos tópicos.

4.2 Pesquisa bibliográfica e documental

Procurou-se consultar e analisar publicações brasileiras e estrangeiras, livros, artigos científicos e estudos apresentados em congressos e publicados em revistas, que abordassem os eixos temáticos mencionados. Para tanto, utilizou-se o acervo das bibliotecas da UFMG junto com a PUC Minas. Além disso, consultou-se a base de dados online do Portal da CAPES, o qual nucleia toda a produção acadêmica brasileira (dissertações e teses). Cabe destacar que a pesquisa bibliográfica foi efetuada em concomitância com o desenvolvimento de toda a pesquisa.

Paralelamente à revisão bibliográfica, realizou-se uma pesquisa documental com o propósito de obter um conhecimento ampliado sobre a política Ponto de Cultura e o programa Cultura Viva. Foram consultados, assim, dados primários e secundários, principalmente aqueles relacionados aos editais, estatísticas, resultados de seleção, relatórios, perfil das associações contempladas e demais informações relevantes sobre os pontos de cultura e o programa Cultura Viva que tanto a Secretaria de Estado de Cultura (SEC) quanto a Sede Regional do Ministério da Cultura (MinC) haviam arquivado. Esses dados, também chamados fontes de informação, são geralmente classificados como fontes primárias e secundárias, a depender da sua originalidade e sua proximidade com a fonte de origem.

¹⁹ As técnicas que orientaram a exploração do território foram as seguintes: rastreio, que “é um gesto de varredura de campo [...] a atenção que rastreia visa uma espécie de meta ou alvo móvel; toque, é sentido como uma rápida sensação, um pequeno vislumbre, que aciona em primeira mão o processo de seleção; pouso, indica que a percepção, seja ela visual, auditiva ou outra, realiza uma parada e o campo se fecha, numa espécie de zoom” (KASTRUP, 2009, p.40-43); “reconhecimento atento, tem como característica nos reconduzir ao objeto para destacar seus contornos singulares” (BERGSON, *apud* KASTRUP, 2009, p. 45).

Em relação ao levantamento no banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), utilizaram-se as palavras-chave território, cultura e lazer. Atualmente o banco disponibiliza dissertações e teses referentes ao período de 1987-2016 e nem todos os documentos estão em versão digital. O levantamento foi feito por etapas, por meio da combinação das palavras-chave de diferentes maneiras. Dessa forma, efetuaram-se duas combinações: cultura, território e lazer; e lazer, território e geografia cultural. Por serem palavras abrangentes, cada busca mostrou números muito altos, o que tornou impossível a consideração de todas as dissertações e teses. Então, realizaram-se duas buscas: uma sem filtros, para permitir uma noção ampla das pesquisas de diferentes programas e de todas as universidades brasileiras, e outro, com filtros específicos. Esses filtros se aplicaram nos seguintes itens: “Grande área de conhecimento”, “Área de conhecimento”, “Área de avaliação” e “Área de concentração”. O resultado para cada uma das combinações de palavras-chave apresenta-se a seguir:

- 1) Cultura, território e lazer: os resultados foram 984.128. O principal programa que apareceu refletido nessa busca foi o de Estudos Interdisciplinares de Lazer da Universidade Federal de Minas Gerais. Depois dele, os programas com mais presença foram a Geografia e, em particular, a Geografia Humana, seguida pela Sociologia e as Ciências Sociais. Assim, entre as investigações resultantes, podem-se destacar cinco por acreditarmos que, de alguma forma, dialogam com a nossa: a) “Um pedaço do Brasil: a roda de samba como espaço de lazer – o Quintal da Divina Luz”, de Guilherme Velloso Alves (2010), dissertação de mestrado em Lazer da UFMG; b) “O espaço de lazer em Santa Felicidade – Curitiba – PR”, de Adriano Brunatto de Almeida (2011), dissertação de mestrado em Geografia da UFPR; c) “Um olhar sobre a política urbana de Belo Horizonte: há espaço para o lazer dentro do planejamento urbano”, de Amanda Carolina Costa Silveira (2010), dissertação de mestrado em Lazer da UFMG; d) “Lazer, cidadania e desigualdade: um estudo sobre Vitória - ES”, de Fernando Domingos Vieira Sartório (2015), dissertação de mestrado em Geografia da UFES; e) “Meruoca: cidade de lazer, turismo e possibilidades no Sertão Cearense”, de José Wellington Lúcio Soares (2012), dissertação de mestrado em Geografia da UECE.

- 2) Lazer, território e geografia cultural: os resultados foram 984.154. Percebeu-se que, em linhas gerais, os resultados eram bastante similares, a única diferença foi no tipo de pesquisas. Ou seja, se na anterior o principal programa era Estudos de Lazer, nessa o que predominou foi a Geografia. Nessa linha, destacamos duas pesquisas que chamaram a atenção: a) “Festa, cultura popular e identidade nacional: as escolas de samba do Rio de Janeiro (1928-1949)”, de Nelson da Nobrega Fernandes (2001), tese de doutorado em Geografia da UFRJ; b) “Planejamento urbano, espaços públicos de lazer e turismo no bairro Uberaba em Curitiba-PR”, de Renata Maria Ribeiro (2005), dissertação de mestrado em Geografia da UFPR.

Entende-se, assim, que embora essas pesquisas abordassem os mesmos eixos temáticos, existe, todavia, um vazio em relação ao objeto que esta investigação desejou discutir já que as pesquisas encontradas focam em apenas dois dos três eixos que este trabalho pretendeu articular. Ora tratava-se de lazer e território/espaço, ora de território/espaço e cultura (APÊNDICE 1). Portanto, pode-se dizer que não se encontraram trabalhos que vinculassem todas as três temáticas.

4.3 Pesquisa de campo e coleta de informações

A pesquisa de campo foi estruturada em três etapas. A primeira correspondeu ao contato inicial com as instituições participantes com o objetivo de identificar as pessoas e realizar conversas iniciais para conhecer o espaço e as atividades regulares dos pontos de cultura. Já a segunda consistiu no acompanhamento das atividades dos pontos de cultura com o objetivo de realizar observação participante e efetuar as anotações de campo nos dois bairros, que foram registradas em um diário ao longo de todo o processo. Dessa forma, foi possível perceber a dinâmica na qual cada ponto de cultura realizava suas atividades, a sua interação com o território e o perfil dos participantes.

Isso possibilitou testemunhar e, ao mesmo tempo, participar de algumas atividades. Sem dúvidas, essa etapa enriqueceu a observação e permitiu aprofundar a percepção e as anotações preliminares feitas na primeira etapa. Além desse contato com cada associação, foi realizada uma imersão em cada bairro com o objetivo de

conhecer outras associações culturais presentes no território, conversar com a pessoa coordenadora do espaço, saber que atividades desenvolviam e que relações possuíam com os pontos de cultura sob estudo. A referida imersão teve um papel central para a elaboração dos roteiros das entrevistas.

Nessa fase, o desafio foi realizar uma exploração *in situ* que implicou não só uma maneira de circular pelo espaço, senão também de “habitar” o território de pesquisa, de se envolver nesse mundo. Em outras palavras, possuir a flexibilidade suficiente de se adaptar ao entorno e não o abordar de forma preestabelecida e rígida. Dessa forma, Passos, Kastrup e Da Escóssia (2009, p. 204) salientam:

Habitar um território de pesquisa não é apenas buscar soluções para problemas prévios, mas envolve disponibilidade e abertura para o encontro com o inesperado, o que significa alterar prioridades e eventualmente redesenhar o próprio problema.

Por último, na terceira etapa foram feitas as entrevistas individuais com o intuito de complementar as percepções obtidas na primeira e segunda etapa. Com esse intuito, foram preparadas entrevistas específicas para cada agente de interesse dessa pesquisa, totalizando três roteiros distintos: um para as instituições públicas, SEC e Sede Regional do MinC, e os outros dois para cada ponto de cultura. Esses se desdobraram em três grupos de perguntas diferentes, a depender da pessoa entrevistada. Assim, o primeiro grupo esteve direcionado à coordenação/diretoria, o segundo aos funcionários e o último, aos alunos. No quadro a seguir, se detalha cada etapa, com a especificação dos objetivos de cada uma delas.

Quadro 2 – Etapas e Objetivos na pesquisa de campo

Etapa: denominação	Objetivos
Contato inicial	Teve como objetivo conhecer os dois pontos de cultura, sua infraestrutura, o conjunto de atividades que cada um desenvolve, as estruturas hierárquicas e organogramas, os coordenadores, os bairros nos quais estão inseridos. Nesse primeiro contato, o pesquisador buscou saber da história e trajetória de cada associação, com o intuito de ter uma visão o mais completa possível. Nessa etapa, foram realizados ainda os contatos com a Secretaria de Estado de Cultura e a Sede Regional do MinC.

Acompanhamento das atividades e imersão no território	Procurou-se acompanhar as atividades que cada ponto de cultura oferece e conhecer os professores e os alunos, a dinâmica de cada atividade, enfim, se conectar com a realidade de cada ponto de cultura. O pesquisador realizou também uma imersão em cada bairro com o fim de percorrê-los, conhecer outros espaços culturais presentes e atuantes no território e poder perceber suas características e particularidades. Essa imersão foi fundamental para identificar as questões de relevância a serem abordadas na etapa de entrevistas.
Entrevistas individuais	O propósito aqui foi obter os depoimentos dos agentes que de alguma forma, direta ou indiretamente, estão em contato com os pontos de cultura. No caso dos pontos de cultura, foram entrevistados os diretores, funcionários, professores e alunos. Já no caso da SEC e da Sede Regional do MinC, foram entrevistadas a Superintendente de Interiorização em Ação Cultural e uma Servidora Pública Estadual e a Chefe de Divisão da Representação Regional no Estado de Minas Gerais e uma agente administrativa.

Fonte: Elaboração própria

Para levar a cabo a pesquisa de campo, foi solicitada a colaboração voluntária dos coordenadores e responsáveis dos pontos de cultura, que se prontificaram a responder questões e ceder informações mediante conversas ocorridas durante as visitas com os profissionais e professores que trabalham e com os alunos que participam das atividades.

A fim de aprofundar a percepção do território, nessa fase foi realizado o registro escrito com o fim de documentar aspectos importantes para o alcance dos objetivos propostos. Esses aspectos incluíram desde conversas nos pontos de cultura até situações percebidas nas ruas. A ideia foi captar com a maior fidelidade possível o ambiente no qual o pesquisador estava imerso. Portanto, foram documentados traços mais formais do dia a dia das associações: atividades oferecidas, quantidades e perfil das pessoas que participavam, descrição do espaço físico, envolvimento e participação das pessoas. Além disso, se buscou captar as situações imprevistas e os atos espontâneos que pudessem surgir e que, de alguma forma, também representassem e caracterizassem o grupo social e o espaço geográfico.

Tais registros se realizaram *in loco* e a todo momento, sempre e quando não atrapalhassem nem incomodassem as atividades ou os participantes. Antes de iniciar os registros, o pesquisador, em comum acordo com a coordenação dos espaços, participou de atividades de cada grupo com o intuito de se aproximar e dialogar sobre a necessidade da documentação dos encontros, de modo a minimizar a interferência causada pela sua presença, nas atividades de cada grupo. Cabe acrescentar que a imersão no campo se estendeu desde fevereiro até setembro de 2016, um total de oito meses nos quais se realizaram visitas intercaladas às duas associações, em função de seus cronogramas de atividades.

Depois da observação participante e da imersão no território, se efetuaram as entrevistas individuais. Os sujeitos entrevistados foram: diretores e/ou coordenadores dos pontos (3), que são os responsáveis pela execução, organização e implementação das atividades culturais; funcionários da SEC (2) e da Sede Regional do MinC (2), que são os agentes que pensam, criam e articulam as políticas culturais; trabalhadores e profissionais que atuam nos pontos (3), que são os que realizam a parte operativa dos projetos e ações que impactam, de uma ou outra forma, na geografia e na vida do bairro e na de seus moradores; participantes das atividades (2), que são os destinatários das políticas culturais. Elas foram distribuídas da seguinte maneira: quatro na Casa do Beco, onde se entrevistou ao diretor geral, ao coordenador pedagógico, à responsável financeira e à aluna-professora de teatro; quatro no Grupo Luna, onde se entrevistou aos dois diretores gerais, à aluna-professora de capoeira e à instrutora de inglês; duas na SEC, entrevistadas a Superintendente de Interiorização em Ação Cultural e a Servidora Pública Estadual; e duas na Sede Regional do Ministério de Cultura, entrevistadas a Chefe de Divisão da Representação Regional no Estado de Minas Gerais e a agente administrativa. Posteriormente, no capítulo dedicado à pesquisa de campo, será feita uma breve descrição das pessoas entrevistadas.

A respeito das entrevistas, foram essas concretizadas com todos os sujeitos participantes da pesquisa com o objetivo de aprofundar e conhecer melhor as realidades das associações culturais e da vida cotidiana dos dois bairros. Realizaram-se no total 12 entrevistas, segundo se especificou anteriormente, e foram feitas durante os meses de setembro e outubro de 2016. Para cada uma delas, foram elaborados roteiros específicos para cada entrevistado (APÊNDICE 2). As entrevistas foram gravadas, com o devido consentimento do entrevistado, e transcritas para seu

ulterior estudo e análise, o que permitiu a não distorção dos comentários e opiniões vertidas pelos entrevistados. Através dessas entrevistas, procurou-se, simultaneamente, conhecer qual é a articulação entre território, cultura e lazer que cada associação promove e identificar e estudar as formas de apropriação do lazer por parte das pessoas que trabalham nelas.

É importante salientar que a coleta de informações se iniciou após aprovação por parte do Comitê de Ética em Pesquisa (COEP) da UFMG. Todas as entrevistas realizadas foram feitas sob o consentimento e permissão das pessoas responsáveis e formalizadas mediante uma carta de anuência e por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). É relevante destacar, ainda, que os dados coletados receberam um tratamento ético de confidencialidade e foram utilizados somente na pesquisa, mantidos sob sigilo pelos pesquisadores responsáveis.

4.4 Análise dos dados

Uma vez realizadas as transcrições das entrevistas e organizados os dados recolhidos no trabalho de campo, se procedeu à análise do obtido por meio das quatro categorias anteriormente detalhadas na Introdução, a saber: Identidades do território, Atividades de lazer, Memória coletiva e Sentido de lugar. Essas categorias são consideradas relevantes para se compreender a articulação território, cultura e lazer no espaço urbano, por meio dos vínculos simbólico-afetivos que as pessoas constituem com o lugar em que vivem²⁰.

É pertinente sinalizar que a cartografia social é uma estratégia que requer a participação ativa dos membros de uma comunidade e que permite a construção coletiva do conhecimento para dar conta da subjetividade do espaço vital, favorecendo a compreensão da sociedade civil no seu espaço, no seu território²¹. É por isso que propomos uma cartografia mais narrativa/descritiva focada nos modos de sentir, ver e experimentar o território através do lazer e da cultura. Por conseguinte, entendemos que esse tipo de cartografia, mais emocional, mais sentimental e subjetiva baseada na observação participante e entrevistas individuais, pode ser apresentada de forma

²⁰ Como já foi mencionado, três dessas categorias foram inspiradas nos indicadores que compõem a metodologia desenvolvida por Marcelo Matos (2010) em sua tese de doutorado, defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista.

²¹ Blog Psicologia online: <http://mentepsicologia.blogspot.com/2012/02/que-es-la-cartografia-social.html>. Acesso em 24 fev. 2017.

descritiva em lugar de gráfica. Nesse sentido, acreditamos que essa escolha permite uma compreensão mais ampla ao possibilitar que os resultados da pesquisa sejam acessíveis para pessoas não habituadas a métodos mais técnicos, como são os mapas.

Destarte, e em relação aos alcances desta tese, salienta-se:

Nossa pesquisa não possui a intenção de chegar a uma classificação definitiva sobre a sensibilidade dos lugares. Nossa abordagem é delimitada no espaço-tempo da pesquisa e reflete a visão daqueles que se fizeram presente durante as entrevistas em campo (MATOS, 2010, p. 21).

Em suma, a pesquisa de campo, como mencionado anteriormente, foi desdobrada em três fases: contato inicial com as instituições participantes; acompanhamento das atividades, imersão no campo e entrevistas individuais. Em relação à imersão no campo, ela se estendeu desde fevereiro até setembro de 2016, totalizando oito meses nos quais se realizaram visitas intercaladas às duas associações em função de seus cronogramas de atividades.

Já as entrevistas se realizaram durante os meses de setembro e outubro de 2016. Elas foram distribuídas da seguinte maneira: quatro na Casa do Beco, onde se entrevistou ao diretor geral, ao coordenador pedagógico, à responsável financeira e à aluna-professora de teatro; quatro no Grupo Luna, onde se entrevistou aos dois diretores gerais, à aluna-professora de capoeira e à instrutora de inglês; duas na SEC, entrevistadas a superintendente de Interiorização em Ação Cultural e servidora pública estadual; duas na Sede Regional do Ministério de Cultura, entrevistadas a Chefe de Divisão da Representação Regional no Estado de Minas Gerais e a agente administrativa.

Apresentada a metodologia da presente pesquisa, esta tese desenvolveu-se da seguinte maneira: no capítulo a seguir, denominado *Fundamentação teórica: na interface entre território, cultura e lazer*, aprofunda-se nos três binômios conceituais (território-cultura, território-identidade, território-lazer) e propõem-se conexões teóricas a partir dos três eixos objeto deste estudo, a saber, território, cultura e lazer. A datar da renovação acontecida na Geografia nos anos 1970 — com seus principais protagonistas Augustin Berque, Denis Cosgrove e Paul Claval —, descreve-se a ligação, no início mais objetiva (considerando os aspectos mais formais do território da Geografia Tradicional: as dimensões histórica, morfológica, espacial) até aos

aspectos mais subjetivos (funcional e simbólica da Nova Geografia Cultural). Assim, além dos autores citados, debruçou-se sobre a ligação afetiva que une o indivíduo com o espaço (TUAN, 2012) e sobre os aspectos simbólicos presentes nesse território (HAESBAERT, 1999), com o intuito de refletir sobre as ligações (conscientes e inconscientes) que o ser humano estabelece com o lugar onde vive.

No capítulo *Ponto de Cultura, O Campo investigado*, tratou-se de descrever e contextualizar o programa Cultura Viva e, dentro dele, a ação Pontos de Cultura. Por ser um programa que começou em 2004, procedeu-se à descrição do percurso trilhado, com foco nos principais momentos dessa trajetória assim como nas situações de incerteza e conflitos vividos. Dessa forma, se apresentaram os principais protagonistas desse programa — Gilberto Gil, Célio Turino e Ivana Bentes —, com o intuito de mostrar as bases conceituais tanto do programa quanto da política, com a intenção de vislumbrar as conexões com os três eixos que nortearam a pesquisa.

Por sua vez, o capítulo 7 debruçou-se na política Pontos de Cultura, em Minas Gerais, e especificamente em Belo Horizonte, com o intuito de conhecer a trajetória e o momento no qual as duas associações escolhidas se encontram, analisar os dois espaços geográficos nos quais elas estão inseridas, reconhecer quais são as principais atividades e propostas culturais, assim como as estruturas organizacionais de cada uma delas. Enfim, conhecer qual é a realidade tanto espacial como humana para aprofundar a análise.

No capítulo seguinte, *Território, Cultura e Lazer nos Pontos de Cultura analisados: discursos, práticas e percepções*, apresentam-se, por um lado, as descrições objetivas e subjetivas dos dois bairros (Saudade e Morro do Papagaio) com a intenção de conformar uma identidade desses locais aos traços mais descritivos, assim como também aos mais sutis. E, por outro, mostra-se a aplicação da metodologia com os resultados obtidos mediante as entrevistas às pessoas atuantes nos pontos de cultura em cada uma das três categorias e seus respectivos parâmetros adaptados da metodologia de Matos (2010) e a quarta criada especialmente para essa pesquisa.

Assim, as lembranças e recordações individuais se misturam com a memória coletiva de cada bairro e os lugares preferidos e mais frequentados por cada entrevistado passam a conformar os sentidos de lugar, deixando à mostra os sentimentos, sensações e afetividades que diversos espaços dentro do bairro possuem para eles. E, por último, se procedeu a introduzir a visão do setor público a

partir da análise das entrevistas efetuadas na SEC e na Sede Regional do MinC. Dessa forma, se buscou conhecer a opinião e a relação dos funcionários públicos a respeito da política e de todas as questões que envolvem sua implementação e vigência.

Finalmente, como maneira de suscitar ou instigar futuras investigações, no último capítulo se elencaram as considerações resultantes da pesquisa, a fim de dar respostas às perguntas que a guiaram, assinalando, por um lado, as complicações, dificuldades e obstáculos e, por outro, experiências, aprendizados e desafios provocados.

5 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: NA INTERFACE ENTRE TERRITÓRIO, CULTURA E LAZER

Levando em consideração os conceitos apresentados na Introdução, no presente tópico buscamos articulá-los em três binômios com o propósito de integrá-los, em um diálogo que busca fazer conexões e apontar para outras reflexões. O primeiro binômio é Território e Cultura, o segundo, Território e Identidade e o terceiro, Território e Lazer. Diante do enfraquecimento das noções de região, as formulações atuais na geografia sobre o conceito de território, com as contribuições de Milton Santos, Rogério Haesbaert, entre outros autores, ampliam a visão conceitual anteriormente vinculada exclusivamente à forma geométrica espacial do território – fundamentos exclusivos do Estado-Nação – para uma nova concepção, em que prevalecem para a análise as relações flexíveis que ocorrem no espaço (BLUME, 2004). Nessa direção, Santos argumenta que a compreensão de território na geografia passa pelo “uso do território, e não o território em si mesmo” (1998, p. 15). Assim, segundo o autor, o conceito de território e as relações flexíveis nele constituídas passam a ser analisados pelas manifestações do cotidiano. Tais posições correspondem às relações vividas, por receberem a influência da multidimensionalidade do poder em sua constante oscilação entre simetrias e dessimetrias presentes na prática social.

Blume (2004) ainda aponta que as formulações atuais da geografia e os conceitos de território passam por um diálogo entre o território político, o território simbólico e o território em que o político e o simbólico se fundem. Na perspectiva política de território, caracteriza-se o conceito por meio das relações de poder e apropriação do espaço em várias esferas de análise. Como menciona Souza (2000, p. 78), “o território é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”. O território simbólico valoriza a identidade territorial, o vivido. Para Raffestin (1993, p. 158), “a dimensão simbólica para os estudos territoriais (...) reflete a multidimensionalidade ao vivido territorial, pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral”.

Na perspectiva da fusão da concepção política e simbólica, Blume (2004, p. 52) apresenta a visão de Haesbaert (2002, p. 121), com a qual esse estudo compactua, que entende o território produzido a partir de “uma relação desigual de forças, envolvendo o domínio ou o controle político-econômico do espaço e sua apropriação

simbólica, ora conjugados e mutuamente reforçados, ora desconectados e contrariamente articulados”. Compreendendo que o lazer, assim como a cultura, faz parte dessa dimensão simbólica, essas temáticas serão discutidas, na sequência, de modo articulado com o território.

5.1 Território e Cultura

A partir de 1970, Claval (2007) declara que a Geografia Cultural teve uma vigorosa renovação que se iniciou com uma preocupação mais ampla com a sociedade, com a economia e com a política. Além disso, o autor alerta quanto ao que ocorreu na Geografia como um todo e que ele resume como uma “abordagem humanista²². Quer dizer, uma análise e uma descrição do mundo tal como as pessoas fazem sua experiência direta” (CLAVAL, 2007, p. 53).

Com isso, abordagens vindas da etnologia e da antropologia contribuíram enormemente para essa renovação. Os lugares começaram a ser descritos e analisados a partir de uma percepção mais subjetiva do espaço, com a incorporação das emoções, dos sentimentos e das sensações. Eles “não têm somente uma forma e uma cor, uma racionalidade funcional e econômica. Eles estão carregados de sentido para aqueles que os habitam ou que os frequentam” (*Ibidem*, p. 55). A partir daí, o sujeito social começa a ter um diálogo ou começa a influir mais sobre o território, entendido este último como um espaço comum de uma comunidade. Dessa forma, o território deixa de ocupar uma posição de relevância, colocando-se numa relação mais horizontal e afastando-se, por conseguinte, da concepção determinista que caracterizava a geografia mais tradicional. Dessa maneira, passa a reconhecer a subjetividade presente nos territórios.

Assim, é possível dizer que os territórios possuem identidades (HAESBAERT, 1997, 1999), características próprias que vão além dos aspectos morfológicos, históricos e espaciais e incorporam também os pontos funcionais, isto é, as relações entre suas diversas partes e os aspectos simbólicos, na medida em que o território é portador “de significados que expressam valores, crenças, mitos e utopias” (ROSENDAHL e CORRÊA, 1998, p. 8).

²² Termo criado por Yi-Fu Tuan em 1976.

Esse foi o grande aporte que a Nova Geografia Cultural trouxe para a Geografia Cultural Tradicional. Foi através dessas duas novas dimensões (funcional e simbólica), que a Nova Geografia começou a considerar as relações de poder que sem dúvida influíam na configuração do espaço e na interdependência dos indivíduos. Como consequência disso, a Nova Geografia torna-se mais complexa, porque sua abordagem passa a considerar e a focar mais a dialética das relações sociais no espaço e, a partir daí, aprofundar suas análises. A esse respeito, Oliveira (2004, p. 44) acrescenta que:

Utiliza a idéia de que o homem constrói paisagens através de suas ações e que o *poder* interfere nessa construção. Além disso, novos temas são absorvidos pela Geografia Cultural neste momento de renovação, com o aprofundamento das análises e passando a estudar como a sociedade se organiza no espaço, nele se imprime e se reflete.

Entre os autores que tiveram maior destaque, se encontram Augustin Berque, Denis Cosgrove e Paul Claval. No caso de Berque (1998), há uma contribuição crucial para a Nova Geografia, expressada em sua teoria de paisagem enquanto marca e matriz da sociedade. Esse conceito evidencia como as práticas sociais e a organização do espaço urbano (inclusive a distribuição dos equipamentos culturais) ocorrem de forma dialética, reproduzindo, de maneira quase automática e irreflexiva, a tensão que os poderes hegemônicos imprimem no território. Dita tensão fica mais clara nas palavras de Oliveira (2004, p. 46), quando salienta que “esta matriz está carregada de intencionalidade e é capaz de conduzir as ações futuras dos atores sociais, no sentido que mais convém aos grupos sociais dominantes”.

Tal como Claval destaca, “as paisagens não são realidades objetivas, seu papel na vida dos grupos humanos é mais complexo do que geralmente se pensa. Elas desempenham o papel de suporte de mensagens e símbolos” (2001, p. 58). Nesse sentido, Berque (1998) define a paisagem da seguinte maneira: é uma marca, pois expressa uma história, uma civilização e pode ser descrita e inventariada – quantificada, analisada – ligando formas e funções, “mas também é matriz porque participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação – ou seja, da cultura” (1998, p. 85). Logo

[...] deve ser compreendida, portanto, através desses dois modos: enquanto uma *marca* que explica o que a produziu como objeto (uma estética, uma moral, gerada por uma política) e enquanto uma *matriz*, uma vez que o território determina o olhar, a consciência, os sentimentos, a idiossincrasia, a experiência, a política (OLIVEIRA, 2004, p. 46).

Atrelada à tensão mencionada por Berque, é possível introduzir o pensamento de Cosgrove quando diz que o estudo da cultura está vinculado de maneira estreita ao estudo do poder. Nesse sentido, ele argumenta que o poder é “expresso e mantido na reprodução da cultura. Isto é melhor concretizado quando é menos visível, quando as suposições culturais do grupo dominante aparecem simplesmente como senso comum” (1998, p. 106).

Segundo Cosgrove, isso pode ser denominado como hegemonia cultural²³. Desse modo, o geógrafo inglês estabelece que a cultura pode ser dividida em cultura dominante e dominada. Entre o último grupo se encontra a residual (que sobra do passado), a emergente (que antecipa o futuro) e a excluída (que é ativa ou passivamente suprimida). Cada uma delas com impactos diferenciados sobre o território, embora, “por sua natureza, as culturas alternativas são menos visíveis na paisagem do que as dominantes” (COSGROVE, 1998, p. 116). Isso lhe permite identificar quatro tipos de culturas em uma cidade ou metrópole: “dominante, residual, emergente e excluída” (*Ibidem*, p. 117-121).

Como correlato aos dois primeiros autores, Claval (2001), por sua vez, chama a atenção, por um lado, para a noção de grupos sociais e sua construção de identidades, especificamente, em relação às formas de organização territorial. E por outro, sobre a identidade e a territorialidade como duas novas categorias da Nova Geografia, sobretudo para a escola francesa. A esse respeito, Oliveira salienta:

É assim que surgem os sentimentos de identidade, reconhecimento e pertencimento ao grupo social. Para ser reconhecido enquanto membro do grupo, o indivíduo passa a possuir determinadas características, práticas, valores e crenças que facilitam sua identificação perante o grupo [...]. Compreender as sociedades e as culturas implica um conhecimento dos lugares e dos espaços onde ocorrem estas relações sociais. Sem essa

²³ Hegemonia cultural é um conceito formulado por Antonio Gramsci (2002) para descrever o tipo de dominação ideológica de uma classe social sobre outra, particularmente da burguesia sobre o proletariado, o que se manifesta, por exemplo, quando os interesses da alta burguesia de um país são identificados como os interesses de toda sociedade do país ou quando a historiografia se concentra apenas em grupos ou indivíduos de elite.

compreensão é impossível identificar a forma com que o espaço influencia nestas relações (2004, p. 53).

Tanto os traços identitários que o território carrega quanto as manifestações do poder no espaço conformam temáticas muito instigantes que comportam reflexões relevantes, já que o atual sistema capitalista neoliberal parece colocar à disposição todas as condições necessárias para que esse modelo possa se fortalecer, expandir e crescer continuamente.

Portanto, é pertinente citar David Harvey (2000, 2008, 2014b), quando salienta que o capitalismo, através da urbanização das cidades, encontrou a maneira de continuar crescendo e se fortalecendo. Dessa forma, o setor privado, em “parceria” com o setor público, consegue projetar na cidade mecanismos de controle não só sobre o território senão também sobre as pessoas. Assim, a especulação imobiliária e a gentrificação,²⁴ e sua conseguinte remoção de pessoas de suas moradias, são duas consequências diretas disso. Tudo isso, sem dúvida alguma, tem seu impacto também na identidade do território.

Antes de passar ao seguinte item e diante das diferentes formas teóricas usadas pelos autores da Geografia Tradicional e da Nova Geografia para se referirem ao *topos*, achamos necessário nos posicionar a esse respeito. Dessa forma, é pertinente citar Corrêa e Rosendahl quando explicam: “A importância da paisagem na história do pensamento geográfico tem variado. Este conceito foi mesmo relegado a uma posição secundária, suplantada pela ênfase nos conceitos de região, espaço, território e lugar” (1998, p. 7).

Por esse raciocínio, escolhemos os conceitos de território e/ou espaço, por entendermos que possuem uma conotação positiva e guardam sensações agradáveis e sugerem coisas boas, da mesma forma que a palavra comunidade tem para Bauman (2003). Por outro lado, está em consonância com um autor caro para essa pesquisa, Rogério Haesbaert (2007). Concordamos com ele quando estabelece que o território é o espaço onde se combinam a dimensão funcional e a dimensão simbólica: a

²⁴ A primeira a cunhar esse conceito foi a socióloga britânica Ruth Glass (1964), fazendo referência às alterações observadas na estrutura social e no mercado imobiliário em certas áreas suburbanas de Londres. Desta maneira, Glass o define assim: “*One by one, many of the working class quarters have been invaded by the middle class - upper and lower ... Once this process of 'gentrification' starts in a district it goes on rapidly until all or most of the working class occupiers are displaced and the whole social character of the district is changed*” (1964, p. xvii).

primeira diz respeito às relações de poder, enquanto a segunda tem a ver com a produção de significados subjetivos, os quais constituem determinadas identidades.

5.2 Território e Identidade

A partir do entendimento de Claval (2007), sobre a relação entre o território e os seres humanos e as maneiras como as pessoas se apropriam e se identificam com o espaço, é plausível dizer que o lugar onde cada indivíduo e/ou grupo social constrói sua vida é depositário de uma grande porcentagem de rasgos subjetivos, afetivos, sensíveis, que fazem com que os seres humanos se identifiquem mais com um/uns território(s) que com outro(s). Dessa maneira, um mesmo território conjuga dois aspectos ou dimensões: um de caráter físico, representado pelo ambiente e a paisagem, e outro de caráter sensível e/ou simbólico.

Rogério Haesbaert (2011, p. 95-96) esclarece essa dupla dimensão do território, ao dizer que esse [...] “desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’”. Na sequência se apresenta o esquema ilustrativo proposto por Haesbaert para visualizar essas duas dimensões territoriais.

Quadro 3 – As duas dimensões do território

Território de dominância “funcional”	Território de dominância “simbólica”
<i>Processos de Dominação “Territórios da desigualdade”</i>	<i>Processos de Apropriação (Lefebvre) “Territórios da diferença”</i>
Território sem territorialidade (empiricamente impossível)	Territorialidade sem território (ex.: “Terra Prometida” dos judeus)
Princípio da exclusividade (no seu extremo: unifuncionalidade)	Princípio da multiplicidade (no seu extremo: múltiplas identidades)
Território como recurso, valor de troca (<i>controle físico, produção, lucro</i>)	Território como símbolo, valor simbólico (<i>“abrigo”, “lar”, segurança afetiva</i>)

Fonte: HAESBAERT, 2007, p. 24.

Cabe ressaltar aqui que como *continuum* é impossível estabelecer uma separação entre ambas as dimensões ou, como Haesbaert os denomina: “tipos ideais”. Nesse sentido, ele acrescenta:

Enquanto “tipos ideais”, eles nunca se manifestam em estado puro, ou seja, todo território “funcional” tem sempre alguma carga simbólica, por menos expressiva que seja, e todo território “simbólico” tem sempre algum caráter funcional, por mais reduzido que pareça (HAESBAERT, 2007, p. 23).

Talvez seja extremo concordar com Bonnemaïson e Cambrèzy (1996 *apud* HAESBAERT, 2012, p. 18) quando definem categoricamente que o território se tornou o mais eficaz de todos os construtores de identidade. Porém, sem dúvidas é um fator influente na construção da identidade tanto individual quanto coletiva. Dessa maneira, é preciso mencionar dois tipos de relações que influenciam na identidade do ser humano em estreita ligação com o território: topofilia (TUAN, 2012) e topopoligamia (BECK, 1999). No primeiro caso, “topofilia, pode ser definida em sentido amplo, incluindo todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material” (TUAN, 2012, p. 135-136). No segundo, Beck forjou o termo topopoligamia para se referir ao fenômeno de “estar casado com lugares que pertencem a mundos distintos²⁵” (1999, p. 135) ou essa capacidade humana de se identificar, ou se reconhecer, com mais de um território.

Embora o sociólogo alemão utilize esse termo para designar a mobilidade das pessoas entre cidades do mesmo país ou até de diferentes continentes, é possível aplicá-lo também ao contexto urbano, ou seja, dentro de uma mesma cidade. É interessante pensar em uma topopoligamia em um nível micro, como no caso de uma pessoa que mora em um bairro e se desloca para outro porque tem preferência por algum restaurante ou bar; ou no caso de um adolescente que pratica *skate* e deve se deslocar bem longe da sua casa para praticar esse esporte. Tanto no primeiro exemplo como no segundo, as pessoas forjam uma ligação com esses outros bairros.

Com esses dois simples exemplos, é possível perceber que cada pessoa possui múltiplas localizações dentro de uma cidade e que, de uma forma ou de outra, essas multilocalizações representam-na, identificam-na e constituem sua personalidade. Também nessa identificação com o território, dada pela multilocalização, se traduz o que Barel (1986 *apud* HAESBAERT, 2004, p. 11)

²⁵ “A topopoligamia pode ter vários significados. Ela pode se dar entre as cidadezinhas bávaras de Einsiedlerhof e Oberammergau ou entre culturas ou entre continentes” (BECK, 1999, p. 138).

denomina como “multipertencimento territorial”. Esse fenômeno, por sua vez, permite que aconteça o processo denominado por Beck como “a alternância e a escolha dos espaços” (1999, p. 137). Destarte, a preferência do sujeito por determinados lugares ou locais dentro da cidade também são elementos constitutivos da sua identidade.

Daí surge a noção de que o lugar é uma porção do espaço que traz consigo uma história, uma identidade, uma personalidade e que, em algum momento, as duas personalidades (a do ser humano individual ou coletivo e a do território) se conectam. Nesse sentido, e retomando a ideia do *continuum* haesbaertiano, pode-se estabelecer um vínculo com o lazer a partir da compreensão de que ele faz parte da apropriação mais subjetiva e/ou cultural-simbólica do território ou também pode-se pensar que o lazer faz parte do conjunto de ligações afetivas (TUAN, 2012) que o ser humano tece com o espaço.

5.3 Território e Lazer

Considerado o que foi exposto anteriormente, é possível compreender o lazer como mais um elemento de identificação e conexão que as pessoas possuem com o território onde habitam, circulam, ocupam. Dessa forma, é plausível enxergar o lazer como parte integrante da dimensão simbólica, proposta pela Nova Geografia Cultural, e do território simbólico, introduzido por Rogério Haesbaert, e até do conceito de topofilia, cunhado por Tuan. Assim, o grande desafio e, ao mesmo tempo, um dos motivadores dessa pesquisa, foi conseguir construir um arcabouço teórico que relacionasse lazer e território a partir de outros parâmetros que não fossem o tempo de não trabalho ou a dicotomia lazer/trabalho.

Em uma articulação com o objeto dessa pesquisa, é relevante trazer as palavras de Haesbaert (2007, p. 20), quando manifesta que “para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva ‘apropriação’”. Então, é possível dizer que tal apropriação²⁶ ocorre na dimensão mais

²⁶ Lefebvre distingue entre apropriação e propriedade para caracterizar os processos simbólicos e funcionais que acontecem no território: “Podemos, portanto, justificadamente falar de um período de transição entre o modo de produção de coisas no espaço e o modo de produção do espaço. A produção de coisas foi promovida pelo capitalismo e controlada pela burguesia e sua criação política, o Estado. A produção do espaço traz outras coisas em sua esteira, entre elas a extinção da propriedade privada do espaço, e, simultaneamente, do estado político que domina os espaços. Isso implica uma mudança da dominação para a apropriação e a primazia do uso sobre a troca (a extinção do valor de troca)”. (LEFEBVRE, 1991, p. 410, tradução própria).

subjetiva e/ou cultural-simbólica e, dentro da qual, podemos incluir, junto com outros elementos, o lazer. Enquanto componente simbólico-afetivo do território, o lazer faz com que o ser humano tenha uma ligação afetiva com vários bairros, espaços, lugares dentro do contexto da cidade. Com isso, é importante destacar que sempre existirá uma ligação da pessoa com o território e que esse nexos vai além do trabalho e da subsistência meramente econômica. Tudo dependerá do tempo, de quanto tempo a pessoa permaneça em um mesmo lugar.

Da mesma maneira em que entendemos que a “arte pode colaborar para a produção de cidades melhores²⁷”, podemos afirmar também que há cidades mais sensíveis (CAMPBELL, 2015) onde o ser humano pode se projetar, se empoderar e fazer parte do processo de construção. É nessa construção de cidade, mais simbólica que física, que o lazer ocupa, potencialmente, um papel relevante.

Diante do exposto, contextualizar o lazer é essencial para entender esse fenômeno na atualidade. Nesse sentido, o foco desta pesquisa está na articulação do lazer com o território e a cultura na contemporaneidade, na qual as TICs influenciam a vida como um todo e alteram o tempo, o espaço e o ritmo de vida tanto em nível individual, quanto coletivo. Por isso, é importante esclarecer que a discussão entre território, cultura e lazer se dá em um contexto caracterizado pela era de um capitalismo cognitivo. Então, procura-se chegar a uma aceção do lazer em relação ao território, ou seja, busca-se entender como o lazer e o território se influenciam reciprocamente em um contexto como o atual. Depois disso, nos dois seguintes subitens, se problematiza o lazer, levando em consideração o contexto contemporâneo, com a intenção de descrever como o modelo hegemônico neoliberal e o capitalismo cognitivo o influenciam.

5.3.1 Por um lazer ligado ao território

É pertinente reforçar que o presente estudo não considera que o território seja determinante da cultura, da identidade e do lazer de uma dada comunidade, nem tampouco adere a uma concepção determinista da geografia²⁸. Entende-se que o

²⁷ Extraído da entrevista com a artista e professora de Artes Visuais da EBA-UFMG, Brígida Campbell “A cidade somos nós a fazê-la”: <https://oglobo.globo.com/sociedade/conte-algo-que-nao-sei/brigida-campbell-artista-plastica-cidade-somos-nos-faze-la-19120830>. Acesso em 20 abr. 2016.

²⁸ O conceito “determinismo geográfico” foi criado pelo geógrafo alemão Friedrich Ratzel em sua obra intitulada “Antropogeografia: fundamentos da aplicação da Geografia à História” (1882). O conceito diz

território influencia fortemente o ser humano através dos sentimentos que nele desperta tanto de forma consciente como inconsciente, e que tem a ver, em maior ou menor medida, com sua idiosincrasia, sua ideologia, sua trajetória de vida. Esse pensamento de que a escolha pelo território está baseada no “elo afetivo entre a pessoa e o lugar” (TUAN, 2012, p. 19) é a base sobre a qual se fundamenta esse inciso.

A partir dessa premissa, é possível estabelecer relações entre o lazer, a cultura e o território específicas, já que estas variarão de um território a outro, de um bairro a outro e de uma comunidade a outra. Portanto, está presente uma relação sinérgica e dialética, de duplo sentido, na qual ambos (ser humano e território) são influenciados e influenciadores de forma constante, mas sem uma hierarquia predeterminada.

Pensamos que a compreensão de lazer que essa pesquisa pleiteia pode ser estabelecida pela ideia que Turino (2010, p.79) define para a arte:

A dimensão da arte não pode ficar restrita ao campo do simbólico. Para além da produção de símbolos, a arte envolve habilidades, todas as habilidades humanas e a apreensão dos significados por meio dos sentidos, de uma **percepção sensorial** [...] A arte reflete aspirações e contradições do seu contexto histórico e é, ao mesmo tempo, produto e vetor das transformações sociais. Para além da preocupação exclusiva com a beleza, busca-se tudo aquilo que permita a **afirmação cultural** da **subjetividade** das pessoas, **grupos** e **classes** sociais (Grifo nosso).

Essa abordagem possui vários aspectos significativos e possibilita encontrar similitudes com a compreensão de lazer proposta por Gomes (2011, p. 16-17):

O lazer representa a necessidade de fruir, ludicamente, as incontáveis práticas culturais constituídas, socialmente, em cada contexto. Essa necessidade pode ser satisfeita de múltiplas formas, segundo os valores e interesses dos sujeitos, grupos e instituições em cada contexto histórico, social e cultural. Por isso, o lazer precisa ser tratado como um fenômeno social, político, cultural e historicamente situado.

A partir daí a intenção é pensar e refletir sobre um lazer também tratado como um fenômeno geográfico, buscando considerar outros parâmetros além do tempo, da dicotomia entre trabalho e lazer, da oposição entre tempo livre ou tempo de não

respeito às influências que as condições naturais exercem sobre a humanidade e sustenta a ideia de que o meio natural é uma entidade definidora da fisiologia e da psicologia humanas, ou seja, o homem está muito marcado pela natureza que o cerca (MORAES, 1990).

trabalho, tempo funcional de descanso para repor as energias e voltar “renovado” ao trabalho produtivo (GOMES, 2011).

Nesse sentido, é importante citar novamente Turino quando reafirma que o “fazer cultural e o território estão intrinsecamente vinculados” (2010, p. 78). Como entendemos o lazer como um fenômeno cultural (GOMES, 2004, 2011, 2014), podemos concluir que a ligação entre o lazer e o território também é íntima. Assim, estabelecemos dois pontos de contato entre as duas concepções:

- Reciprocidade/relação dialética com o contexto histórico-social: cada tempo e lugar tem suas próprias características e, para analisar um determinado grupo social, é preciso levar em consideração o contexto histórico-social, político e econômico da época em questão. Nesse sentido, concordamos com Santos (2012), quando afirma que não é apropriado analisar o grupo social sem considerar o tempo histórico e o espaço social. Por consequência, “o tempo/espaço é um produto das relações sociais e da natureza e constitui-se por aspectos objetivos, subjetivos, simbólicos, concretos e materiais, evidenciando conflitos, contradições e relações de poder” (GOMES, 2014, p. 15).
- Cultura como característica de afirmação/conquista de identidade: da mesma maneira que podemos relacionar um determinado grupo social com uma cultura específica (GOYTIA e AROSTEGUY, 2011), também é possível fazê-lo a nível individual. Dessa forma, por um lado, a cultura aglutina as pessoas com interesses, características, hábitos e costumes parecidos e, por outro, faz com que o coletivo social construa uma identidade própria e através dela se diferencie dos outros grupos com os quais convive. Assim, é importante destacar, como define Martin Jacques (1997 *apud* HALL, 1997), que existe uma cultura oficial e convencional e outra não oficial e subterrânea e que ambas atuam de forma simultânea e incidem nos indivíduos que compõem uma determinada sociedade, fazendo com que, por um lado, exista um comum denominador de características culturais que representam esse grupo social, e, por outro, que cada indivíduo seja único.

Esta dialética entre o subjetivo e o objetivo, entre o psicológico e o sociológico, fica refletido em Geertz (1989, p. 57), quando afirma:

Assim como a cultura nos modelou como espécie única — e sem dúvida ainda nos está modelando — assim também ela nos modela como indivíduos separados. É isso o que temos realmente em comum — nem o ser subcultural imutável, nem um consenso de cruzamento cultural estabelecido.

Por conseguinte, pode-se afirmar que tanto a identidade individual quanto a social são construções que o sujeito faz para se reconhecer como único e, ao mesmo tempo, como parte integrante de um coletivo. Então o lazer em seu desdobramento individual e social (CUENCA, 2009) faz parte dessa dialética, que ao estar em um tempo/espaço particular é atravessado por todas as questões que uma cidade como Belo Horizonte no começo do século XXI tem, e tanto a hegemonia cultural quanto o capitalismo cognitivo são elementos constitutivos desse cenário.

5.3.2 Problematização do lazer no contexto cultural hegemônico

Este tópico propõe uma reflexão conceitual sobre o lazer baseada na produção teórica sobre a temática, com o intuito de entender esse fenômeno tão polissêmico, rico e complexo, no atual sistema capitalista neoliberal globalizado. Nesse contexto mundial, no qual as relações sociais se encontram hiperconectadas e a concentração do capital é cada vez mais acentuada, as dinâmicas urbanas nas cidades e as características culturais e de lazer tendem a uma certa homogeneidade. Então, manter um conceito e tentar adequá-lo noutros contextos, épocas ou situações não é prudente diante de um cenário tão dinâmico e vertiginoso como o atual. Além de correr o risco de cair em um anacronismo teórico, os conceitos devem se relacionar ao momento histórico-político no qual estão imersos, em lugar de extrapolar concepções antigas ou corresponder a outras sociedades e visões do mundo.

Nesse sentido, continuar com essa divisão entre o grupo que considera que o lazer pertence à Antiguidade Clássica, seja sob o ideal grego denominado *scholé* ou o romano, *otium* (DE GRAZIA, 1966; MUNNÉ, 1980; CUENCA, 2004), e o outro que estabelece como marco histórico do lazer a Revolução Industrial (DUMAZEDIER, 1976) não possibilita a criação de novas abordagens do tema que possam ser mais atuais e próximas às nossas realidades. Com isso não estamos afirmando que estudar

e pesquisar analiticamente a ocorrência histórica do lazer, investigando como acontecia ou como era compreendido pelos romanos, gregos ou pelos trabalhadores das fábricas, e até também efetuar uma análise comparativa não seja importante. O que queremos salientar é que, por exemplo, tanto na sociedade grega quanto na romana, o “lazer” era considerado um privilégio de um grupo seletivo, a elite. Assim, funcionava como uma clara divisão social entre senhores e escravos.

Já no caso da Revolução Industrial, o lazer se converteu em uma “possibilidade de controle sobre o corpo e a mente dos trabalhadores [...], pouco a pouco assumindo a forma de mercadoria” (MASCARENHAS, 2006, p. 92). Cabe destacar, ainda, que foi nesse contexto histórico e econômico que Dumazedier realizou suas investigações sobre o lazer na França e, embora a Revolução Industrial trouxesse uma nova forma de organização econômico-política das cidades, de lá para cá muitas transformações ocorreram em diversos níveis: social, tecnológico, cultural, político, econômico, urbanístico, geográfico, etc. Por tudo isso, não é prudente pensar que, como alguns aspectos da Era Industrial ainda persistem, e alguns até estão mais acentuados, seja possível extrapolar conceitos, ideias e colocá-los na atualidade somente realizando a contextualização ou alguns ajustes. Aqui defendemos a ideia de que o lazer (e tantos outros conceitos) deve ser endógeno, ou seja, deve ter origem no interior.

Já nos situando na segunda metade do século XX, foi a partir da Revolução da Informação e do advento das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs²⁹), nas décadas de 1970 e 1980, que todas essas mudanças descritas no parágrafo anterior foram intensificadas, o que modificou também as noções de tempo e espaço (HARVEY, 1990; IGARZA, 2009; GOMES, 2014). Por sua vez, o capitalismo neoliberal, através dessas tecnologias da informação, produziu uma compressão desses termos: “quanto mais ampla a escala geográfica (o que explica a ênfase na globalização) e quanto mais curtos os períodos de tempo dos contratos de mercado, tanto melhor” (HARVEY, 2014c, p. 13).

Em relação a isto, Gomes (2014, p. 7) declara:

[...] é cada vez mais evidente que a compreensão de lazer como uma esfera oposta ao trabalho não vem conseguindo problematizar as complexidades e as dinâmicas que marcam as múltiplas dimensões da vida coletiva em diferentes âmbitos e contextos, notadamente neste século XXI. A oposição trabalho e lazer é cada vez mais paradoxal, pois a flexibilização laboral (e,

²⁹ TICs: Correspondem a todas as tecnologias que interferem e mediam os processos informacionais e comunicativos dos seres humanos (STEVENSON, 1997).

com ela, a precarização do trabalho), somada à gradativa divisão internacional do trabalho (que concentra a produção fabril em alguns países e regiões do mundo, especialmente na Ásia), e ao avanço tecnológico, que expandiu as fronteiras espaciais/temporais, já deixaram claro que os supostos limites entre ambos são cada vez mais tênues e difusos na vida social cotidiana. Esses são alguns dos exemplos que, inevitavelmente, indicam que algumas das categorias comumente utilizadas para conceituar o lazer precisam ser revisadas e problematizadas.

Em consonância ao pensamento de Gomes, Igarza, ao analisar as mudanças que as TICs tiveram e ainda têm sobre as relações humanas, sobre o trabalho e o lazer, acrescenta o seguinte:

Las economías modernas funcionan reconociendo que lo creativo, lo mediático y lo ocioso, por un lado, y la consecuente relativización del lugar social concedido al trabajo y al pleno empleo como estrategia colectiva, por otro, no se oponen (2009, p. 34).

Dessa forma, se faz necessário compreender as características da sociedade atual, as dinâmicas que estão por trás do capitalismo global, as transformações que impactam nas cidades e nas relações sociais pelo avanço das tecnologias e dos meios de comunicação. Tudo isso, em diferentes graus, influi tanto nos aspectos mais subjetivos, simbólico-afetivos, quanto nos mais objetivos ou formais.

Nesse sentido, abordar o lazer de forma descontextualizada, que remonta a outras épocas e contextos, ou ainda considerá-lo como algo oposto ao trabalho é uma ideia pouco útil em um sentido heurístico. Além disso, essa ideia não contribui para o avanço e para a produção de novos conhecimentos nesta área e redundante em uma compreensão do lazer que responde a estratégias de dominação cultural — articuladas pela colonialidade do poder³⁰ e pela colonialidade do saber³¹ com o objetivo de impor e reproduzir um determinado modelo eurocêntrico, ou seja, reduzir as visões do mundo em uma só perspectiva.

³⁰ “La colonialidad de poder es uno de los elementos constitutivos y específicos del patrón mundial de poder capitalista. Se funda en la imposición de una clasificación racial/étnica de la población del mundo como piedra angular de dicho patrón de poder, y opera en cada uno de los planos, ámbitos y dimensiones, materiales y subjetivas, de la existencia cotidiana y a escala social” (QUIJANO, 2007, p. 93).

³¹ “A colonialidade do saber nos revela ainda que, para além do legado de desigualdade e injustiça sociais profundos do colonialismo e do imperialismo, já assinalados pela teoria da dependência e outras, há um legado epistemológico do eurocentrismo que nos impede de compreender o mundo a partir do próprio mundo em que vivemos e das epistemes que lhes são próprias. Há, assim, uma diversidade epistêmica que comporta todo o patrimônio da humanidade acerca da vida, das águas, da terra, do fogo, do ar, dos homens” (PORTO-GONÇALVES, 2000, p. 3).

Como nesta pesquisa a questão do território é um aspecto fundamental, é prudente abandonar conceitos e teorias sobre o lazer que não correspondam ao contexto geográfico e momento histórico-político que se pretende estudar. Acredita-se, dessa maneira, que será possível criar um arcabouço específico que dialogue com o objeto deste estudo, com a cidade de Belo Horizonte e com o Brasil neste momento político-social.

5.3.3 Lazer e a Revolução Digital e da Informação – A era do Capitalismo Cognitivo

No presente tópico, pretende-se analisar o lazer no contexto atual, em que impera o capitalismo neoliberal globalizado. Como ponto de partida, pode ser mencionada a arquiteta Natacha Rena que, influenciada por Hardt e Negri (2001, 2005, 2016), sobretudo pelo último³², declara que “se a fábrica configurava o campo de exploração do trabalho até os anos 1970, atualmente o Estado-Capital extrai a mais-valia em todo o espaço” (RENA, 2015, p. 22). Esse espaço é o espaço urbano que, na era do capitalismo cognitivo e de políticas públicas neoliberais cada vez mais avassaladoras, tornam esse lugar em um cenário de disputa não apenas territorial, mas também política e simbólica.

Dessa forma, as cidades que outrora se organizavam a partir de modelos econômicos do capital para obter a maior exploração através das fábricas e lugares concretos, agora são territórios onde o capitalismo cognitivo atua com igual intensidade sem considerar nenhuma ordem preestabelecida e sem respeitar ou obedecer a nenhuma limitação, seja física, humana ou espacial/temporal. Toda ação é plausível desde que obtenha lucro, e é apenas isso o que interessa. Além do espaço, essa forma de capitalismo e o avanço vertiginoso da tecnologia mudaram profundamente as maneiras de trabalho e a relação com o tempo. Em decorrência disso, as pessoas modificaram sua forma de se relacionar com o espaço, com o trabalho e também entre elas.

Uma característica central desse novo capitalismo neoliberal, que Hardt e Negri denominam de Império (2001), está justamente vinculada com a questão do tempo porque “o tempo de expropriação do capitalismo pós-fordista, imperial, neoliberal

³² Bem-estar comum (RECORD, 2016) é a tradução de *Commonwealth* (Harvard University Press, 2009).

ocupa todo o tempo de nossas vidas” (RENA, 2015, p. 25). A esse respeito, Rena acrescenta:

A exploração capitalista atual passa pela captura dos desejos e, neste sentido, todo um sistema simbólico abduz a subjetividade e nos torna trabalhadores e consumidores obedientes, dentro de um sistema capitalista financeiro. Assistimos ao surgimento de um novo homem: o homem endividado³³ (*Idem*).

Fica claro que é a dívida o que mantém vivo o capitalismo (HARVEY, 2014a) e é o motor dele. Do ponto de vista do lazer e da cultura, a cidade como um todo também se converteu em empresa ou no que Jorge Barbosa (2006, p. 127) chamou de “cidade *beautiful*, a cenografia contra a desordem”, na qual a especulação imobiliária, a gentrificação, as políticas de revitalização urbana e o controle do Estado através do excedente de capital são todos mecanismos “nas mãos de uma pequena elite política e econômica com condições de moldar a cidade cada vez mais segundo suas necessidades particulares e seus mais profundos desejos” (HARVEY, 2014b, p. 63).

O lazer e o trabalho, pela primeira vez na história, estão mais equiparados. Eles acontecem em qualquer lugar da cidade sem se importar pelo momento ou situação: pode ser no trabalho, nos deslocamentos e na casa (IGARZA, 2009). Ou seja, deixou-se para trás essa relação dicotômica de subordinação que o trabalho impunha ao lazer; agora ambos acontecem em tempos paralelos, em espaços e tempos reais, simultâneos e ubíquos. Essas multidões urbanas hiperconectadas que habitam nas cidades, experimentam e vivenciam o que Igarza denomina como bolhas de lazer. E o fazem o tempo todo, sem estabelecer nenhuma diferença entre os espaços e tempos pelos quais circulam, habitam e trabalham. Nesse esquema, o lazer é também impactado e transformado, se convertendo e entrando nos interstícios que o sistema neoliberal imperial lhe permite.

Dessa maneira, encontramos-nos frente a um novo lazer e a uma nova sociedade: o lazer intermitente da Sociedade do Lazer Intersticial (IGARZA, 2009).

³³ Esse conceito foi cunhado pelo filósofo e sociólogo italiano Maurizio Lazzarato (2011, 2012): “A relação credor-devedor, que define a relação de poder específica das finanças, intensifica os mecanismos da exploração e do domínio de modo transversal, porque não faz nenhuma distinção entre trabalhadores e desocupados, consumidores e produtores, ativos e inativos. Ela impõe uma mesma relação de poder a todos: até as pessoas mais desprovidas de acesso ao crédito particular participam do pagamento dos juros ligados à dívida pública”. [...] “A sucessão das crises financeiras fez emergir violentamente uma figura subjetiva que já estava presente, mas que ocupa agora o conjunto do espaço público: o “homem devedor””.

Nesse sentido, Igarza propõe um lazer atrelado às TICs e o que elas permitem que as pessoas façam em seus tempos de transição, tempos de espera, tempos de deslocamentos. Por isso, o autor entende que o lazer completa o *lag time*, o período de tempo entre duas ações relacionadas. É possível entrever, portanto, que o tema em questão se circunscreve à capacidade de consumo da pessoa, à possibilidade que os aparelhos, sejam celulares, computadores, iPods, notebooks, tablets, permitem no espaço da cidade urbana altamente conectada. Assim, Igarza argumenta:

El ocio se consume en pequeñas píldoras de fruición, brevedades que pueden disfrutarse en los microespacios que dejan las actividades laborales o en los fragmentos de dedicación ociosa que el usuario se adjudica durante los desplazamientos o en su tiempo libre en el hogar (2009, p. 43).

Essa definição traz implícita uma exclusão, já que considera que o lazer só pode ser usufruído por pessoas altamente tecnológicas, com um poder aquisitivo e nível de vida determinado e, por conseguinte, deixa fora completamente essa qualidade do lazer que não depende do capital, da racionalidade ocidental, do neoliberalismo. Assim, o autor argentino categoricamente reforça: “*el ocio intersticial es una mercadoutopía hecha realidad*” (IGARZA, 2009, p. 45). Palavras como “*consume*” e “*usuario*” possuem um significado economicista direto e estão em estreito diálogo com a proposta de cidades de Richard Florida, com uma visão mais hegemônica da cultura e do lazer.

Em seu livro *Las Ciudades Creativas* (FLORIDA, 2009), o urbanista norte-americano argumentou que as áreas metropolitanas com alta concentração de trabalhadores de tecnologia de ponta, artistas, músicos e homossexuais estão relacionadas com um nível elevado de desenvolvimento econômico. Florida sustenta a teoria de que a classe criativa promove e fomenta um entorno pessoal e profissional aberto e dinâmico. Esse entorno atrai mais pessoas criativas assim como também empresas e capital. O autor sugere que atrair e reter talentos de alta qualidade em lugar de se centrar unicamente em projetos de infraestrutura, tais como estádios de esportes, edifícios emblemáticos e centros comerciais, é um aproveitamento de primeira ordem dos recursos de regeneração de uma cidade para sua prosperidade no longo prazo.

Sem dúvida, toda essa aceleração providenciada pelas TICs às multidões urbanas faz com que no espaço urbano não existam barreiras espaciais, temporais

ou funcionais³⁴. Por um lado, cabe salientar que, embora uma crescente parte da população tenha acesso às TICs, o que facilita sua comunicação e circulação pela cidade e afirma, dessa forma, seu pertencimento geográfico, isso não é suficiente para que essas pessoas sejam incluídas na cultura urbana digital³⁵ (IGARZA, 2009) nem sequer dentro da cultura urbana analógica. Porém essa aceleração, que produz hiperconexões em uma grande cidade e proporciona uma atualização dos acontecimentos quase em tempo real, faz com que o deslocamento espacial se veja reduzido e até aniquilado pela aceleração do tempo (HARVEY, 1990). Em outros termos, essa possibilidade de saber o que acontece em qualquer lugar, sem estar fisicamente nele, comprime o espaço e faz com que as pessoas não tenham ou devam necessariamente se deslocar para se informarem. Isso inevitavelmente reduz a quantidade de experiências sociais que as pessoas podem vivenciar. Essa compressão do espaço pelo tempo é facilitada pelo sistema capitalista neoliberal globalizado:

O processo de neoliberalização, no entanto, envolveu muita destruição criativa, não somente dos antigos poderes e estruturas institucionais (chegando mesmo a abalar as formas tradicionais de soberania do Estado), mas também das divisões do trabalho, das relações sociais, da promoção do bem-estar social, das combinações de tecnologias, dos modos de vida e de pensamento, das atividades reprodutivas, das formas de ligação à terra e dos hábitos do coração (HARVEY, 2014c, p. 13).

Boaventura de Souza Santos (2002, p. 239), por sua parte, também evidencia essa aceleração do tempo quando denuncia:

A característica mais fundamental da concepção ocidental de racionalidade é o facto de, por um lado, contrair o presente e, por outro, expandir o futuro. A contracção do presente, ocasionado por uma peculiar concepção da totalidade, transformou o presente num instante fugidio, entrincheirado entre o passado e o futuro [...]. Quanto mais amplo o futuro, mais radiosas eram as expectativas confrontadas com as experiências do presente.

³⁴ As TICs os acompanham (aos nativos digitais) o tempo todo sem reconhecer barreiras espaciais, temporais ou funcionais de índole alguma. Assim, os computadores têm ganhado centralidade em todas as atividades humanas e, no último tempo, têm ganhado territórios que ocupavam os meios de comunicação tradicionais que foram centrais no tempo de lazer durante décadas (IGARZA, 2009, p. 26).

³⁵ O que significa em primeiro lugar diminuir sua capacidade para participar, e limitar ou aniquilar sua empregabilidade no sistema produtivo hipercompetitivo sobre o qual se funda a mesma ideia de Cidade Global (IGARZA, 2009, p. 20).

Assim, o sociólogo português propõe uma racionalidade cosmopolita que segue a trajetória inversa: expandir o presente e contrair o futuro. Isto é, enxergar todas as experiências, vivências e acontecimentos sociais que acontecem no espaço no momento presente. Dessa forma, se conseguirá desacelerar o presente e adiar, dentro do possível, a chegada do futuro. E é justamente nessa percepção mais apurada do presente que queremos analisar o lazer e como ele se articula com o território e a cultura.

Com isso queremos chamar a atenção para as propostas de lazer que compactuam com a visão de Boaventura e que são necessárias como pontos de ancoragem e até como formas de resistência, e mais ainda quando pensamos em metrópoles urbanas como Belo Horizonte. Assim, é importante refletir sobre o papel que ocupa o lazer e a cultura nessas cidades e sobre as condições que fazem com que o ser humano defina, dentro de seu campo de possibilidades de escolha, primeiro uma cidade para morar e segundo um bairro dentro dela. Não se deseja negar nem diminuir a importância que possui o fator econômico, a possibilidade de um emprego bem remunerado e tudo o que isso implica. Porém, o que se aspira é levar em conta outros fatores, tais como as relações afetivas, sociais, históricas e sentimentais com o território e com o resto das pessoas que nele habitam.

Cada escolha é um caso particular e não é possível generalizar, mas o que é interessante salientar é que cada escolha é composta por um emaranhado de questões, subjetivas e objetivas, afetivas e econômicas, históricas e sociais, psicológicas e sociológicas que conformam subjetividades biopolíticas³⁶ dos bairros e, por extensão, das cidades. Como ressaltam Rena, Berquó e Chagas (2014, p. 73):

É essa perspectiva mais otimista sobre a biopolítica que abre espaço para a discussão da *potência biopolítica da multidão*, ou a *biopotência da multidão*, pois, acredita-se que paralelamente ou mesmo dentro deste sistema flexível do capitalismo contemporâneo, é possível resistir positivamente, ativando processos que fogem à lógica da captura das máquinas biopolíticas de subjetivação.

Diante disso, é a esperança nas subjetividades biopolíticas o que outorga uma esperança maior no futuro dentro desse sistema neoliberal, o que se pode resumir como a capacidade do ser humano em se organizar e resistir (real e virtualmente) no

³⁶ Esse conceito é entendido sob a ótica de Michael Hardt e Antonio Negri, que o definem como a insurgência anticapitalista da multidão que utiliza a vida e o corpo como armas (2004).

espaço geográfico das metrópoles. Resistir contra o neoliberalismo significa reconhecer e aceitar as subjetividades dos territórios e, através delas, entender que essas identidades são múltiplas.

Em decorrência disso, reivindica-se uma compreensão de lazer em estreita relação com o tempo presente, em consonância com a identidade do território, e preocupada e ocupada em expandir as experiências (individuais e sociais) presentes e atuantes no espaço urbano. De que maneira essas questões se fazem presentes no campo investigado? Essa temática será tratada no próximo capítulo.

6 PONTO DE CULTURA, O CAMPO INVESTIGADO

Nos últimos 25 anos, sobretudo na Inglaterra e Holanda, vem se desenvolvendo o que se conceituou como economia da cultura ou economia criativa³⁷. Sob essa denominação, a cultura começou a ter um papel central na economia, configurando-se como uma forma criativa de sair das crises que, de maneira cada vez mais frequente, aflige os países. Dessa maneira, é fatível constatar como ela está cada vez mais presente no Produto Interno Bruto (PIB) dos países em todo o mundo. Iniciativas tais como “Capital Europeia da Cultura”, “Agenda 21 da Cultura” e “Rede de Cidades Criativas” evidenciam uma nova concepção da cultura, que promove uma política cultural que prioriza sua viabilidade econômica. Ou seja, tais iniciativas mostram como a cultura pode ser beneficiada a partir da atividade econômica como o turismo, o comércio, o consumo. Apesar do indubitável benefício econômico que essa concepção traz consigo, também faz com que os aspectos simbólicos da cultura se vejam relativizados e colocados em outra perspectiva.

A cultura emerge não como ‘luxo’, nem ‘exceção’, mas como o modelo de mutação do trabalho precário em potência e vida. Nesse sentido, a cultura, hoje, é um processo transversal que impacta as formas de produção de valor em todos os campos (BENTES, 2015, p. 1).

Por isso, é possível perceber que os três modelos citados anteriormente estão destinados a entender a cultura como uma estratégia de reproduzir formas “bem-sucedidas” ou de “sucesso” acontecidas em outros países e que “reduzem a diversidade cultural a uma espécie de *benchmarking*³⁸ que faz com que as manifestações culturais de países de diferentes partes do mundo acabem sendo similares, por não dizer idênticas” (AROSTEGUY, 2016, p. 3).

³⁷ Segundo o autor inglês John Howkins (2001), o conceito economia criativa refere-se às atividades nas quais os indivíduos exercitam a sua imaginação e exploram seu valor econômico em lugar dos recursos tradicionais de terra, trabalho e capital. Portanto, pode ser definida como processos que envolvem criação, produção e distribuição de produtos e serviços com o uso do conhecimento, da criatividade e do capital intelectual, como principais recursos produtivos.

³⁸ *Según Casadesús et altri (2005), el benchmarking "es una técnica para buscar las mejores prácticas que se pueden encontrar fuera o a veces dentro de la empresa, en relación con los métodos, procesos de cualquier tipo, productos o servicios, siempre encaminada a la mejora continua y orientada fundamentalmente a los clientes".*

Uma matéria publicada em 16 de março de 2017, no jornal The Guardian,³⁹ chama a atenção de que as cidades e os *malls* estão se tornando cada vez mais indistinguíveis em países como Austrália, Japão, China e Estados Unidos. Isso faz com que as propostas culturais e de lazer tenham o mesmo formato e características e que nos museus e festivais de música e cinema atuem quase sempre os mesmos artistas. Cabe acrescentar que esse fenômeno não se restringe só a esses países, senão que também pode se encontrar no Brasil, Argentina, México, Alemanha, Inglaterra, Itália, Rússia, Turquia, Canadá e paulatinamente parece se espalhar pelo resto do mundo.

Esse novo papel da cultura, em estreita relação com a lógica do mercado, e, por conseguinte, com o poder aquisitivo tem provocado uma encruzilhada e apenas as pessoas com um determinado nível de renda podem acessar e usufruir dos equipamentos culturais, eventos e atrações artísticas. Se, por um lado, cabe reconhecer os benefícios econômicos gerados pela cultura, por outro, é importante também ter presente que essa perspectiva implicitamente reforça o hábito de consumo dentro do âmbito da cultura, tratando-a, simplificada, como um mero bem de consumo.

Nesse contexto, o Ponto de Cultura significa uma proposta diferente, que tem como pauta reconhecer e fortalecer projetos culturais existentes em diversos lugares da cidade/país sem priorizar o caráter econômico. Como foi mencionado anteriormente, o Ponto de Cultura é uma política que se desenvolve a partir do território, identifica iniciativas populares oriundas de demandas comunitárias que vão além do lucro e não se circunscrevem à lógica economicista da cultura. Isso permite que cada grupo social participe ativamente na construção da cultura, no seu território, através de um “acordo horizontal” com o Estado, e não sob a condução deste. Sobre esta questão, Turino (2010, p. 65) declara: “um Estado de ‘novo tipo’, que compartilha poder com novos sujeitos sociais, ouve quem nunca foi ouvido, conversa com quem nunca conversou, vê os invisíveis”.

Assim, a política cultural Ponto de Cultura e o Programa Cultura Viva possuem como objetivos, primeiramente, “des-silenciar” o povo brasileiro e/ou “des-esconder”⁴⁰

³⁹ All under one roof: how malls and cities are becoming indistinguishable: <https://www.theguardian.com/cities/2017/mar/16/malls-cities-become-one-and-same>. Acesso em 23 março 2017.

⁴⁰ O primeiro dos termos é utilizado por Emir Sader no prólogo do livro Ponto de Cultura: o Brasil de baixo para cima, de Célio Turino (2010, p. 8), e o segundo é pronunciado por Gilberto Gil em um

o Brasil, e, por conseguinte, também dar visibilidade às inúmeras iniciativas populares que cruzam o Brasil de uma ponta a outra e que, por não corresponderem ao modelo capitalista da cultura, permanecem invisibilizadas e fora dos circuitos culturais oficiais e, por isso, desconhecidas pela grande maioria da população. Emir Sader (2010) menciona, no prólogo do livro *Ponto de Cultura: o Brasil de baixo para cima*, de autoria de Célio Turino, que essa política “deu instrumentos para que as múltiplas vozes do povo se expressem, sob forma de música, de literatura, de poesia, de todas as expressões com que a riqueza insubstituível da nossa gente se manifesta na sua vida cotidiana” (2010, p. 8). Nesse sentido, é pertinente, também, citar o geógrafo Jorge Barbosa, quando destaca que dentro das cidades existem “territórios invisíveis” e que para valorizar a diversidade “é preciso construir outras narrativas, sobretudo através de mapas urbanos do viver, do olhar, do morar, do trabalhar, do conhecer e do sonhar na metrópole. Diferentes territórios precisam ser visitados e desvendados” (2010, p. 6).

Considerando que vivemos em um contexto capitalista neoliberal cada vez mais determinado pelo lucro, uma proposta como a do Ponto de Cultura vai na contramão dessa lógica, pois representa uma defesa da pluralidade e riqueza que toda cultura possui e constitui uma das maneiras através das quais a cultura é protegida, preservada e transmitida de uma geração à outra. Contudo, é difícil reverter ou diminuir essa força do capital e conseguir de fato mudar a lógica do mercado em que tudo tem valor, possui preço e, portanto, pode ser comprado e vendido. E a cultura e o lazer não estão isentos disso. Em contrapartida, os três pilares da gestão compartilhada e transformadora de o Ponto de Cultura são a autonomia, o protagonismo e o empoderamento (PROGRAMA NACIONAL DE CULTURA, EDUCAÇÃO E CIDADANIA, 2010), os quais “resultam da observação de situações reais” (TURINO, 2010, p. 73). Se conseguimos “adotar uma nova atitude cultural, podemos modificar as relações econômicas, abrindo caminho para uma economia solidária, com consumo consciente, comércio justo e trabalho colaborativo” (*Ibidem*, p. 80). Essa fala de Turino até parece uma utopia. De toda forma, como Fernando Birri (cineasta argentino) respondeu aos alunos: “*La utopía está en el horizonte. Camino dos pasos, ella se aleja dos pasos. Camino diez pasos y el horizonte se corre diez*

discurso sobre o Programa Cultura Viva em Berlim, Alemanha, em 2 de setembro de 2004 (ALMANAQUE CULTURA VIVA, 2010, p. 37).

pasos más allá. Por mucho que camine nunca la alcanzaré. ¿Entonces para qué sirve la utopía? Para eso, sirve para caminar”.

É relevante destacar que, no contexto latino-americano, o Brasil ocupa, junto com Colômbia, México e Argentina, um lugar de referência no âmbito cultural, com o destaque para o fato de que o Brasil ocupa uma vasta área do continente. Por esse motivo, há de se reconhecer uma fortaleza no mercado interno, protagonista indiscutível no ressurgimento econômico que o colocou dentro das principais economias emergentes do mundo⁴¹. Porém, o fato de o país ser tão grande acarreta questões que incidem nas diferenças econômicas, de educação, de saúde, nas iniquidades sociais, na desigualdade no acesso tanto físico quanto simbólico à cultura e também na distribuição espacial dos equipamentos e bens culturais (OLIVEIRA, 2004; PEREZ e MELO, 2006). Esse cenário de desigualdade é ainda mais palpável nas grandes urbes, onde é possível identificar uma aglomeração forte a respeito de equipamentos culturais, entre os quais se encontram centros culturais, cinemas, teatros, museus e de recursos e serviços disponíveis: mão de obra, empregos, sistema de transporte e oferta gastronômica (FIGUEIREDO e CARVALHO, 2016).

Diante disso, queremos basicamente destacar duas questões que entendemos primordiais sobre a política Ponto de Cultura. A primeira é que tal política foi criada com o intuito de democratizar o acesso da população brasileira aos equipamentos culturais e para contrabalançar a concentração cultural predominante nas cidades com o reconhecimento da diversidade cultural existente nos diferentes territórios, antes ignorados. A segunda questão é o fato de ela reconhecer e impulsionar as manifestações culturais oriundas das comunidades sem buscar um retorno econômico ou promover uma lógica capitalista da cultura. Essas associações funcionam, de alguma forma, como alternativa à hegemonização cultural cada vez mais avassaladora e o mais significativo é que são iniciativas populares não impostas pelo Estado. E nessa diversidade que se verifica, através dos pontos de cultura, uma

⁴¹ O termo BRIC foi criado em 2001 pelo economista inglês Jim O'Neill, ao fazer referência a quatro países (Brasil, Rússia, Índia e China) que compartilhavam uma série de características comuns: economia estabilizada recentemente; situação política estável; mão-de-obra em grande quantidade e em processo de qualificação; níveis de produção e exportação em crescimento; boas reservas de recursos minerais; investimentos em setores de infraestrutura (estradas, ferrovias, portos, aeroportos, usinas hidrelétricas, etc.); PIB (Produto Interno Bruto) em crescimento; índices sociais em processo de melhorias; diminuição, embora lenta, das desigualdades sociais; rápido acesso da população aos sistemas de comunicação como, por exemplo, celulares e Internet (inclusão digital); mercados de capitais (Bolsas de Valores) com grandes investimentos estrangeiros; investimentos de empresas estrangeiras nos diversos setores da economia (<http://www.suapesquisa.com/pesquisa/bric.htm>). Acesso em 27 jul. 2017.

maneira de enxergar os diferentes territórios que compõem uma cidade em termos de identidade cultural e do lazer. Nessa perspectiva, é pertinente trazer novamente as palavras do geógrafo Jorge Barbosa, quando fala das favelas, mas que se pode extrapolar para qualquer bairro ou zona da cidade:

Assim, pensar uma identidade própria e possível da Metrópole consiste em reconhecer as favelas, na sua pluralidade e na sua qualidade de espaço produtor da cultura, como territórios legítimos na realização de um projeto de cidade como espaço de direitos e deveres democráticos (2010, p. 5).

Mesmo que o Ponto de Cultura represente um avanço em matéria político-cultural, está longe de ser a panaceia ou o remédio para a desigualdade sociocultural de uma cidade, país ou região. Nessa perspectiva, é uma política atual que sofre as tribulações diárias e, como tal, está viva, em plena movimentação, mutação, e se ajusta à medida que avança. Tudo isso faz com que seu estudo seja desafiador e complexo. Além disso, nesta pesquisa considera-se que a proposta cultural e de lazer que cada associação desenvolve está influenciada pelo espaço e mantém uma relação dialética com a geografia do bairro e da cidade que, por sua vez, também são mutáveis. São pertinentes, nessa direção, as palavras de Turino (2010, p. 64) quando ressalta que “Ponto de Cultura é cultura em processo⁴², desenvolvida com autonomia e protagonismo social”, na qual o “fazer cultural e território estão intrinsecamente vinculados” (*Ibidem*, p. 78).

Assim, o interesse específico desta pesquisa é identificar as experiências e vivências mediante as quais as pessoas atuantes nos pontos de cultura se apropriam do lazer e se essa apropriação leva a uma identificação, ou seja, a uma construção identitária entre o território e o ser humano. Para poder elucidar essas questões e as

⁴² “Tratar a cultura enquanto processo pressupõe colocar a sua dinâmica em um ciclo completo:

- Patrimônio cultural: um povo que não tem um acervo de conhecimentos, arte e memória não tem referências que lhe permitam projetar-se para o futuro; estará condenado a ser um mero receptor, nunca um criador.
- Formação cultural: democratizar é oferecer alternativas desenvolvendo uma ação de contracultura em relação às imposições do moldável mercado. É se contrapor à indústria cultural, de consumo fácil e gosto duvidoso.
- Informação e difusão cultural: vivemos cada vez mais em uma sociedade na qual a informação é sinônimo de poder. Romper com a alienação e o embrutecimento imposto a milhões de pessoas é, efetivamente, desenvolver uma política democrática, de conquista de cidadania, e isso significa prever uma ampla e pluralista oferta de produtos culturais.
- Criação e produção cultural: quanto maior for o domínio de análise simbólica que as pessoas têm sobre a produção social, melhor será a sua capacidade de articulação na sociedade. Os indivíduos se percebem pela cultura e é por meio dela que estabelecem relações entre si, definem valores e significados” (TURINO, 2010, p. 190-193).

outras mencionadas ao longo da tese, é preciso analisar também a relação que existe entre território, cultura e lazer, e como os seres humanos se relacionam dialeticamente com essas questões nos espaços geográficos concretos denominados como bairros. Por consequência, se pretende entender o território de atuação dos pontos de cultura na sua completude, como setores interconectados dentro da cidade e não como partes mais ou menos fragmentadas. Citando mais uma vez Barbosa:

Não podemos mais nos conceber cidadãos plenos quando vivemos divididos em lugares de supremacia cultural e lugares subalternizados, simplesmente porque estes últimos não trazem um legado cultural hegemônico ou representam uma contracorrente ao mercado criado pela indústria cultural⁴³.

Para compreender o alcance e o funcionamento do programa, é essencial visualizar a distribuição espacial das instituições reconhecidas como pontos de cultura que existem na cidade de Belo Horizonte, principalmente após a implementação da autodeclaração, em outubro de 2015. Antes dela, e segundo dados fornecidos pela SEC e a Sede Regional de MinC, os pontos de cultura em Belo Horizonte eram 24 e 25, respectivamente. O número reduzido de pontos, em relação à quantidade total de habitantes, 2.502.557 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2015), chamou nossa atenção. A justificativa apresentada pela superintendente de Interiorização em Ação Cultural na SEC foi de que, desde o início, o programa se preocupou em ter pelo menos um ponto de cultura em cada município do Estado em vez de promover a concentração na capital ou nas cidades com maior número de habitantes. E ainda depois da primeira leva de pontos autodeclarados que o MinC registrou e certificou o número total não mudou muito, já que das 121 associações, 12 foram de Minas Gerais e apenas uma, a Associação Cultural de Capoeira Angola – BHZ Connection, de Belo Horizonte⁴⁴.

Segundo informação outorgada pelos órgãos públicos, cerca de 55 por cento dos pontos de cultura (dados de 2016) foram conveniados diretamente com o MinC e o restante através do MinC/Estado. Isso não implica nenhuma diferença formal, só significa que os primeiros pertencem ao grupo escolhido entre 2004 e 2008, e os segundos ao grupo selecionado depois da descentralização de 2009.

⁴³ Os Espaços Populares na Política Pública Cultural: <http://of.org.br/acervo/os-espacos-populares-na-politica-publica-cultural/>. Acesso em 2 ago. 2016.

⁴⁴ No dia 4 de maio de 2016 foram certificados pelo MinC os primeiros 121 Pontos autodeclarados: http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset_publisher/OiKX3xIR9iTn/content/id/1338669. Acesso em 13 jun. 2016.

Através do mapeamento, foi possível enxergar que há uma disseminação desses pontos de cultura por todos os cantos da cidade (Ver Figura 1). Isso significa que não há uma concentração, como se suspeitava no início, dentro dos limites da Avenida do Contorno. Só 15,38% estão localizados nessa área, ou seja, somente 4 dos 26 ficam aquém da avenida. Embora a avenida não seja um limite real em si mesma, funciona, no dizer de Barros (2005, p. 18), quando compara a Contorno com a *Circunvalación de La Plata*, Argentina, como “avenida-moldura” ou “fronteira” sob o sentido da ambiguidade: “são limites, mas também bulevares; são “muralhas”, mas também vias de circulação e de comunicação”. Há uma concordância de ideias com Letícia Julião (DUTRA, 1996, p. 59), quando a autora descreve o vínculo da Avenida do Contorno com a cidade, na época de criação de Belo Horizonte:

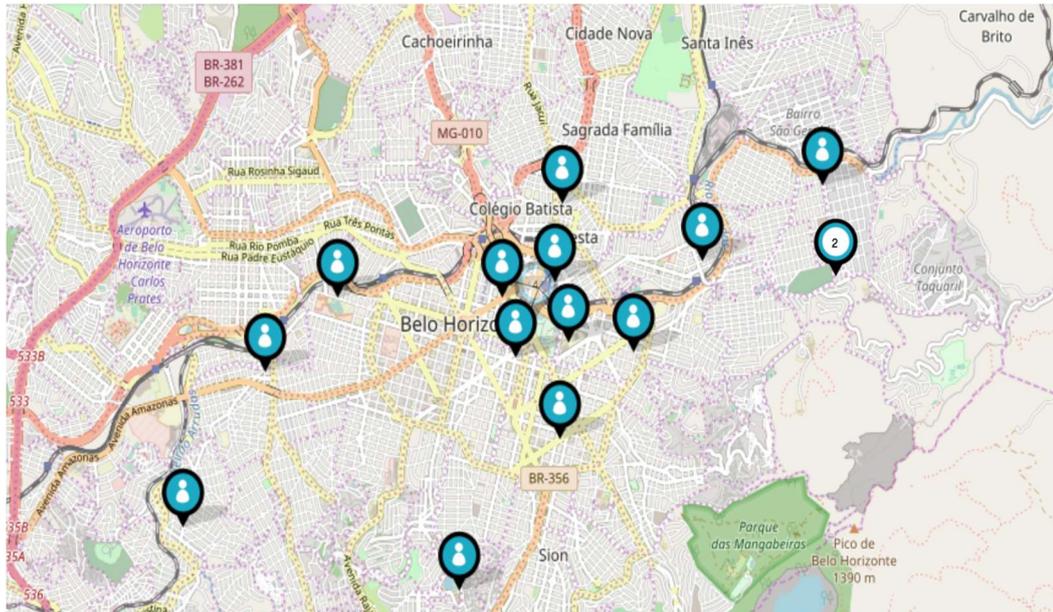
Uma longa avenida circundava a cidade, fixando os limites entre a zona urbana e suburbana. Também ela funcionava como recurso de comunicação e integração, não entre dois pontos extremos, como as demais, mas interligando diferentes bairros da cidade. Ao encerrar a área urbana em um território circular, criava-se o que se pode chamar de uma versão moderna de fortaleza. Embora, supostamente, não impedisse o acesso à zona urbana, a atual Avenida do Contorno separava a cidade da não-cidade, funcionando como uma fronteira sutil entre a vida urbana e a suburbana.

Mesmo que a fala de Julião diga respeito a Belo Horizonte de finais do século XIX, começo do XX, cabe destacar que a Avenida do Contorno continua delimitando o centro urbano onde, em termos das funções urbanas básicas⁴⁵ (habitacional, laboral, cultural, comercial, transporte e circulação), existe uma concentração relativa.

Outro assunto relevante para discutir e pensar as metrópoles, e que certamente impacta na configuração cultural, é a dinâmica que acontece nos centros urbanos no que diz respeito às suas zonas centrais. Em torno delas, orbitam os demais bairros, que estabelecem uma relação desigual com as regiões centrais, sobretudo em termos econômicos, de saúde, educação e oferta de serviços em geral (culturais, lazer, divertimentos, gastronômicos, saneamento, etc.).

⁴⁵ As cidades possuem lugares centrais que “têm um conjunto de funções que a qualificam como centro local, regional ou metropolitano que, em cada nível, associa-se a uma específica hinterlândia (área de influência), caracterizada por um dado número de habitantes e uma dada dimensão em área” (CORRÊA, 2012, p. 209).

Figura 1 – Localização dos Pontos de Cultura em Belo Horizonte



Fonte: elaboração própria através do site do Programa Cultura Viva: www.culturaviva.gov.br/

É prudente chamar a atenção sobre a dinâmica vertiginosa que caracteriza as cidades contemporâneas e a disputa sempiterna dos poderes econômicos, políticos e sociais que atuam nelas. As configurações das cidades e a constituição dos seus diferentes centros e periferias encontram-se em constante mudança, transformação, reconfiguração e ressignificação (MAGNANI, 2012, 2013; FERNANDES, 2011). Assim se faz necessário considerar a especulação imobiliária, a migração interna e a gentrificação como fatores que direta e/ou indiretamente incidem nas identidades sociais dos bairros e, por conseguinte, na identidade da cidade como um todo.

O Ponto de Cultura, como ação cultural pública, foi pensado para melhorar a distribuição dos equipamentos culturais⁴⁶, reconhecendo e apoiando um grande número de projetos culturais desenvolvidos em diferentes bairros da cidade e visa favorecer a descentralização e a democratização do acesso à cultura (TURINO, 2010). A política Ponto de Cultura é uma tentativa de promover a diversidade dos sujeitos e práticas inscritas nos diferentes territórios. Por conseguinte, é preciso pesquisar como esse reconhecimento é efetivado na experiência das práticas culturais e de lazer dos grupos sociais que habitam a cidade (com foco nas pessoas atuantes),

⁴⁶ Equipamentos culturais são “tanto edificações destinadas a práticas culturais (teatros, cinemas, bibliotecas, centros de cultura, filmotecas, museus) quanto grupos de produtores culturais abrigados ou não, fisicamente, numa edificação ou instituição (orquestras sinfônicas, corais, corpos de baile, companhias estáveis, etc.)” (COELHO, 1997, p. 546).

e também como esses estabelecem as relações com o uso do território como matriz de pertencimento sociopolítico.

Certamente, a atuação dos pontos de cultura tem um impacto e gera uma tensão tanto no território e na identidade do bairro, quanto na vida das pessoas. Sobretudo porque essas associações fazem parte do bairro, compartilham um mesmo cotidiano e conhecem as peculiaridades específicas do lugar onde desenvolvem suas atividades. Nesse sentido, Turino (2010) ressalta enfaticamente que os pontos de cultura não são criados pelo Estado, não são colocados desde o exterior, senão pela comunidade, surgem do interior dela.

Diante da contextualização realizada, torna-se necessário retomar a trajetória do Programa Cultura Viva e da política Ponto de Cultura no Brasil. A política Ponto de Cultura/Cultura Viva, desde sua criação, em 2004, tem contribuído para dar visibilidade às diversas manifestações culturais já presentes no extenso território brasileiro. No início, para se tornar ponto de cultura, as associações culturais precisavam ser selecionadas por meio de edital público do Ministério de Cultura e, uma vez aí, estabeleciam um acordo com o Estado. A partir de 2009, “com a descentralização da gestão do programa, os pontos de cultura foram também selecionados dentro das redes estaduais e pelas Secretarias Estaduais de Cultura” (ALMANAQUE CULTURA VIVA, 2010, p. 38).

Essa descentralização foi possível através do Programa “Mais Cultura”, criado na segunda fase da gestão do governo Lula, em outubro 2007. O Programa permitiu não só a descentralização da gestão dos recursos do Ponto de Cultura assim como promoveu a estadualização e municipalização, favoreceu ao compartilhamento das responsabilidades com os entes federados e, sobretudo, possibilitou a aproximação do Estado com as associações alvo da política, criando assim um diálogo mais próximo e direto entre a sociedade civil e o setor público. Nesse sentido, Cleber Souza Meneses declara:

O Mais Cultura vem então para dar uma amplitude ainda maior ao que já vinha sendo desenvolvido pelo Cultura Viva, porém, criando uma estratégia de gestão cooperativa entre Ministérios, Entidades diversas e os demais entes federados (2013, p. 57).

Em contrapartida à nomeação, as associações recebiam anualmente pelo prazo de três anos uma quantia de R\$ 60.000,00 para utilizar conforme suas

necessidades, segundo o pautado no edital. “No lugar de impor uma programação cultural ou chamar os grupos culturais para dizerem o que querem (ou necessitam), perguntamos como querem [aplicar esse recurso]” (TURINO, 2010, p. 63). Dessa forma, algumas associações destinaram o montante obtido para fazer adequações físicas do espaço, para comprar equipamentos ou para realizar oficinas e atividades continuadas. “O único elemento comum a todos é o estúdio multimídia⁴⁷, que permite gravar músicas, produzir audiovisuais e colocar toda a produção na internet” (*Ibidem*, p. 64). O estúdio multimídia possibilitava que todos os pontos de cultura ficassem em rede com o objetivo de compartilhar experiências, trocar ideias, se organizar e ganhar força como grupo. Um aspecto central nessa construção compartilhada da cultura é potencializar o já existente em conjunto com os protagonistas. Nesse sentido, o Estado, ao identificar e reconhecer a trajetória e o trabalho desenvolvido procura também estimular, preservar e potencializar a “diversidade cultural brasileira, ao contemplar iniciativas culturais locais e populares que envolvam comunidades em atividades de arte, cultura, educação, cidadania e economia solidária” (ALMANAQUE CULTURA VIVA, 2010, p. 36).

Dentro desse contexto, é importante comentar que Célio Turino, considerado o idealizador e principal impulsor dessa política, define os pontos de cultura da seguinte maneira: “são organizações culturais da sociedade que ganham força e reconhecimento institucional ao estabelecer uma parceria, um pacto, com o Estado” (TURINO, 2010, p. 64). Nesse sentido, o discurso oficial enfatiza uma sutil distinção:

[...] o Ponto de Cultura não pode ser para as pessoas, e sim das pessoas; um organizador da cultura no nível local, atuando como um ponto de recepção e irradiação de cultura (TURINO, 2010, p. 64).

De uma forma mais poética, o ex-ministro de cultura Gilberto Gil, no seu discurso de posse, explica que os pontos de cultura são:

[...] uma espécie de ‘do-in’ antropológico, massageando pontos vitais, mas momentaneamente desprezados ou adormecidos, do corpo cultural do País (...). O espaço da abertura para a criatividade popular e para as novas linguagens. O espaço de disponibilidade para a aventura e ousadia. O espaço da memória e da invenção (BRASIL. Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania, 2008, p. 15).

⁴⁷ O estúdio multimídia está composto por: microcomputador, mini-estúdio para gravação de CD e câmera digital (ALMANAQUE CULTURA VIVA, 2010, p. 38).

Ao combinar a técnica de automassagem de origem chinesa, que utiliza os pontos dos meridianos energéticos do corpo humano com o fim de restaurar o fluxo da energia Ki, e a ciência que estuda o ser humano e a humanidade em sua totalidade, isto é: “abrangendo suas dimensões biológicas, sociais e culturais; incluindo sua origem, seus agrupamentos e relações sociais, comportamento, desenvolvimento social, cultural e físico, suas relações com o meio natural, variações biológicas e sua produção cultural” (NUNES, 2016, s/p), Gil almeja apontar para a capacidade que possui a cultura de nascer a partir do desejo humano, da autonomia que tem de surgir em qualquer canto do país, até nas regiões mais pobres e remotas, para a capacidade da cultura de gerar identidade, sentimento de pertencimento, de arraigo ao solo e, sobretudo, essa capacidade de estimular e aunar forças humanas em prol da construção coletiva e em torno das manifestações artísticas.

O que Gil realmente desejava era que o Estado possibilitasse “condições de acesso universal aos bens simbólicos e proporcionasse condições necessárias para a criação e a produção de bens culturais” (2003, s/p) com o objetivo de permitir que cada associação cultural, cada ponto de cultura, conseguisse se “automassagear”, se autogestionar, autossustentar. Em palavras de Calabre e Lima, realizar o do-in antropológico implicava em uma ação do Estado,

[...] um esforço alegórico para massagear “pontos” vitais da sociedade civil e liberar energias represadas. O papel do governo era, portanto, o de atuar como uma espécie de mediador de processos, garantindo a centralidade da produção para a sociedade civil. (2014, p. 11).

Dessa forma, pretendeu revigorar todos os pontos culturais do Brasil espalhados na enorme superfície territorial, abarcando todos e cada um dos estados brasileiros. O mais importante da proposta, conforme o discurso oficial, é pensar o território como um corpo, “corpo cultural do país” diz Gil (2003, s/p), uma unidade física interconectada e interdependente que, através de uma rede, seja capaz de se organizar e atuar em prol de um objetivo comum. Pontos estes simbólicos e também estratégicos, que ao serem acionados a partir da sedação, da pressão contínua sobre um ponto e da estimulação, pressão intermitente sobre um ponto⁴⁸, logram curar e prevenir as diferentes doenças, bloqueios e desequilíbrios que um país possa sofrer.

⁴⁸ Os dois toques básicos do do-in: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Do-in>. Acesso em 23 out. 2017.

A partir do imaginário coletivo da comunidade, que se manifesta e se expressa por meio da cultura e da arte, articulada pelas políticas culturais públicas, é possível identificar aspectos do território na cultura e por extensão, no lazer. Portanto, o lazer aqui é constituído pelos aspectos simbólicos da cultura que se tornam visíveis através das manifestações socioculturais de uma determinada comunidade. O lazer, então, pode ser entendido como um ponto no qual, apesar da redundância, os pontos de cultura estimulam, através da automassagem (leia-se autonomia, protagonismo e empoderamento), aguilhoam suas crenças, valores, mitos, utopias, símbolos, identidades, imaginários, lendas, sonhos e tudo o que puder ser contemplado no âmbito simbólico-afetivo de uma comunidade. Por esse raciocínio, podemos argumentar que a proposta dos pontos de cultura almeja aflorar os aspectos que compõem a dimensão simbólico-afetiva do território e os traços sensíveis e inconscientes dos coletivos humanos que habitam nele. Ou seja, a matéria prima sobre a qual os pontos atuam pertence a essa dimensão. E além de atuar, os reativam, os incentivam na tentativa de propagá-los.

Segundo Bezerra e Barros, o mais relevante do Programa Cultura Viva e seu carro chefe, Ponto de Cultura, é que conseguiram “reunir, em seu eixo estrutural, as novas questões que pautam a política cultural brasileira contemporânea” (2014, p. 119) e que eles resumem em:

a) O Cultura Viva parte do conceito de cultura, no sentido “antropológico”, nas dimensões cidadã, simbólica e econômica; b) traz o entendimento da promoção e proteção da diversidade cultural, compreendendo seu caráter plural e sua capacidade de interagir com as diferenças; c) inaugura um novo paradigma em relação ao tratamento dado pelas políticas públicas às culturas tradicionais e populares, sendo elas representantes do patrimônio [material e imaterial], das identidades e da diversidade cultural brasileira; d) segue a lógica da democracia e cidadania cultural; e) atua na inclusão social e cultural de grupos que foram historicamente marginalizados por uma cultura hegemônica, elitista e conservadora. (p. 119-120).

O programa possui abrangência federal onde cada Estado se articula de maneira particular e conforma uma rede que reúne todas as associações reconhecidas como pontos de cultura do país. Essa ação possui como objetivo selecionar projetos oriundos de instituições da sociedade civil que se enquadrem no modelo seguinte:

[...] pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, que seja de natureza cultural como grupos de manifestações culturais, associações, sindicatos,

cooperativas, fundações privadas, escolas caracterizadas como comunitárias e suas associações de pais e mestres, ou organizações tituladas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) e Organizações Sociais (OS), sediadas e com atuação comprovada na área cultural, há pelo menos dois anos no Estado de Minas Gerais (EDITAL DA SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DE MINAS GERAIS, 2008, p. 3).

Assim, se encaixam nesses parâmetros uma grande diversidade de associações ou grupos sociais, desde ONGs, associações de moradores, quilombolas e aldeias indígenas até escolas de samba, grupos de teatro, conservatórios, museus, núcleos de extensão universitária, cooperativas de assentamentos rurais e também agrupações que apresentem determinados perfis, tais como: “comunidades praticantes de culturas populares, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, população LGBT, grupos etários prioritários, pessoas com deficiência e pessoas em sofrimento psíquico”⁴⁹.

Para serem selecionados, os projetos devem partir de iniciativas culturais e “funcionarem como instrumento de pulsão e articulação de ações já existentes nas comunidades” (EDITAL DA SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DE MINAS GERAIS, 2008, p. 2), “contribuindo para a inclusão social e a construção de cidadania, seja através da geração de emprego e renda, seja por meio de ações de fortalecimento das identidades culturais” (*Idem*). Portanto, trata-se mais de dar visibilidade, potencializar e impulsionar o que já existe do que entender a cultura como algo alheio às comunidades populares e faveladas ou algo próprio só das elites e de determinadas classes sociais, financiada por grupos políticos e/ou grandes empresas privadas.

Assim, as referidas associações são escolhidas pelos seguintes critérios técnicos e de mérito: avaliação do proponente; avaliação de proposta técnica; adequação do orçamento e viabilidade do plano de trabalho; atendimento às diretrizes do Programa “Mais Cultura”; atendimento às prioridades de territorialização desse Programa e do Governo do Estado de Minas Gerais/Secretaria de Estado de Cultura; impactos artístico-culturais, econômicos e/ou sociais e abrangência da proposta, considerando o público-alvo participante (*Ibidem*, p. 8).

É pertinente salientar que a política pública Ponto de Cultura teve várias modificações ao longo dos últimos anos. Além da descentralização acontecida em

⁴⁹ Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural: http://www.cultura.gov.br/cidadaniaediversidade/programas//asset_publisher/rcU9JEoAYanL/document/id/1068554. Acesso em 3 maio 2016.

2009, a mais recente mudança ocorreu no dia 22 de julho de 2014, quando a presidente Dilma Rousseff sancionou a Lei nº 13.018⁵⁰, instituidora da Política Nacional de Cultura Viva (PNCV), que simplificou e desburocratizou os processos de repasse de recursos e prestação de contas por parte das organizações da sociedade civil. Esses dois assuntos eram, aliás, as principais dificuldades que as associações enfrentavam e foi o que fez com que muitas delas, diante da incapacidade de se sustentar financeiramente enquanto o repasse chegava ou fossem processadas por inadimplência devido a dificuldades na prestação de contas, tivessem que fechar suas portas. Então, através de um novo instrumento jurídico denominado Termo de Compromisso Cultural (TCC), os pontos de cultura tiveram um repasse específico, que dispensava a utilização do Sistema de Convênios (SICONV) e substituiu assim os convênios diretos com o Ministério de Cultura ou com os gestores Estaduais e Municipais (MINISTÉRIO DE CULTURA⁵¹). Assim, deu-se lugar à autodeclaração, a qual possibilitou que toda associação que se reconhecesse como ponto de cultura pudesse se autodeclarar seguindo simples critérios:

I – Ser pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, ou coletivo cultural sem constituição jurídica, de natureza ou finalidade cultural, que desenvolva e articule atividades culturais em suas comunidades;

II – Comprove, no mínimo, 1 (um) ano de existência e desenvolvimento de atividade culturais, através de fotos, material gráfico de eventos, publicações impressas e em meios eletrônicos e outros materiais comprobatórios;

III – Que tenha o apoio, por meio de cartas de reconhecimento, de no mínimo 2 (dois) Pontos de Cultura, instituições públicas, privadas, coletivos culturais ou comunidades, com ou sem constituição jurídica, relacionados à arte, cultura, educação ou desenvolvimento comunitário. As cartas devem ser assinadas e digitalizadas. Serão aceitas somente assinaturas manuscritas em papel ou impressões digitais em caso de pessoas não alfabetizadas. Não serão aceitas assinaturas digitais.

IV – Preencha as informações de Cadastro na Plataforma Rede Cultura Viva e aceite os Termos de Uso e o Termo de Adesão à Política Nacional de Cultura Viva.⁵²

Apesar de a lei ter sido sancionada em 2014, Ivana Bentes, na época a secretária da Cidadania e da Diversidade Cultural (SCDC), esclareceu, em uma

⁵⁰ Para acessar à lei: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13018.htm

⁵¹ Programa Cultura Viva e a Política Nacional de Cultura Viva (PNCV): <http://www.cultura.gov.br/cultura-viva1>. Acesso em 2 ago. 2016.

⁵² Site Cultura Viva: <http://culturaviva.gov.br/criterios-da-autodeclaracao/>. Acesso em 17 jul. 2017.

entrevista publicada no jornal O Estado de Minas⁵³, que somente a partir do dia 2 de outubro de 2015 as associações puderam se autodeclarar como pontos de cultura. Tal como era antes, agora também através desse reconhecimento garantia que essas entidades conseguissem “uma chancela institucional importante para a obtenção de apoios e parcerias” que permitisse que elas se articulassem “com os outros pontos da rede a partir de afinidades temáticas ou de pertencimento a um determinado território” (MINISTÉRIO DE CULTURA⁵⁴).

Nessa mesma entrevista, Bentes também qualifica a sanção da lei como “conquista histórica para a cultura”, já que faz com que os pontos de cultura tenham “respaldo legal e passem a ser considerados parte da política de Estado” e por sua vez, “o Estado tem obrigação de apoiar, fomentar e estimular os Pontos” (CADERNO PENSAR, 2015).

Ou seja, através de um simples cadastro (nome completo, e-mail e senha), qualquer associação que cumpra com os três critérios acima listados pode se tornar ponto de cultura. Contudo, cabe assinalar que embora a autodeclaração flexibilize o acesso ao permitir que grupos culturais sem CNPJ possam se integrar, “na prática, [...] não garante necessariamente o acesso ao financiamento e ao repasse financeiro” (HOLANDA, 2016, s/p). O repasse deve ser obtido através das leis de incentivo municipais, estaduais e/ou federais.

Ou seja, a autodeclaração deu a possibilidade de “os pontos e pontões receberem apoio financeiro através de editais públicos do governo federal, estados e municípios” (PONTO DE CULTURA: APRESENTAÇÃO⁵⁵). Assim, “os instrumentos de fomento para os pontos de cultura podem ser prêmios, bolsas, ou o TCC, instrumento específico de repasse de recursos da Política Nacional de Cultura Viva” (*Idem*). Por isso, é relevante mencionar que a autodeclaração trouxe uma abertura significativa para o programa: “até 2020 a SCDC pretende fomentar mais 10.500 Pontos de Cultura para atingir a meta prevista no Plano Nacional de Cultura de 15 mil pontos em funcionamento⁵⁶”. No entanto, levou as associações a não buscarem tanto como antes se tornarem pontos de cultura, já que isso não estava mais atrelado ao repasse

⁵³ Entrevista com Ivana Bentes intitulada “Novos rumos”. Publicada no Caderno Pensar do jornal Estado de Minas, 23 de agosto 2015.

⁵⁴ No dia 4 de maio de 2016, o Minc certificou os primeiros 121 novos pontos de cultura autodeclarados: http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset_publisher/OiKX3xIR9iTn/content/id/1338669

⁵⁵ Lei Cultura Viva – Ponto de Cultura agora é lei: <http://www.cultura.gov.br/culturaviva/ponto-de-cultura/apresentacao>. Acesso em 2 abr. 2018.

⁵⁶ Programa Cultura Viva: <http://www.cultura.gov.br/cultura-viva1>. Acesso em 12 março 2017.

financeiro. Porém, a autodeclaração levantou uma questão em relação à identidade vinculada às associações no sentido que “revela, portanto, a força discursiva e simbólica de uma ideia de ‘identidade compartilhada’” (HOLANDA, 2016, s/p) na qual, hoje em dia, algumas organizações continuam acreditando.

Essa mudança implicou, além da maior flexibilidade, a necessidade de abordar as diretrizes do Programa Cultura Viva, do Programa Mais Cultura e as bases da Lei de forma mais criteriosa e profunda já que, como definiu Bentes foi “o grande passo para mapear o potencial e força que são os Pontos de Cultura no Brasil. É um instrumento político, uma moeda simbólica de negociação e um instrumento para apresentar a grandiosidade do sistema⁵⁷”. Esse grande passo traz implícito uma mudança em relação à cultura política:

Trata-se de uma política pública rizomática que cria programas específicos para cada um desses movimentos a partir de suas particularidades, mas que pode, na sua nova etapa, induzir, apoiar e fomentar a constituição de uma Cultura de Redes, um passo inovador e ousado para a articulação e a mobilização de um novo tipo de movimento cultural (BENTES, 2015, p. 5).

Ao mesmo tempo em que o programa Ponto de Cultura implicou uma inovação para o âmbito da cultura brasileira, através da introdução do conceito de gestão compartilhada e transformadora, com o propósito de estabelecer novos parâmetros de gestão e democracia entre Estado e Sociedade (DOMINGUES, 2008; TURINO, 2010; NUNES, 2011; SANTINI, 2015), essa política também representou um grande desafio sociocultural, ao tentar estabelecer um diálogo mais aberto com o Estado, com o intuito de respeitar e outorgar espaço às expressões culturais reconhecidas como pontos de cultura.

Nesse sentido, refletir sobre a cultura, a partir de uma política como o Ponto de Cultura, significa reconhecer que conceber a cultura de forma ampla implica a oportunidade de “reconectar o Ministério da Cultura com a educação, comunicação, direitos humanos, movimentos urbanos, com os novos processos das redes e das ruas, em que as cidades são os novos laboratórios de políticas públicas” (BENTES, 2015, p. 2).

⁵⁷ Ministro Juca Ferreira recebe Comissão Nacional dos Pontos de Cultura. Disponível em: http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset_publisher/OiKX3xIR9iTn/content/ministro-juca-ferreira-recebe-comissao-nacional-dos-pontos-de-cultura/10883. Acesso em 24 março 2017.

Em face dessas considerações preliminares e tendo em vista o desafio de compreender as articulações entre território, cultura e lazer, por meio da política Ponto de Cultura, se faz necessário conhecer o Programa Cultura Viva. Assim, é interessante destacar que, embora o Ponto de Cultura seja a ação prioritária e ponta de lança do Programa, não é a única. Entre elas se encontram:

“Cultura Digital: a ação surge como catalisadora da rede formada pelos Pontos de Cultura e como ação transversal dos Programas Cultura Viva e Mais Cultura destinada a fortalecer, estimular, desenvolver e potencializar redes virtuais e presenciais entre os Pontos de Cultura. Dentre suas atividades destacam-se o papel de facilitadora da apropriação e do acesso à ferramenta multimídia em software livre pelos Pontos de Cultura para a geração de autonomia. O objetivo principal é o de oferecer mecanismos e estímulos para promover a transformação das pessoas em agentes ativos na cadeia de criação, produção e circulação de informação, a partir do uso de novas e velhas tecnologias de comunicação.

Pontões: foram criados para articular os Pontos de Cultura, difundir as ações de cada entidade e estabelecer a integração e o funcionamento da rede dos Pontos de Cultura. Atuam tanto na dinamização dos contatos entre os Pontos, com foco temático ou regional, quanto como parceiros na implantação de ações do Programa. Trabalham sob a perspectiva de capacitar produtores, gestores, artistas e de difundir produtos. Além da articulação, os Pontões integram ações e atuam na esfera temática ou territorial. Estes podem abarcar uma linguagem artística (Pontão do Teatro do Oprimido, do audiovisual), público (juventude, mulheres), área de interesse (cultura digital, arte e reforma agrária, cultura de paz), gestão ou território.

Agente Cultura Viva: é uma iniciativa da Secretaria de Cidadania Cultural (SCC-MinC), e tem por finalidade desenvolver a consciência de si, a autoestima pessoal e social da juventude atuante nos Pontos de Cultura e em outras ações do Programa Cultura Viva. Está direcionada à capacitação e à articulação dos Pontos de Cultura que desenvolvam projetos ou apoiem grupos de jovens, voltados para as alternativas de construção das trajetórias pessoais, acesso, participação em manifestações culturais e aos espaços amplos de sociabilidade. O principal objetivo é que o jovem se reconheça como um ser participante de uma cultura, um contexto e se sinta inserido num ambiente criador, produtor e disseminador da sua cultura, com a consequente valorização dos saberes de sua comunidade e localidade.

Ação Griô: por meio de editais públicos a ação apoia projetos pedagógicos que contemplem as práticas da oralidade, dos saberes e dos fazeres dos Mestres e Griôs nas parcerias dos Pontos de Cultura com escolas, universidade e entidades do terceiro setor. Esse programa valoriza a tradição da oralidade enquanto patrimônio imaterial e cultural a ser preservado. A transmissão oral permeia as mais diversas culturas e independente da origem ou da etnia muitos povos têm a oralidade como única fonte da perpetuação de sua história. O Griô é um guardião da memória e da história oral de um povo ou comunidade, são líderes que têm a missão ancestral de receber e transmitir os ensinamentos das e nas comunidades. A palavra é sagrada e, portanto, valorizada num processo ancestral como fio condutor entre as gerações e culturas. Neste contexto, também assim são considerados sagrados os Griôs enquanto mantenedores dessas culturas.

Tuxaua: prêmio criado em 2009, quando selecionou 80 iniciativas de mobilização e articulação de redes, que previssem continuidade de dez meses e fossem protagonizadas por pessoas que demonstravam histórico de atuação relevante junto às ações e redes relacionadas ao Programa Cultura Viva. Tuxaua deriva de idiomas de etnias indígenas brasileiras e denomina a figura do articulador e mobilizador na aldeia. Os projetos selecionados propuseram ações de fomento à mobilização e articulação de diversas redes socioculturais, alimentando conceitualmente e politicamente as ações do Programa.

Pontinhos: visam mobilizar, sensibilizar e desenvolver conjuntamente com instituições públicas e entidades sem fins lucrativos a elaboração de atividades para a implementação e difusão dos direitos da criança e do adolescente, principalmente no que tange o direito de brincar enquanto patrimônio cultural. Além de mapear as ações existentes, possibilitar que novos recursos e capacidades enriqueçam as práticas sociais dos saberes e fazeres lúdicos, de forma a potencializar e ampliar o fazer artístico e a formação dentro de uma política pública de ação contínua junto às comunidades. A Ação Pontinhos de Cultura se dá por meio de uma premiação, destinada a estimular e consolidar ações que estruturam uma política nacional de transmissão e preservação da Cultura da Infância, que fortaleçam e garantam os direitos da criança segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Ponto de Mídia Livre: é uma ação de desenvolvimento e acompanhamento da construção de políticas públicas para iniciativas de comunicação livre e compartilhada não atreladas ao mercado. A proposta reconhece iniciativas nacionais, regionais,

estaduais e locais realizadas por Pontos de Cultura e organizações da sociedade civil, promovendo a formação de uma Rede Nacional de Pontos de Mídia Livre pelo país⁵⁸.

Nesse sentido, percebe-se que o Ponto de Cultura não é uma ação isolada ou solitária. Ela faz parte de um esquema maior e está articulada com outras ações dentro de um programa que considera a cultura como fator estratégico a ser desenvolvido, planejado e pensado. Assim, acredita-se que propor um estudo do lazer a partir de uma abordagem afetiva do território contribuiu para ampliar o leque de investigações desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer. O intuito desta pesquisa é reconhecer e compreender como as diferentes experiências de lazer desenvolvidas pelos dois pontos de cultura de Belo Horizonte são apropriadas pelas pessoas que neles atuam e influenciadas pelo território onde eles estão localizados.

Desse modo, a força desta tese radica, por um lado, no fato de que esse tipo de políticas culturais traz à tona a necessidade sempre premente de relacionar o pertencimento, a representatividade e a identidade das comunidades a partir do lazer e da cultura de um dado território e, por outro, na sua vocação de diálogo interdisciplinar, sobretudo, com outros campos consagrados de conhecimento como a sociologia, a antropologia, a geografia e as ciências políticas, o que possibilita problematizar o lazer a partir de outras noções, aparentemente não relacionadas.

Não obstante, o ano de 2016 começou com várias mudanças políticas no Brasil decorrentes do afastamento da presidente Dilma Rousseff, cujo cargo foi assumido interinamente, e depois de forma definitiva, por seu vice-presidente Michel Temer. Ivana Bentes foi exonerada do cargo no dia 2 de junho daquele ano, período em que foi anunciada a extinção do Ministério da Cultura, que passaria a fazer parte do Ministério da Educação. Essa medida, no entanto, foi logo revogada em decorrência da mobilização popular e da ocupação dos prédios da Fundação Nacional de Artes (FUNARTE) nas principais cidades do país, contrárias a essa determinação do governo interino. De lá para cá, à instabilidade política se somou a econômica, e a população assiste absorta a casos de corrupção e à absolvição de políticos acusados por receberem propinas, praticarem corrupção e lavagem de dinheiro.

Foi nesse contexto político, econômico e social que a pesquisa se desenvolveu. E assim, em junho de 2018, o programa como um todo se encontra bastante debilitado

⁵⁸ Programa Cultura Viva - Histórico: <http://culturaviva.org.br/programa-cultura-viva/>. Acesso em 23 jun. 2016.

e não possui o destaque de outrora. As campanhas de difusão que percorriam o país com o objetivo de integrar mais associações e os encontros estaduais e federais, denominados Teias, para trocar e intercambiar experiências, ideias, pensamentos, e ganhar força como núcleo, já não existem mais. Além disso, durante a entrevista na Sede Regional do MinC, em Belo Horizonte, foi informado que a meta de atingir 15 mil pontos em funcionamento para 2020 será reavaliada e ajustada à nova realidade. Apesar de tudo, a política Pontos de Cultura e o Programa Cultura Viva continuam vigentes, embora seja só através do site para a autodeclaração.

Descrito o campo investigado, a seguir será abordado um aspecto de especial importância na política Pontos de Cultura, seu caráter de base comunitária.

6.1 Política de caráter comunitário

Uma das características que fica evidente na leitura do programa Cultura Viva e da ação Pontos de Cultura é a circunscrição de um determinado território baseado na proximidade, na afinidade e nos sentimentos de pertencimento, representatividade e identificação. Para a análise realizada neste tópico, foram utilizados os seguintes documentos:

- Três publicações do Ministério de Cultura: a) Programa Nacional de Arte, Educação, Cidadania e Economia Solidária (MinC, 2005); b) Relatório de redesenho do Programa Cultura Viva (MinC, 2012), c) Programa Cultura Viva – Documento Base (MinC, 2013).
- Quatro documentos oficiais: a) os dois editais de Minas Gerais, o primeiro corresponde ao edital de seleção para implementação de Pontos de Cultura no Estado de Minas Gerais, de 19 de dezembro de 2008, e o segundo, ao edital do Fundo Estadual de Cultura para Pontos e Pontões de Cultura, de 20 de maio de 2016; b) a Lei 13.018, Política Nacional de Cultura Viva (PNCV); c) os critérios para a autodeclaração.
- Quatro publicações/bibliografias específicas: a) a tese de doutorado “Identidades Inventivas: territorialidades na rede Cultura Viva na região sul” (2011a), de Patrícia Dorneles; b) o capítulo “Território e Territorialidades na Rede Cultura Viva da Região Sul: Programa Cultura Viva/Ministério da Cultura”, de Patrícia Dorneles (2011b), no livro Pontos de Cultura: olhares sobre o Programa Cultura Viva, organizado por Frederico Barbosa e Lia Calabre e publicado por el Instituto de Pesquisa Econômica

Aplicada (IPEA); c) dois textos de Ivana Bentes: “Cultura viva: processo culturais inovadores”, que faz parte do livro *Cultura urbana para la inclusión en América Latina*, publicado em 2017a pela *Secretaría General Iberoamericana* (SEGIB) e “Ocupar: zonas autônomas temporárias e partilha do comum”, publicado na Revista P2P e Inovação, em março de 2017b.

O fato de denominar a política Ponto de Cultura e o programa Cultura Viva como de base comunitária traz implícito, já na sua conceptualização, um recorte geográfico espacial específico sobre o qual a política repousa e reivindica: o de localidade, o de comunidade na sua mais ampla expressão. Isso significa que a política vem a promover, visibilizar e fortalecer o caráter simbólico existente e palpitante nas comunidades brasileiras, sem importar se são rurais ou urbanas, quilombolas ou caipiras, digitais ou anacrônicas. O único aspecto que realmente importa é que o caráter seja próprio da comunidade, que faça parte das expressões populares de um determinado grupo social e não criado pelo mercado da economia criativa ou imposto pelo poder hegemônico da cultura. Dessa forma, encontramos referências mais ou menos diretas em todos os documentos analisados. Por exemplo, na primeira leva, as publicações do MinC e a questão do território, como referente das escalas de diversidade cultural inerentes à geografia, colocam de manifesto que tanto o programa Cultura Viva quanto sua ação principal, o Ponto de Cultura [...] “são intervenções agudas nas profundezas do Brasil urbano e rural, para despertar, estimular e projetar o que há de singular e mais positivo nas **comunidades**, nas periferias, nos quilombos, nas aldeias: a **cultura local**” (MinC, 2005, p. 8, grifo nosso). Sentença que se faz evidente em falas como a de Gilberto Gil, ministro de cultura na época, quando poeticamente declarou:

Não falo de dar o peixe, nem de ensinar a pescar. Falo de potencializar a “pesca” que se faz há muito tempo, em especial nas **áreas** de risco social, nos **territórios** de invisibilidade, nos grotões e nos guetos das grandes cidades brasileiras, onde pulsa uma cultura e uma arte tão fortes, mas tão fortes, que não há miséria, não há indigência, não há descaso ou violência que as façam calar. (MinC, 2005, p. 8, grifo nosso).

Nesse discurso, os pontos de cultura não são uma mera estatística, de modo que cada ponto é um “amplificador das expressões culturais de sua comunidade” (MinC, 2005, p. 8) ou um “um organizador da cultura em nível local [...] Enquanto o

Cultura Viva pode ser identificado como uma macro-rede, o Ponto de Cultura pode ser definido como uma micro-rede” (*Ibidem*, p. 37).

Tratando-se de redes e territórios, é instigante pensar que existe entre eles uma interdependência, no sentido de que se entende que as redes são basicamente relações sociais como os territórios são os resultados de relações sociais de poder. Por isso, as ações que os grupos sociais têm sobre o território no qual atuam e a forma como eles as organizam carregam intenções implícitas que produzem significações variadas:

O *Programa Cultura Viva* diz algo, ou melhor, produz significados, ao direcionar recursos, ao estimular e potencializar a ação de grupos a princípio excluídos e situados em territórios menos focados por outras políticas culturais. Ao fazer isso, o CV valoriza a diversidade, tanto do ponto de vista daqueles que fazem a cultura e são reconhecidos, quanto do ponto de vista da abrangência territorial da política, que deixa de se concentrar em poucas cidades e territórios, mais bem dotados econômica e politicamente e se espalha pelo território nacional (MinC, 2012, p. 59).

Na próxima citação, é possível enxergar como os pensamentos de Cosgrove, Berque e Claval ecoam em cada linha:

O território não é da ordem da natureza, mas resultado das relações sociais, das intervenções políticas, sociais e econômicas e dos impactos que essas relações causam no espaço e no meio ambiente. Portanto, o território, além de construído socialmente, é objeto de disputa e, assim como as relações sociais e culturais dão-lhes forma, as ações de políticas públicas também lhes conferem novos dinamismos e atribuem-lhes significados (MinC, 2012, p. 59).

Por outro lado, com o intuito de fortalecer o programa, é necessário focar não só nas capitais e regiões metropolitanas, mas também priorizar os municípios com menos de 10 mil habitantes. O Brasil tem o total de 5.570 municípios, dos quais 2.456 (ou seja, 44 por cento) possuem essa população⁵⁹. Esse objetivo, definido como expansão no território do Documento Base (MinC, 2013), não alude somente à questão quantitativa, mas bem traz associado o fortalecimento da rede e visibilidade da diversidade cultural que todo grupo social possui. Por isso, assinala que caberia aos estados “um foco mais específico para a expansão das redes e para o fomento nas médias e pequenas cidades, bem como para integração da Rede Cultura Viva no

⁵⁹ Fonte IBGE 1 de julho 2016: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2016/estimativa_dou.shtm. Acesso em 22 ago. 2017.

seu território” (MinC, 2013, p. 15). Assim, entre os principais critérios de expansão destacamos dois: 3) “Considerar a existência de políticas específicas, locais e regionais” e 5) “Estabelecer recortes prioritários das políticas públicas: territórios prioritários do Juventude Viva, territórios da cidadania, área rural, territórios com altos índices de violência, áreas ambientais degradadas, área de fronteira, IDH, dentre outros” (MinC, 2013, p. 15)

Pode-se constatar que, nesses critérios, há uma preocupação com os aspectos qualitativos do território e não só quantitativos. Dentre os aspectos qualitativos se encontra o de identidade, mais especificamente o de identidade cultural. É plausível dizer que toda comunidade possui uma identidade cultural que se articula em três dimensões ao mesmo tempo complementares e independentes: cultura como usina de símbolos; cultura como direito e cidadania; e cultura como economia (MinC, 2005).

Levando em consideração o triplo desdobramento da cultura, é oportuno salientar que no primeiro está resumida grande parte dos objetivos dessa pesquisa e é possível estabelecer relações com alguns aspectos teóricos que fundamentam o marco teórico. Dessa forma, ao dizer que a cultura é uma geradora de símbolos, remete-se a Haesbaert, quando fala da dimensão simbólica do território, na qual a cultura é um componente junto com os mitos, utopias e valores. O fato de acreditar que o acesso à cultura deve ser democratizado corresponde à construção de cidadãos com pleno direito de participação na realidade da sua comunidade. Essa construção traz consigo o fomento da autoestima, tanto individual como coletiva, e o sentimento de pertencimento.

Sustentar que a cultura possui um fator econômico importante, como anunciávamos no começo desse capítulo, não é novidade. Mas além do papel indiscutível da cultura como motor do PIB é relevante entender que a cultura é, e continua sendo, um fator de sustentabilidade e de coesão de um grupo social. E, mais ainda, essa possibilidade de gerar sustento e união está ligada à solidariedade, à comunhão, à empatia. A partir desses aspectos, o programa Cultura Viva projetou seus pilares: autonomia, protagonismo e empoderamento social.

A respeito do segundo conjunto de documentos, pertencentes aos documentos legais, tais como os editais, a Lei 13.018 e as bases da autodeclaração, foi possível encontrar também referências, embora de uma forma mais direta e taxativa. Assim, por exemplo, nos dois editais se faz referência à comunidade, à articulação de atividades culturais em suas localidades e à promoção do desenvolvimento cultural

regional. Como regional compreende-se o “projeto que descentralize a ação cultural, desenvolvendo suas ações no interior de Minas Gerais, sendo articulado com a comunidade e os atores locais, instituições culturais, artistas e produtores, e promovendo uma efervescência cultural, o reconhecimento e o fortalecimento do valor cultural local” (Edital Fundo Estadual de Cultura, item 15.1.4.I, 2016, grifo nosso). Um elemento que faz parte dos critérios de seleção e aprovação dos projetos está estrategicamente relacionado ao atendimento das prioridades de territorialização do Programa Cultura Viva e do Governo do Estado de Minas/SEC (Edital de seleção para implementação de Pontos de Cultura no Estado de Minas Gerais, o item 7.3.5, 2008) e à inclusão dos 17 Territórios de Desenvolvimento do Estado (Edital Fundo Estadual de Cultura, item 17.1, 2016).

Considerando a Lei 13.018, por meio da qual se institui a Política Nacional de Cultura Viva (PNCV), é importante destacar que ela mantém os fundamentos e as diretrizes que o Cultura Viva tinha nas suas origens. Destarte, no artigo 3º declara-se o seguinte:

A Política Nacional de Cultura Viva tem como beneficiária a sociedade e prioritariamente os **povos, grupos, comunidades e populações** em situação de vulnerabilidade social e com reduzido acesso aos meios de produção, registro, fruição e difusão cultural, que requeiram maior reconhecimento de seus direitos humanos, sociais e culturais ou no caso em que estiver caracterizada ameaça a sua **identidade cultural** (Grifo nosso).

Diante disso, é relevante ressaltar as referências diretas e indiretas ao território que aparecem no artigo 7º, o qual estipula o que se prioriza das entidades e grupos com o fim de serem reconhecidos como pontos e pontões de cultura:

- “I - promoção de cidadania e de uma cultura de paz por intermédio de ações culturais nas **comunidades locais**;
- II - valorização da diversidade cultural e **regional** brasileira;
- III - democratização das ações e bens culturais;
- IV - fortalecimento de experiências culturais desenvolvidas por agentes e movimentos socioculturais que dialoguem com a **comunidade local**;
- V - reconhecimento dos saberes, dos fazeres, dos cultivos e dos modos de vida das **populações** indígenas e das **comunidades** rurais, tradicionais, quilombolas e itinerantes;
- VI - valorização da infância, adolescência e juventude por meio da cultura;

- VII - incorporação dos jovens ao mundo do trabalho cultural;
- VIII - inclusão cultural da população idosa por meio da promoção do acesso desse grupo às manifestações de cultura, da oferta de oportunidades para a sua participação ativa nas diversas formas de manifestação artística e do estímulo ao **convívio social em ambientes culturais**;
- IX - capacitação e formação continuada dos trabalhadores da cultura;
- X - promoção de programas de capacitação e qualificação do acesso às tecnologias da informação para a produção e difusão culturais;
- XI - fomento à criação de estruturas **locais** e assessorias técnicas para capacitação, planejamento e gestão dos pontos de cultura” (Grifo nosso).

Embora a autodeclaração seja decorrente da Lei 13.018, vale a pena mencionar que o texto introdutório deixa clara a vinculação com o território:

O reconhecimento como Ponto de Cultura garante uma chancela institucional importante para a obtenção de apoios e parcerias, e permite que a entidade ou coletivo se articule com os outros pontos da rede, a partir de afinidades temáticas ou do **pertencimento a um território** (Grifo nosso).

Esse parágrafo guarda semelhança com o estipulado, sobretudo, no primeiro edital de 2008. Mas a principal diferença entre eles radica nos requisitos solicitados a partir da vigência da PNCV. Através da autodeclaração, os requisitos se tornaram mais flexíveis e simples e passaram a consistir basicamente na inserção dos dados, no cadastro disponível no site do MinC, e em uma seleção simplificada que corresponde mais a uma formalidade que a uma seleção propriamente dita. O que continua igual é a finalidade da política, já que pretende ainda apreciar a cultura realizada “na **base da sociedade** brasileira, a articulação em rede e a gestão compartilhada, com base nos princípios da autonomia, protagonismo e empoderamento da sociedade civil, contemplando iniciativas ligadas à cultura de **base comunitária**”⁶⁰ (Grifo nosso). Outro aspecto que continua é a finalidade do MinC de, através da chancela institucional, facilitar o acionamento dos coletivos em rede, favorecendo o compartilhamento de informações, a obtenção de apoios e criação de parcerias, troca de experiências e o benefício de atuação em conjunto porque, segundo os critérios da

⁶⁰ Cultura Viva: <http://culturaviva.gov.br/saiba-mais/>. Acesso em 29 ago. 2018.

autodeclaração,⁶¹ essas associações estabelecem um diálogo com sua comunidade a partir da sua capacidade de atuação social e de transformação do território.

E, para finalizar, a terceira leva, correspondente às quatro publicações/bibliografias específicas, é resultante de um trabalho que envolveu uma reflexão sobre a política em questão. Assim, é especialmente interessante a tese “Identidades Inventivas: territorialidades na rede Cultura Viva na região sul” de Patrícia Dorneles (2011a) porque, através da política Ponto de Cultura, a autora pretendeu investigar como os conceitos de território e territorialidade se conformam a partir do espaço denominado por Rego (2000) como geração de ambiência⁶², o qual é promovido nos pontos de cultura fomentados pela sua ação cultural (DORNELES, 2011a). Como desdobramento desse trabalho de doutorado, Dorneles participou do livro Pontos de Cultura: olhares sobre o Programa Cultura Viva (IPEA, 2011b), com o capítulo intitulado “Território e Territorialidades na Rede Cultura Viva da Região Sul: Programa Cultura Viva/Ministério da Cultura”.

É interessante considerar a forma como Dorneles compreende o Programa Cultura Viva quando diz: “Dessa forma identifico o programa Cultura Viva – Pontos de Cultura como uma política cultural que possibilita o **surgimento** e/ou o **fortalecimento** de **novos territórios** de produção, de identidade e ação cultural” (2011a, p. 15-16, grifo nosso).

E é justamente nessa organização/criação de novos territórios de base comunitária que radica o potencial do Cultura Viva. Potencial que se expressa em dois sentidos, ao mesmo tempo complementares e independentes:

[...] por um lado, por meio da emergência do lugar dos seus próprios atores e, por outro, em sua potencialidade, indo ao encontro de uma política nacional que, transcendendo em seus objetivos, apresenta um panorama cultural marcado pela diversidade, sugere a instauração de um futuro: territórios como palco das manifestações de lugar espacial e social; território como rede emergente das relações de solidariedade entre atores produtores de cultura; território que, como cultura de Nação, expressa-se e se faz sentir – reconstrói sua identidade na diversidade – em uma perspectiva de mundo globalizado (DORNELES, 2011b, p. 230).

⁶¹ Critérios para a autodeclaração: <http://culturaviva.gov.br/saiba-mais/#quais-os-criterios>. Acesso em 24 ago. 2017.

⁶² Geração de ambiência significa criação de ambientes e, segundo Nelson Rego, surge da articulação de três conceitos: a relação meio em torno/meio entre a interpretação instauradora, a relação dialógica das lógicas/dialógica do diálogo (REGO, 2010).

Desse modo, Dorneles chegou à conclusão de que o grande trabalho das ações do Ponto de Cultura/Cultura Viva está no fortalecimento da identidade da cultural local, da inclusão digital e da formação de cidadania (2011a).

Pela leitura dos textos de Ivana Bentes, percebe-se que sua posição é marcadamente ideológica. Os dois textos foram publicados recentemente, em 2017 e, em ambos, ela reivindica o papel inovador e de resistência do Cultura Viva. No primeiro caso, no capítulo “Cultura viva: processos culturais inovadores”, que faz parte do livro *Cultura urbana para la inclusión en América Latina* publicado pela *Secretaría General Iberoamericana* (SEGIB), Bentes apresenta, para o âmbito ibero-americano, os conceitos e práticas da Política Nacional Cultura Viva, com foco nos pontos de cultura como “laboratórios cidadãos e de inovação social” (BENTES, 2017a, p. 123) capazes de transformar o território onde estão inseridos. Assim descreve a experiência do Cultura Viva como um novo modelo de desenvolvimento cultural da América Latina, destacando desse programa o fato de ser de base territorial, ou seja, buscar dar visibilidade a uma extensa produção cultural, tradicional, popular, urbana e periférica, que vem transformando os territórios onde os pontos de cultura estão localizados.

Já no segundo texto da autora, intitulado “Ocupar: zonas autônomas temporárias e partilha do comum” (2017b), Bentes foca em uma análise do programa depois do impeachment de Dilma Rousseff. Embora os dois trabalhos abordem o Cultura Viva após maio de 2016, o segundo aprofunda nessa linha e atribui à rede formada pelos pontos de cultura uma força política capaz de se articular e organizar para resistir aos ataques à democracia (em particular o golpe parlamentar de 2016) que colocam em risco a cultura de um país quando defendem a extinção do Ministério de Cultura. Enxerga nessas ocupações culturais de espaços públicos um “embrião de um movimento político-cultural” (2017b, p. 42), uma potência capaz de disputar simbolicamente a cultura de base comunitária representada pelos pontos de cultura.

Bentes acredita em uma economia viva, que pensa a cultura como bem comum, como processos de vida, e não como produtos com um único destino, o mercado. Assim, desde o resumo do capítulo, buscou diferenciar o Cultura Viva de qualquer outra política que remeta à economia criativa ou à indústria cultural impulsadas pela Inglaterra e pela Holanda desde os anos 1990. Desta maneira, ela enfatiza:

[...] o Cultura Viva de certa maneira, vem trazer essa ideia de que a cultura é um bem comum, é um “commons”, produz valor simbólico, produz valores incomensuráveis e muitas vezes não se monetiza, não vira um produtor comercial (BENTES, 2017a, p. 125).

Para Bentes, o mais significativo que o programa propõe é uma inclusão subjetiva, que em sua opinião é mais decisiva que a inclusão social, já que se trata de “grupos que estão disputando a narrativa de mundo, a narrativa de cultura; que partem do seu território para se afirmarem como sujeitos do mundo, sujeitos culturais, sujeitos estéticos, sujeitos políticos, sujeitos de direitos culturais” (BENTES, 2017a, p. 126-127). E é nessa disputa que os pontos de cultura alcançam visibilidade e reconhecimento que lhes permitem funcionar como “a memória viva do seu território e da sua comunidade” (*Ibidem*, p. 128). Bentes (2017a) concebe que cada coletivo produz suas próprias manifestações culturais, seus próprios conceitos e entendimento do mundo, seus valores, mitos, símbolos, ligados de maneira estreita ao território.

O programa foi um grande momento de imaginação social e política ao mapear, apoiar e financiar a cultura de base **comunitária** e **territorial**, as culturas tradicionais e populares, a cultura rural, urbana e periférica. (BENTES, 2017a, p. 123, grifo nosso).

No segundo artigo, publicado na Revista P2P e Inovação, analisa as ocupações culturais ocorridas durante 2016, depois do golpe parlamentar, e a ameaça de extinção do Ministério de Cultura. Embora Bentes não traga a questão do território, ao discorrer sobre as ocupações culturais, e não desenvolva nem aprofunde na relação dessas ocupações com o Cultura Viva/Ponto de Cultura, esse artigo é importante já que se debruça sobre o programa depois da tomada de poder por parte do presidente interino Michel Temer. A partir daí, a autora analisa como essas ocupações funcionaram enquanto forma de resistência cultural e possibilitaram a ressignificação da cultura através do surgimento de novos atores políticos no âmbito da cultura.

Diante desse cenário, Bentes reivindica a dinâmica de rede do Cultura Viva como exemplo positivo de articulação política e ressignificador da cultura como movimento de resistência que exige “cada vez mais participação nas decisões e na gestão pública” (BENTES, 2017b, p. 42). Eis aqui a grande potencialidade dos Pontos de Cultura e a rede conformada e promovida pelo Cultura Viva: a capacidade de atuação política da cultura ou como Bentes o denomina: “politização do campo cultural e a culturalização da política (2017b, p. 42). Enfim, o que fica claro é que o futuro do

Cultura Viva está em risco e não há sinais de continuidade senão o contrário, de incerteza. Mas esse é outro assunto, que vai além do escopo desta tese.

O que cabe ressaltar desses dois artigos é uma interessante característica: “O programa Cultura Viva tem uma enorme capilaridade. [...] uma hiper-capilaridade, uma hiper-territorialidade” (BENTES, 2017a, p. 127), no sentido de ser um programa que possui a capacidade de chegar a lugares recônditos independentemente se os caminhos para fazê-lo são estreitos, difíceis e com mais ou menos obstáculos. Pelo viés dessa metáfora, é interessante salientar que na ação capilar atuam duas forças que, por sua vez, também podem ser extrapoladas para pensar e refletir sobre o Cultura Viva: a força de adesão e a força de coesão. Enquanto a primeira é a atração entre moléculas diferentes, ou seja, a afinidade das moléculas do líquido com as moléculas do tubo sólido, a segunda é a atração intermolecular entre moléculas semelhantes, ou seja, a afinidade entre as moléculas do líquido⁶³.

Assim, utilizando como metáfora uma propriedade física que os fluidos têm, que faz com que eles fluam mesmo contra a força da gravidade ou à indução de um campo magnético, Bentes extrapola essa característica para descrever o processo dos pontos de cultura e a forma como eles se espalham pela superfície, abarcando e incluindo nesse movimento expansivo diversas identidades, diferentes personalidades que se encontram disseminadas pelo território apesar dos contratempos e inconvenientes que possam surgir. Nesse ponto, Bentes compreende que a hiper-territorialidade funciona como sinônimo da hiper-capilaridade. Isso remete-nos à definição de Raffestin (1993) sobre territorialidade, segundo a qual o território vivido pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral, reflete a multidimensionalidade desse espaço, onde também se conjugam as relações sociais de poder.

Uma vez que o território se constrói a partir de relações de poder entre os sujeitos/agentes que nele atuam (COSGROVE, 1998; DORNELES, 2011a; SANTOS, 2001; CLAVAL, 2007), é sumamente importante retomar Dorneles, quando manifesta que então “pode-se dizer que no campo da ação cultural dos pontos de cultura [...], chegamos ao sentimento de unidade” (2011a, p. 298). Embora a autora não especifique como está conformado esse sentimento de unidade, nós interpretamos que nele estão os aspectos simbólico-afetivos por meio dos quais as pessoas se

⁶³ Definição de capilaridade: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Capilaridade>. Acesso em 29 ago. 2017.

conectam com o território. Dessa maneira, é possível enxergar que o território é como um resultado multirrelacional, no qual diferentes atores operam no processo de construção territorial (SANTOS e SILVEIRA, 2001). Nesse processo, estão envolvidos todos os aspectos humanos e do espaço através do qual se misturam e combinam os elementos de caráter simbólico ou subjetivos (cultura, lazer, utopias, valores) e os formais ou objetivos (históricos, políticos, sociais). Nesse sentido, arribamos a um entendimento de território que coincide com a visão de Mesquita (1995):

É o que nos liga ao mundo. Tem a ver com a proximidade tal como existe no espaço concreto, mas não se fixa a ordens de grandeza para estabelecer a sua dimensão ou o seu perímetro. É o espaço que tem significação individual e social. Por isso ele se estende até onde vai a territorialidade. Esta é aqui entendida como projeção de nossa identidade sobre o território. (p. 84).

Baseados nas reflexões anteriores, identificamos a proposta do Ponto de Cultura, como uma hermenêutica instauradora (REGO *et al.*, 2003), com potencial de ampliar territórios e territorialidades de ações e identidades culturais.

A seguir, contextualizamos o Programa Cultura Viva em Minas Gerais e em Belo Horizonte e errancia apresentamos também os dois pontos de cultura escolhidos: Grupo Luna e Casa do Beco.

7 OS PONTOS DE CULTURA EM MINAS GERAIS E BELO HORIZONTE: APRESENTAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS ESTUDADAS

Minas Gerais procurou distinguir e valorizar pontos de cultura em vários de seus municípios. Assim, em 2008, o Governo do estado fez um acordo com o MinC para implantar pontos de cultura nas suas mais diversas regiões. Como na época não existia uma secretaria ou superintendência específica para levar adiante esse programa, a superintendente de Interiorização interessou-se pelo projeto e o levou para a Superintendência de Interiorização pertencente à SEC, que contava com uma equipe de três pessoas: a superintendente, a assessora e a secretária. Com esse objetivo em vista, a Superintendência começou a articular oficinas informativas e de capacitação em todas as cidades polo das regiões⁶⁴.

Como a Diretoria de Interiorização não tinha orçamento próprio, o programa Ponto de Cultura/Cultura Viva foi o carro chefe durante muito tempo. A tarefa designada consistia em fazer a gestão do orçamento do programa, ou seja, basicamente efetuavam o repasse. Quando a superintendente foi substituída, em 2010, a assessora continuou no seu cargo. Embora não tenha feito parte da elaboração e construção do primeiro edital, ela chegou quando a Comissão de Seleção avaliava os projetos das associações. Assim acompanhou e deu assistência durante as reuniões fazendo as atas. Dessa forma, foi a única pessoa que fez a transição e tornou-se a memória do projeto.

Quando o programa começou, as Superintendências encontravam-se desvinculadas. Nessa época, as Superintendências estavam separadas: de um lado, a de Interiorização e de outro, a de Ação Cultural. Foi a partir de 2012 que as duas se uniram para conformar só uma, a de Interiorização e Ação Cultural, a qual atualmente preside a que antes era assessora. A partir desse ano, o setor começou a crescer, o orçamento aumentou e apareceram muitas outras políticas, editais e programas. Embora a ex-assessora seja a atual superintendente, ela continua sendo a pessoa de referência e de contato dos pontos de cultura.

Diferentemente de outros estados, Minas Gerais só teve um edital, o de 19 de dezembro de 2008, que por conta da grande demanda por parte dos 853 municípios, teve seu período de inscrição prorrogado: a data limite de 12 de janeiro de 2009

⁶⁴ Existem no total cento e doze (112) cidades polo no Estado de Minas Gerais: <http://polos.unoparead.com.br/mg>. Acesso em 11 jan. 2018.

estendeu-se a 20 de março daquele ano. Ao todo foram enviados para análise e seleção 465 projetos de associações interessadas no Programa Cultura Viva no território mineiro⁶⁵. Os recursos disponibilizados pelo MinC viabilizaram a criação de 100 pontos de cultura. Quando se compara Minas Gerais e Belo Horizonte com outros estados e suas respectivas capitais, os primeiros possuem relativamente menos pontos de cultura e, além disso, tiveram menos editais e recursos diretos destinados.

Existem duas razões para isso. A primeira, de caráter municipal, se deve a uma política da SEC que pretendia que a ação Pontos de Cultura não ficasse concentrada na capital. Desde o começo, procuraram distribuir, espalhar os pontos por todo o território. Nesse sentido, fizeram muitas oficinas com o objetivo de difundir o edital no interior e disponibilizaram também assistência para os coletivos socioculturais interessados apresentarem projetos. É por isso que todos os editais que a Superintendência de Interiorização e Ação Cultural administra têm uma cláusula que estabelece que o 60% dos recursos previstos deve ser aplicado para a região central e os 40% restantes para o interior.

A segunda razão é política, pois Minas Gerais teve que lidar com um governo federal de oposição ao estadual entre os anos 2004 a 2014. Enquanto o país era governado pelo Partido dos Trabalhadores (PT), em Minas estava no poder o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Junto com isso, as diversas crises que o Brasil teve fizeram com que o orçamento do MinC diminuísse consideravelmente e não pudesse destinar recursos para todos os estados. Depois de vários anos, em 2016, foi lançado um edital do Fundo Estadual de Cultura de Minas Gerais para fomento dos pontos de cultura já existentes, através do qual se beneficiaram 60 pontos com 40 mil reais cada um.

Segundo informação da SEC e da Sede Regional do MinC, hoje em dia existem, no estado mineiro, entre conveniados com o MinC e conveniados com o Estado, um total de 183 ou 185, a depender de quem forneceu os dados. Como esse número não incluía aos autodeclarados, se contactou à SEC e à Sede Regional do MinC para obter informação atualizada e conseguir descrever a situação atual do programa. A SEC forneceu cinco arquivos:

⁶⁵ Resultado da seleção dos Pontos de Cultura Edital 01/2008. <http://www.cultura.gov.br/documents/10883/38605/selecionados2-pontos-de-cultura-2008.pdf/2c3f7735-263f-4b4a-9dac-040d0e244a78>. Acesso em 23 março 2016.

- 1) Contatos Pontos de Cultura – Rede do Estado de Minas Gerais. Na planilha, aparecem os 100 pontos de cultura que foram selecionados no primeiro e único edital que Minas Gerais teve em 19 de dezembro de 2008. A última atualização foi feita no dia 10 de junho de 2015. Nela constam os dados principais: título, proponente, representante legal, município, região, telefone e e-mail.
- 2) Pontos de Cultura e Pontões conveniados com o MinC diretamente no primeiro edital em 19 de dezembro de 2008. Esse documento não possui data de atualização, então se presume que a data é similar à do ponto 1. Nesse arquivo, aparecem listadas 65 associações, das quais 62 são pontos e 3 são pontões.
- 3) Pontos de Cultura conveniados com o município de Governador Valadares. Semelhante à primeira e à segunda planilha, nessa constam as cinco associações do município de Governador Valadares com as informações principais. A data da última atualização que aparece no documento é o ano 2015.
- 4) Pontos de Cultura conveniados com o município de Sabará. Como no anterior, as informações principais e a data da última atualização são as mesmas. Também são cinco as associações reconhecidas como pontos de cultura.
- 5) Pontos de Cultura conveniados com o município de Uberaba. A diferença em relação aos dois municípios anteriores é o número de associações que passa de cinco para oito. A data da última atualização e as informações são idênticas à anterior.

Os pontos de cultura de Governador Valadares, Sabará e Uberaba foram conveniados diretamente entre os municípios e o MinC. Isso significa que foram resultado da descentralização que aconteceu a partir de 2009. Segundo informação fornecida pela Diretoria de Interiorização da Superintendência de Interiorização e Ação Cultural da SEC, os pontos de cultura estão distribuídos entre os conveniados

diretamente com a SEC, os conveniados diretamente com o MinC e os autodeclarados. No controle das associações cadastradas, consta que o número de pontos de cultura não se alterou. O que sim aumentou foi a quantidade de pontos de cultura em geral, pois o MinC, desde 2016, vem reconhecendo pontos através da autodeclaração. Essa informação está no site do MinC (<http://culturaviva.gov.br/>). Perguntados se possuíam algum mapa com a localização dos pontos de cultura, responderam que não.

Já a Sede Regional do MinC, encaminhou, por sua vez, cinco arquivos também:

- 1) Cadastro Nacional dos Pontos de Cultura de Minas Gerais. Houve diversas atualizações desde 2014, sendo a última no dia 20 de janeiro de 2016. Nessa planilha constam, por um lado, o total dos pontos de cultura conveniados no estado de Minas Gerais, pela SEC ou pelo MinC. E por outro, se encontram os pontos de cultura por município/unidade da Federação. O total dos pontos de cultura registrados é de 182, dos quais 26 estão localizados em Belo Horizonte. Os pontos de cultura estão divididos em:

- Ponto de Cultura da Rede Municipal: composta pela Prefeitura Municipal de Governador Valadares (6 pontos); pela Fundação Cultural de Uberaba (11 pontos) e pela Prefeitura Municipal de Sabará (7 pontos).

- Ponto de Cultura da Rede Estadual: são os pontos conveniados com a SEC (100 pontos).

- Ponto direto: são os pontos conveniados diretamente com o MinC (66 pontos).

- Ponto de Cultura Indígena: esse ponto foi conveniado e gerido pelo Instituto SODOTEC de Desenvolvimento Social (1 ponto). Essa associação está localizada em Bertópolis, município mineiro situado ao noroeste do estado. Consta em espaço distinto na planilha por se tratar de um Ponto de Cultura Indígena, pertencente ao grupo indígena Maxacali.

- 2) Contatos Pontos de Cultura: nela aparecem os cem pontos de cultura aprovados no primeiro e único edital estadual que teve Minas Gerais. Os

outros foram editais do MinC. As informações que a planilha apresenta são: título do projeto, proponente, representante legal, endereço e contato telefônico e eletrônico. Não consta data de atualização.

- 3) Pontos de Cultura Audiovisual. A planilha traz os pontos de cultura só do audiovisual. No total são 25. A informação é básica e contempla nome da associação, público alvo, entidade responsável e município. Não tem data de atualização.
- 4) Pontos de Memória⁶⁶ de Minas Gerais – Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). Os Pontos de Memória surgiram em 2009, a partir de edital realizado entre o MinC, o IBRAM e o Ministério de Justiça (MJ). Atualmente, a responsabilidade pela execução do programa é do IBRAM e ele está institucionalizado no Instituto, por meio de portaria específica, e colabora para desenvolvimento de uma política pública de direito à memória, com base no Plano Nacional Setorial de Museus e no Plano Nacional de Cultura. Nessa planilha, estão os Pontos de Memória selecionados através dos editais de 2011 e 2012 no estado de Minas Gerais. No total, são 15 pontos espalhados por diferentes municípios, dentre eles Patrocínio, Belo Horizonte, Sabará, Divinópolis e São João Del Rei. A planilha contém informações básicas de endereço, contato eletrônico e telefônico, nome da iniciativa e ano do edital.
- 5) Pontos de Cultura de Minas Gerais conveniados com o Ministério da Cultura. Essa planilha está subdividida por editais. Dessa maneira, por um lado, temos o primeiro edital, de 16 de julho de 2004, no qual 19 foram selecionados no terceiro e no quarto, ambos com a mesma data, no dia 20 de abril de 2005, foram escolhidos 36 e 6, respectivamente e, por outro, o

⁶⁶ O Programa Pontos de Memória reúne um conjunto de ações e iniciativas de reconhecimento e valorização da memória social, de modo que os processos museais protagonizados e desenvolvidos por povos, comunidades, grupos e movimentos sociais, em seus diversos formatos e tipologias, sejam reconhecidos e valorizados como parte integrante e indispensável da memória social brasileira. Tem como objetivo principal contribuir para o desenvolvimento de uma política pública de direito à memória, com base no Plano Nacional Setorial de Museus e Plano Nacional de Cultura. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/acessoainformacao/acoes-e-programas/pontos-de-memoria/>. Acesso em 12 dez. 2017.

edital dos pontões, que se dividem em Pontões Temáticos de 2007, no qual foram escolhidos dois, e os Pontões de 2009, que escolheu também dois.

A planilha do ponto 01 é a base de dados que a Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural (SCDC) disponibiliza. Essa secretaria é a responsável pela gestão da Política Nacional de Cultura Viva. Nas outras três planilhas, constam informações mais específicas referentes à temática e ao tipo, presentes na primeira planilha também. Porém, entre ela e a última, ponto 04, existe a mínima divergência de um ponto de cultura. Na primeira, consta que são 66 pontos conveniados com o MinC e, na última, 65.

Quanto aos pontos autodeclarados, a Sede Regional do MinC, em Belo Horizonte, informou que, embora eles não levem o controle, há possibilidade de verificar quais entidades estão situadas em Minas Gerais através do mapa georreferenciado no site Cultura Viva. Apesar de incompleto ou desatualizado, é a fonte mais fidedigna. Quando perguntamos o motivo de estar incompleto/desatualizado, a resposta foi que a responsabilidade do processo de atualização desse mapa recai nos próprios pontos de cultura. O primeiro chamado⁶⁷ para a autodeclaração foi em fevereiro de 2016 e, em maio do mesmo ano, o MinC divulgou as 121 associações que ganharam a chancela. Os estados com mais pontos e pontões de cultura certificados foram Minas Gerais, São Paulo e Santa Catarina. Minas Gerais teve 12, sendo apenas um de Belo Horizonte. Cabe ressaltar que os 183/185 pontos que a SEC e o MinC declaram, respectivamente, encontram-se localizados em 98 municípios mineiros, acorde a uma tentativa de distribuição mais equitativa possível. Não obstante, comparativamente Belo Horizonte possui poucos pontos de cultura em relação à quantidade de habitantes, 2,5 milhões⁶⁸, enquanto, por exemplo, Uberaba possui uma população de 328.272 habitantes,⁶⁹ com 11 pontos, Sabará, com 135.968 habitantes,⁷⁰ tem sete pontos e Governador Valadares, com

⁶⁷ O MinC informou que foi realizado, em agosto de 2017, um segundo ciclo de avaliação, mas que ainda está em processo de finalização.

⁶⁸ Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população estimada em 2017: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/belo-horizonte/panorama>.

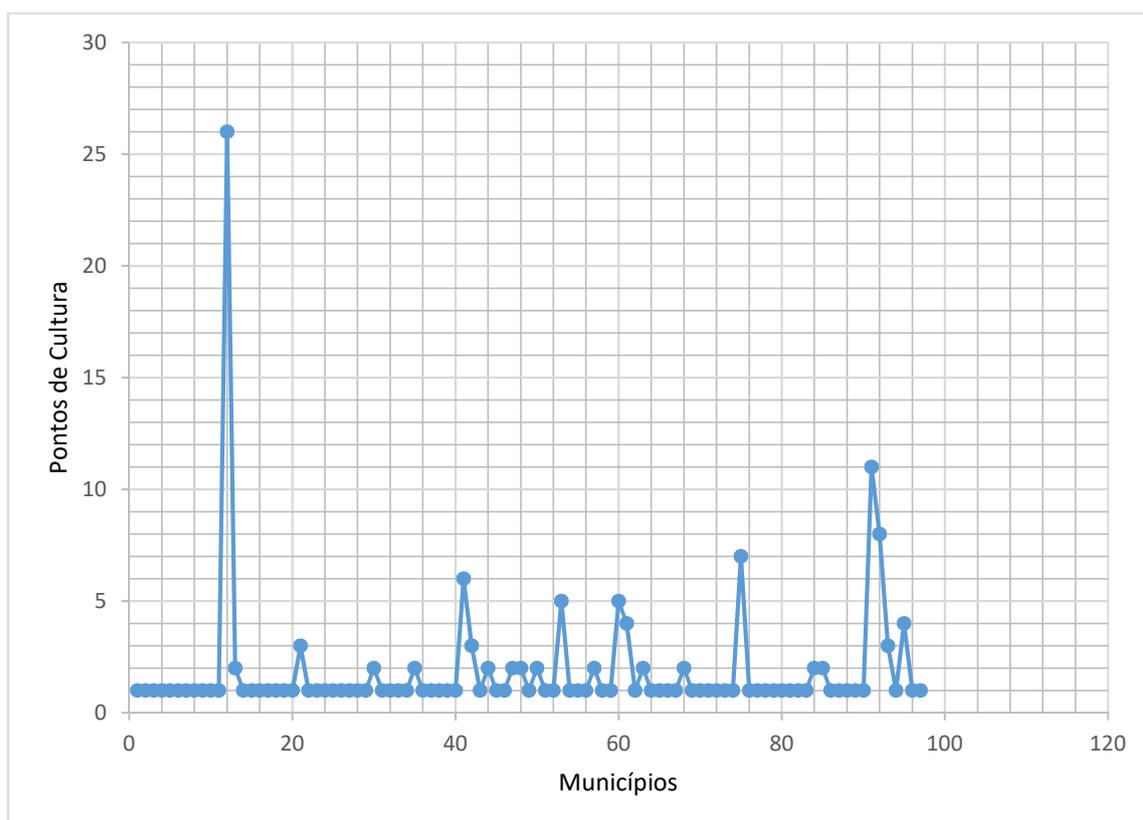
⁶⁹ A população estimada em 2017 conforme o IBGE: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/uberaba/panorama>.

⁷⁰ Conforme dados do IBGE, 2017: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/sabara/panorama>.

280.901 habitantes,⁷¹ apresenta seis pontos. Na Figura 1, se mostra a relação entre os municípios e os pontos de cultura.

Através do gráfico a seguir, podemos observar que a maioria dos municípios (75%) possuem apenas um ponto de cultura, 23% possuem entre dois e 11, e somente 2% contam com mais 11 pontos. Então, evidencia-se de fato uma preocupação por trás dessa distribuição que buscou levar essa política a comunidades distantes sem que a quantidade de habitantes fosse um parâmetro a ser considerado, possibilitando assim que cidades como Açucena, Belmiro Braga e Cajuri, com 9.997, 3.503 e 4108 habitantes respectivamente, tenham sido contempladas com o reconhecimento dos seus pontos de cultura.

Figura 2 – Distribuição dos pontos de cultura no Estado de Minas Gerais



Fonte: Elaboração própria

Comparando as duas fontes, conclui-se que a Sede Regional do MinC possui planilhas e informações mais completas que a SEC, o que tem sua lógica devido aos

⁷¹ Segundo o IBGE, 2017: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/governador-valadares/panorama>.

perfis e abrangências das duas instituições. Sem considerar a pequena diferença em relação ao número dos pontos de cultura entre elas, nenhuma das duas instituições mantém as planilhas atualizadas: a SEC tem a maioria das planilhas atualizadas até 2015 e, na Sede Regional, em apenas uma planilha consta a última atualização de 2016. Outras características comuns que se observaram foram que ambas não possuem informação sobre os pontos autodeclarados.

A SEC desconhece como isso está sendo levado e também não sabe quantas associações têm sido certificadas com a chancela do estado. Só sabe que essa informação pode ser consultada no site do Cultura Viva, que pertence ao MinC. A Sede Regional, embora saiba um pouco mais sobre o assunto (sabe, por exemplo, que existe um mapa georreferenciado), disse que a responsabilidade pela atualização do mapa é dos pontos de cultura, e não deles. E por último, percebeu-se que existe pouca comunicação entre as duas instituições, já que não compartilham informações nem bases de dados. Cada uma possui suas próprias bases e não há movimento para estabelecer uma comunicação, cruzar dados e assim conservar, dentro do possível, a informação atualizada e de fácil acesso para terceiras pessoas. A seguir, serão apresentados os dois pontos de cultura selecionados nesta pesquisa.

7.1 Os pontos de cultura pesquisados

Para compreender a articulação entre território, cultura e lazer, optou-se por realizar uma pesquisa de campo em duas associações que não compõem a alta concentração cultural e econômica de Belo Horizonte – representada principalmente pela Praça da Liberdade e pelos bairros Savassi, Lourdes, Funcionários, Santa Tereza e Pampulha. Entendeu-se que, dessa maneira, seria possível ter outra visão da cidade e conhecer outras realidades menos “visíveis”. Desse modo, e considerando os critérios explicitados na metodologia, foram selecionados dois pontos de cultura entre os 26 localizados em Belo Horizonte. Como foi mencionado anteriormente, as associações selecionadas foram o “Grupo Luna”, situado na zona leste do município, e a “Casa do Beco”, localizada na zona centro-sul.

A Casa do Beco foi criada em 1995 e está sediada no Morro do Papagaio/Aglomerado Santa Lúcia. O espaço trabalha prioritariamente com teatro e seu elenco é formado por moradores do morro que usam o cotidiano da favela como

referência para sua pesquisa dramaturgica e artística. Em 2003, o grupo conseguiu adquirir e inaugurar o espaço Casa do Beco, situado na Avenida Arthur Bernardes, 3876. Em 2010, o espaço passou a ser gerido por uma nova equipe, que buscou focar os esforços na formação de novos cidadãos com olhares sensibilizados para o poder de transformação da arte. O objetivo principal da instituição é que as atividades busquem representar a vida no morro a partir das perspectivas de quem nele vive; procurando dialogar com referências distintas dos estigmas de violência e miséria. Ainda em 2010, a instituição tornou-se Ponto de Cultura e recebeu a condecoração “O Grande Colar do Mérito Legislativo”, da Câmara Municipal de Belo Horizonte, pelo projeto “Teatro na Laje”. Consolida-se também, naquele mesmo ano, o projeto Cine Beco, coletivo de jovens que busca viabilizar a atividade audiovisual na Casa, com curadoria e exibições próprias. Em 2011, cria-se o grupo de teatro “Entre elas”, composto por senhoras do morro.

A Casa implantou as primeiras oficinas técnicas em 2012: de caracterização cênica, de iluminação (junto com o Núcleo Técnico) e de audiovisual (junto com a Quarteto Filmes). A instituição tem garantido uma intensa programação artística por meio de parcerias com vários grupos teatrais da cidade. As apresentações acontecem tanto na Casa quanto nas praças e ruas da favela. Em 2013, a Casa passou a integrar a *“Red Latinoamericana de Teatro en Comunidad”* e tornou-se um dos principais mobilizadores da Rede Brasileira de Teatro Comunitário. Além disso, também nesse ano, foi criado um novo grupo artístico, a Companhia Movimento do Beco, um coletivo de dança urbana e contemporânea formado por jovens do morro.

No ano 2014, a Casa foi novamente homenageada com o “Título de Honra ao Mérito da Câmara Municipal de Belo Horizonte”, pelos 18 anos de trabalho em sua comunidade. Entre os anos 2015 e 2016, a instituição continuou potencializando suas ações pedagógicas e de programação. Implantou o projeto Multiplicando Multiplicadores, que visa formar educadores para aplicar atividades artísticas em sala de aula e realizar os espetáculos que são repertório da instituição (“Estima”, “O Morro do Pássaro Falante” e “Quando eu vim para um Belo Horizonte”). “Entre Elas” problematiza o tema de ser mãe na favela, e o Grupo do Beco estreou, em 2016, seu novo espetáculo “Micro Mundo”.

Assim, a Casa do Beco vem tentando fazer com que o teatro, atividade popular em sua origem, mas elitizada nestes tempos, seja acessível a todos os cidadãos⁷².

O Grupo Luna foi fundado em 1983 pelo Mestre Primo, morador da comunidade do bairro Saudade, com a proposta de preservar a capoeira de Angola e transmiti-la para as pessoas menos favorecidas. Há um tempo vem sendo apoiado por duas Organizações Não Governamentais (ONGs) italianas. Desde o ano 2006, a *Santo Ângelo* envia recursos financeiros para arcar com os custos dos serviços de luz, gás, telefone, Internet, e manutenção geral do espaço. A segunda ONG, a *Nuovo Spazio*, ajuda a viabilização do projeto “Para casa”, que consiste em dar apoio aos alunos da formação fundamental quanto às tarefas escolares. É um apoio extraescolar e tem ajuda de custo para cinco educadores, que como requisito têm que pertencer à comunidade, assim como os estudantes. Em 2009, o Grupo Luna foi reconhecido como ponto de cultura e se transformou no Centro Cultural e Social Dona Luisa, em homenagem à mãe do Mestre. Encontra-se localizado no número 1500 da rua Doutor Brochado.

Os principais objetivos do Grupo Luna são cultivar e transmitir a história da capoeira Angola, enquanto patrimônio cultural e imaterial afro-brasileiro, e difundir as variadas expressões culturais e artísticas desse povo. É a partir disso que o grupo se compromete em promover a valorização integral da comunidade, a fim de combater preconceitos e discriminações de qualquer natureza. O coletivo pretende atingir essas metas através da reeducação e formação permanente dessas crianças e jovens atendidos pela associação.

O Grupo Luna tem como projeto político contribuir com a educação e com a formação ética, política, humana e social de crianças, adolescentes, jovens e seus familiares, através de atividades que estimulem a solidariedade, o desenvolvimento pessoal e a busca de uma melhor qualidade de vida. Além de defender o respeito aos direitos sociais e a inclusão cidadã. Para isso, o Luna desenvolve as seguintes ações:

- Programa Cultural: dentro desse programa, se encontram as aulas de flauta, violão e a orquestra de berimbaus.

⁷² A informação sobre a Casa do Beco, foi retirada do livro Grupo do Beco e Casa do Beco: 20 anos de trajetória artística e comunitária (2016) e do site: <http://casadobeco.org.br/historia/>. Acesso em 11 jul. 2016.

- Programa Geração e aumento de renda: oferece apoio e incentivo aos empreendimentos das mães da comunidade. Busca sua viabilidade econômica gerando dividendos para as famílias que participam.
- Programa Socioeducativo: concessão de bolsas de estudos e culturais aos jovens para realizar cursos universitários tais como: Sociologia, Jornalismo, Psicologia, História, Educação Física. Assim como também para os cursos técnicos de Inglês e Informática, Oficina de Photoshop e Teatro⁷³.

A seguir, a Figura 3 indica a localização da Casa do Beco e do Grupo Luna, em Belo Horizonte, e nos permite visualizar onde cada uma está situada em relação ao centro e aos principais equipamentos culturais da cidade. Esse mapa evidencia a distância física entre as duas associações e o centro. Apesar de estarem relativamente próximas da região central, ambas as associações manifestaram a dificuldade de atrair e fidelizar público, tanto externo quanto interno. As pessoas que não residem nesses bairros dificilmente se deslocam para assistir a uma peça de teatro na Casa do Beco, ou para participar de uma roda de capoeira Angola no Grupo Luna. Obviamente, outros fatores contribuem para isso, tais como o fato dessas associações estarem situadas em áreas de vulnerabilidade social, ou seja, em bairros economicamente desfavorecidos, pejorativamente chamados de favelas. Esse assunto foi abordado numa visita ao Centro Cultural Alto Vera Cruz, na qual conversamos com a responsável.

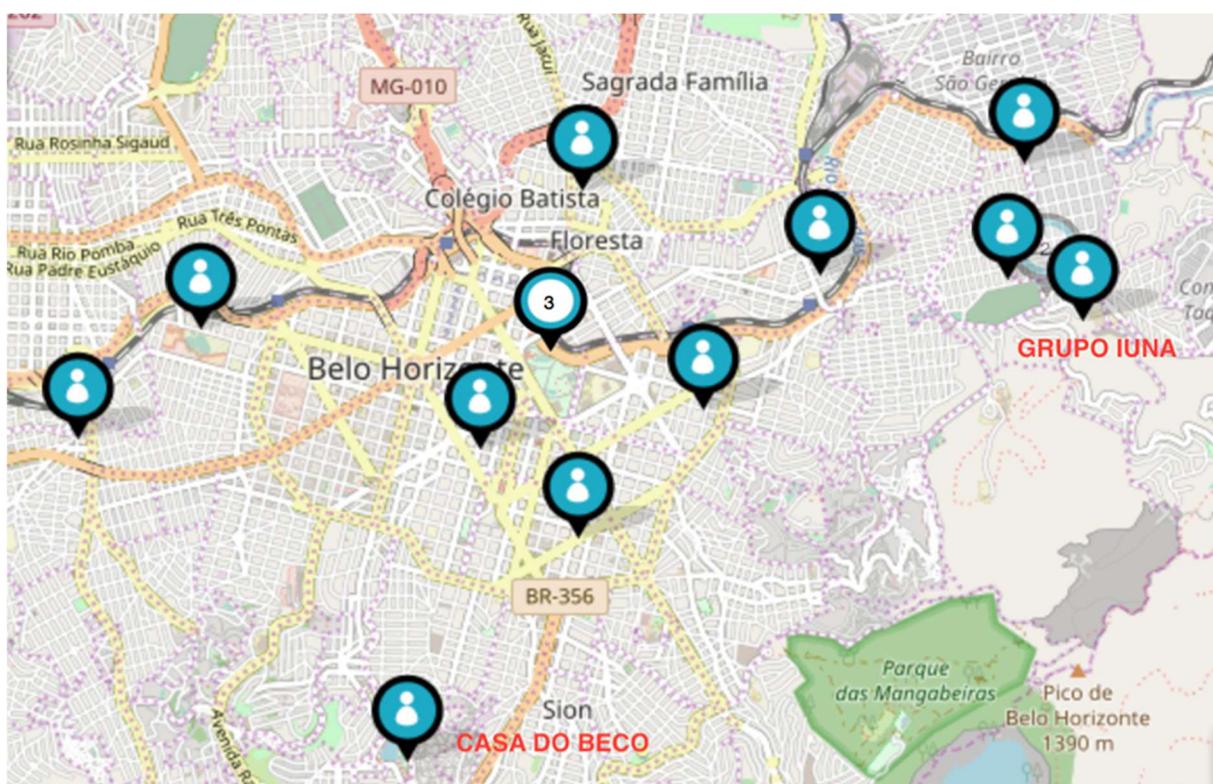
[...] a dificuldade de atrair pessoas para a biblioteca e para as atividades do Centro Cultural em geral [...]. Quando ela começou a trabalhar, o Centro Cultural permanecia vazio e iniciaram um trabalho de formiga para tentar reverter essa situação. Então, o que fizeram foi se reunirem com cada grupo artístico e espaço cultural do bairro com o objetivo de abrir as portas e permitir que se apropriassem do espaço. A mudança foi lenta, mas hoje, depois de 4 anos, o cenário melhorou um pouco (Diário de campo, 17/08/2016).

Além disso, as atividades culturais realizadas pelos dois pontos de cultura pesquisados não fazem parte do escopo cultural hegemônico de Belo Horizonte, seja pela atividade em si, que não é considerada atraente, seja pela distância a ser percorrida para se chegar até o espaço. A Casa do Beco enfrenta outro tipo de barreira, embora igualmente efetiva, já que consegue distanciar as pessoas da

⁷³ Essa informação foi retirada e resumida pelo pesquisador do CD de divulgação que o Grupo possui.

instituição: o fato de alguns moradores pensarem que o teatro é uma atividade erudita e culta, portanto imprópria para eles, e optarem por outras atividades como, por exemplo, “jogar uma pelada ou beber num boteco”, como comentou um entrevistado. Por sua vez, o Grupo Luna lida com outras dificuldades, como o preconceito em relação à capoeira, “sobretudo por parte da igreja evangélica no entorno da associação”, segundo depoimento de outro entrevistado. Nesse sentido, muitas pessoas que a frequentam não participam da capoeira por considerarem que esta manifestação cultural é contrária a seus princípios religiosos.

Figura 3 – Localização dos dois pontos de cultura pesquisados



Fonte: Elaboração própria através do site do Programa Cultura Viva: culturaviva.gov.br/

Apresentadas as políticas que fundamentam o Ponto de Cultura, bem como as associações selecionadas nesta pesquisa, o próximo capítulo será dedicado aos discursos, práticas e percepções quanto às apropriações de lazer na Casa do Beco e no Grupo Luna, assim como também à relação entre território, cultura e lazer nesses contextos.

8 TERRITÓRIO, CULTURA E LAZER NOS PONTOS DE CULTURA ANALISADOS: DISCURSOS, PRÁTICAS E PERCEPÇÕES

Este capítulo coloca em evidência as narrações e discursos das oito pessoas que foram entrevistadas na pesquisa quanto às articulações possíveis entre território, cultura e lazer, por meio dos vínculos simbólico-afetivos estabelecidos com o lugar em que vivem. Essas ideias, de alguma maneira, estão presentes nas paisagens dos bairros e nos sentimentos pessoais e coletivos. Dessa forma, com foco nas categorias de análise descritas, ampliamos o estudo dos e nos pontos de cultura a fim de identificar como as apropriações de lazer das pessoas atuantes se vinculam simbólica e afetivamente com o bairro. Embora as pessoas que atuam nos pontos compartilhem um lugar em comum, existe o que Capel (1981) define como geografia pessoal: *“esa visión mezclada con la fantasía, y modelada por la cultura y la estructura social, que los hombres organizan su comportamiento en el espacio”* (p. 443).

Nessa geografia pessoal, na possibilidade de atuar sobre o território, reside o que Ferrara (1999) denomina como poder de cidadania, que não é outra coisa que a capacidade do indivíduo de incidir sobre o espaço imediato, ou seja, seu entorno. Aqui se faz oportuno ressaltar que se pode estabelecer uma relação teórica entre esse conceito e os pilares do programa Cultura Viva: empoderamento, protagonismo social e autonomia. Nesse sentido, pode-se dizer que desde o momento em que o ser humano interpreta, valoriza e conseqüentemente se envolve com o espaço, esse lhe outorga a capacidade de poder decidir e intervir no território que o circunda.

Tendo como norteadores esses dois pensamentos de compreender e intervir no território, os bairros Saudade e Morro do Papagaio foram estudados empiricamente para tentar entender qual é a resposta que os sentidos das pessoas conferem aos estímulos externos emitidos pelo espaço que os rodeia (TUAN, 2012). Como correlato disso, citamos a Kevin Lynch, quando fala das cidades e de suas subdivisões, os bairros:

Os bairros não são apenas um objeto percebido (e talvez desfrutado) por milhões de pessoas de classes sociais e características extremadamente diversas, mas também o produto de muitos construtores que, por razões próprias, nunca deixam de modificar sua estrutura. (LYNCH, 1997, p. 2).

Ao entrar em contato com a dinâmica das pessoas atuantes dos dois pontos de cultura, escutando sua relação com seu trabalho, os sentimentos com o bairro e seus moradores, podemos vislumbrar conexões e ligações que assinalam aspectos e características nem sempre visíveis, nem sempre coletivos, que cada pessoa entrevistada destacou e valorizou e que certamente configura e molda a forma como cada sujeito se sente parte, se identifica e pertence a um determinado lugar. Quais são os valores, sensações e sentimentos das pessoas em relação ao espaço urbano em que vivem? Quais vínculos elas tecem com o bairro, e qual é o papel do lazer e da cultura nesse território? Essas reflexões são fundamentais para se compreender as ligações que unem os moradores ao bairro, a identidade do território e o sentido que esse possui para cada um deles e visam compreender os afetos e as apropriações das pessoas com o espaço.

Assim, o presente capítulo foi construído levando em consideração os indicadores adaptados da metodologia de Matos (2010) e que aqui consideramos como categorias de análise: atividades de lazer, memória coletiva e sentido de lugar. Na discussão dessas categorias, foram utilizadas as informações obtidas nas entrevistas e nas imersões de campo, com o intuito de extrair de cada pessoa entrevistada as características específicas que seus olhares possuem em termos afetivos, sensoriais e perceptivos do espaço habitado. Cabe salientar que, embora a análise focalize os três indicadores com seus respectivos parâmetros, de maneira tangencial se contemplaram os outros dois indicadores que completam a proposta metodológica de Matos (2010): o valor histórico e as atividades econômicas.

Antes dessa discussão, contudo, os oito entrevistados serão aqui “apresentados”. Embora o anonimato seja preservado, uma breve descrição dessas pessoas é fundamental para esta pesquisa. Elas foram designadas com palavras relacionadas ao teatro, quando vinculadas à Casa do Beco, e à capoeira angola, quando vinculadas ao Grupo Luna, e por instâncias organizacionais do programa Cultura Viva, quando vinculadas ao setor público. Como eram duas gestoras da Sede Regional do MinC e duas da SEC, as primeiras foram denominadas com palavras que remetem a instâncias organizacionais a nível nacional, como Fórum e Teia, e as segundas com termos que aludem a instâncias a nível estadual, como Rede e Pontão. Em seguida, serão apresentadas as características e peculiaridades de cada bairro, com o fim de conhecer melhor as identidades de cada espaço geográfico e entender essas duas identidades como mais uma categoria de análise.

8.1 Os sujeitos entrevistados na pesquisa

Nesta investigação, foram entrevistadas 12 pessoas: quatro do setor público (duas do MinC e duas da SEC) e oito dos pontos de cultura, quatro de cada um. No primeiro caso, a estrutura do roteiro semiestruturado contou com perguntas que buscavam saber sobre a relação e envolvimento de cada pessoa com a política, sobre como aconteceram os editais em Minas Gerais, comparados com outros estados, sobre a autodeclaração, sua transição e sobre os impactos com a nova Lei Cultura Viva e como isso influenciou nos objetivos do Plano Nacional de Cultura 2020. Já o roteiro direcionado para as pessoas dos pontos de cultura discorreu sobre assuntos diversos, alguns pautados previamente no roteiro preparado para cada entrevista semiestruturada e outros decorrentes do fluxo da própria conversa. Entre os temas que constavam no roteiro, estavam aqueles que indagavam sobre o primeiro contato com o ponto de cultura, a relação com o bairro no qual o ponto de cultura está inserido, o conhecimento e a frequência da assistência a outros espaços culturais (pontos de cultura ou não) no bairro, a descrição da rotina de trabalho na associação e a opinião da relação entre esse bairro e a cidade. Por sua vez, no roteiro para o diretor/a ou coordenador/a da associação, foram incluídas perguntas quanto ao público alvo, às questões da política Ponto de Cultura/Cultura Viva e à autodeclaração e relação que a instituição estabelece com os outros espaços culturais do bairro e da cidade.

A seguir apresentamos brevemente o perfil de cada uma das pessoas entrevistadas.

8.1.1 Gestoras públicas entrevistadas

A entrevistada Fórum trabalha no MinC desde 2005 como gestora pública e fez carreira no Ministério de Planejamento. Começou a trabalhar na Sede Regional também em 2005 quando estavam selecionando as associações dos primeiros editais (2004 e 2005). Ela participou do comitê de seleção desses editais. Ocupa o cargo na diretoria/gerência da Sede Regional.

A entrevistada Teia é servidora pública no MinC desde 2010 e sempre trabalhou com a política Cultura Viva. Sua lotação foi na Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural, na época da Secretaria da Cidadania Cultural, que era, aliás, o órgão gestor

do programa Cultura Viva. Começou a trabalhar na Sede Regional em agosto de 2016 e seu trabalho principal é ser o contato entre o MinC e os pontos de cultura.

No caso da SEC, a entrevistada Pontão é servidora pública estadual e trabalha na SEC desde 2014. A superintendente, na época, precisava de uma assessora com perfil dinâmico e ela foi indicada. Ela ocupa um cargo comissionado no Estado, não é concursada. Seu trabalho consiste no âmbito operacional, na parte de contato com as pessoas, de lidar com as pessoas dos pontos de cultura.

A entrevistada Rede trabalha na SEC desde março de 2008. Quando chegou à Comissão de Seleção, passou a avaliar os projetos das associações, que depois se converteram em pontos de cultura. Embora não tenha participado da elaboração do edital ou mesmo da seleção, ela acompanhou todas as reuniões de avaliação com a produção das atas e prestação de assistência. Ela começou na Superintendência de Interiorização, que naquela época estava desvinculada da Ação Cultural. A função da primeira era de articular as demandas que vinham dos municípios com as ofertas disponíveis na Secretaria e também fazer a interlocução entre as unidades da Secretaria e os departamentos municipais. Quando começou a ser implantado o acordo com o MinC, em 2010, para reconhecer os pontos de cultura no estado, iniciaram-se as oficinas. Ela, nessa época, era assessora da superintendente de Interiorização e, como a equipe era mínima (ela, uma secretária e a superintendente), ela foi a que mais se envolveu com as associações. Quando a superintendente foi substituída, ela ficou como a memória do projeto. No ano 2012, assumiu a Superintendência e contrataram outra assessora, mas ela até hoje continua como a figura de referência dos pontos de cultura. É um projeto de que gosta e admira muito e mesmo tendo outras responsabilidades, não quer abrir mão dele.

8.1.2 Entrevistados da Casa do Beco

A entrevistada Bastidores, atualmente, é responsável pela gestão financeira e faz parte da equipe gestora da Casa do Beco desde 2006. Sua relação com a associação começou quando participou das oficinas do projeto “Mãos de mulher”, organizado pelo próprio grupo. Foi assim que integrou o elenco no espetáculo “Bendita voz entre as mulheres” (2003). Depois de três anos como atriz circulando com a peça, a associação precisava contratar alguém ligado à área de gestão (financeira e

produção) e ela foi uma das indicadas para esse cargo. Embora já tivesse feito alguns trabalhos como produtora cultural e também tivesse grande interesse na área de gestão financeira, ela não possuía conhecimento específico. Mesmo assim a Casa do Beco lhe proporcionou a possibilidade de fazer cursos voltados para a gestão cultural, Lei Estadual de Incentivo à Cultura, Lei Rouanet e na área de planilha de projetos e adequação de projetos na Fundação Municipal de Cultura.

Nascida, criada e moradora do Morro do Papagaio/Barragem Santa Lúcia há 33 anos, conheceu o criador da Casa do Beco quando tinha 14 ou 15 anos, no espaço cultural Casa Santa Paula, onde ele dava aulas de teatro. Foi aí que começou a vontade de querer trabalhar com arte, de querer usar a transformação sociocultural não só para a comunidade, senão como uma contribuição para sua pessoa.

Assídua frequentadora de espaços culturais dentro e fora da favela, considera que, como trabalhadora do setor artístico-cultural, tem a obrigação de visitar, conhecer e se envolver com outros espaços culturais, ONGs e projetos socioculturais/socioeducativos. Esse pensamento também atravessa a Casa do Beco, já que procura articular aulas de teatro em outras instituições e projetos, como, por exemplo, o Fica Vivo e a Escola Integrada, que vêm para a Casa do Beco em busca de arte para as crianças e adolescentes. O fato de viver na comunidade outorga um conhecimento sobre a realidade em que vivem as crianças, o que serve para conseguir dar um tratamento diferenciado a cada uma. Algumas crianças, pela estrutura familiar, não contam com ninguém que lhes prepare um lanche ou café da manhã e chegam correndo à Casa do Beco para comer ou ficam mais recatadas em um cantinho, são muito carentes afetivamente. Ela conhece essa realidade porque passa em frente das casas delas e sabe que o tratamento tem que ser individualizado.

Em relação ao seu trabalho, disse que é bem difícil cuidar da manutenção financeira de um espaço cultural porque os projetos são anuais e cada ano é um contrato diferente. Ela sabe que o projeto vai ser aprovado, mas não sabe qual valor vai captar. Dessa forma, as necessidades financeiras da instituição e seus projetos geralmente estão cobertos entre os meses de março até dezembro; no entanto, nos meses de janeiro e fevereiro, a instituição não conta com esses recursos. Muitas vezes, as coisas a serem feitas, sobretudo o que respeita à manutenção do espaço, ficam no lugar da cessão dos materiais ou até dos serviços. Ou também a Casa possui parcerias que faz com que se estabeleçam trocas. Por exemplo, quando não há

programação em um mês, contata a parceiros para fazer um escambo, um intercâmbio. Em contrapartida a uma apresentação de algum artista externo, a Casa do Beco oferece algum de seus profissionais para dar alguma oficina, realizar alguma dramaturgia ou direção, ou também empresta algum equipamento ou o técnico de iluminação. Nesse sentido, a Casa do Beco já conseguiu criar uma rede de parceiros bastante sólida. Em resumo, o trabalho da gestora vai além de escrever projetos para captar financiamento, pois ela faz a prestação de contas, os contratos, paga os salários e os impostos. Todos os profissionais da Casa do Beco são microempreendedores individuais (MEI). Isso, por um lado, reduz a quantia de impostos que a associação tem que pagar e, por outro, facilita na prestação de contas dos projetos.

O entrevistado Espaço Cênico é professor de teatro contratado por projeto e que também desempenha o cargo de coordenador pedagógico. Ele se autodescreveu como arte-educador e ator. Trabalha como educador há 18 anos e pensa que a função dele na arte é trabalhar a transformação promovida pelo teatro junto às crianças e aos adolescentes.

Iniciou sua relação com a Casa do Beco no final de 2004, começo de 2005. Conheceu o atual diretor do espaço em um “oficinão”,⁷⁴ quando ainda não existia a Casa do Beco, e sim apenas o Grupo do Beco. Aliás, o Grupo tinha acabado de ser criado. Naquela época, ele também tinha um grupo de teatro e utilizava o espaço, que depois viria a se chamar Casa do Beco, para guardar os cenários e demais materiais. O que unia os dois trabalhos era a abordagem teatral que eles faziam: teatro de comunidade/rua, trabalho feito para comunidade. Como coordenador da área pedagógica da Casa, iniciou em 2008/2009, quando dava aula no Colégio Santa Doroteia (bairro Sion) e alguns alunos eram moradores da comunidade. E aí o diretor falou: por que você não vem a trabalhar com a gente? O Grupo do Beco estava deixando de ser grupo para se transformar em associação cultural, em espaço cultural. Ele participou dessa transição, 2007/2008, e ajudou a construir um planejamento pedagógico com a Casa, pensando nas oficinas e em como construir essa visão educativa, educadora, para a comunidade. Assim integrou a equipe por dois anos e meio. Por motivos pessoais, teve que se afastar por dois anos, mas sempre manteve certo contato. Sempre que necessário, ele dava apoio.

⁷⁴ Foi um curso de Administração para grupos de teatro do Arena da Cultura em parceria com o Grupo Galpão e com coordenação de Romulo Avelar em 2000.

Em 2011, Espaço Cênico assumiu oficialmente a área pedagógica da Casa. Através do projeto da Vivo, com patrocínio da Lei Federal, a Casa tinha recursos para contratá-lo para desenvolver um plano pedagógico integral. Voltou não como parte da equipe gestora, senão como coordenador pedagógico e, ao longo de 4 anos, quase cinco agora, vem construindo um plano pedagógico, um plano educativo, educador-transformador, de uma arte transformadora para a comunidade, seja através do teatro, da dança ou capoeira. Buscam então novas áreas além do teatro, mesmo sabendo que a missão e os valores da Casa são o teatro, pretendem expandir e incluir outras áreas, outras linguagens, como as artes plásticas e as artes visuais.

Ele nasceu no interior de Minas e mora em Belo Horizonte há muitos anos. Brinca dizendo que é um preto do asfalto, porque tem uma relação muito forte com a comunidade, que teve início nesse projeto no colégio no qual é o professor de teatro. O projeto atende alunos moradores de comunidades e filhos de funcionários. O colégio é tradicional, de classe A, e possui subsídios, bolsas, para esses filhos. Todas essas bolsas, que a escola tem que oferecer por ser uma instituição católica, são voltadas para esses alunos moradores do morro e filhos de funcionários.

Ele desempenha esse trabalho há 13 anos e se envolve pessoalmente com as questões sociais desses alunos: conhece os problemas sociais e os cognitivos. As visitas constantes feitas às casas dos estudantes junto a psicólogos para trabalhar na formação artística e intelectual desses jovens, o faz se aproximar desse lugar da comunidade e o faz se envolver com as questões políticas e sociais também. Ele considera esse trabalho como uma forma de resistência, de conscientização desse lugar em que se encontram polos completamente diferentes, um bairro de classe nobre e uma favela, e que merecem ter as mesmas vozes. O seu papel como professor de teatro é despertar nesses jovens e moradores o interesse pela arte, que a arte traga voz para que eles possam discutir esse lugar geográfico deles também dentro da escola. E aí tem a Casa do Beco no meio de tudo isso. Apesar de ser do interior, ou por causa disso, ele tem uma ligação muito grande com a favela. Acha que a favela tem uma raiz muito interiorana, tem uma vida rural que lhe encanta, essa coisa da conversa na janela, pedir sal emprestado e quando acaba o gás fazer comida na casa do vizinho. Ele se situa geograficamente na Casa do Beco como esse comunicador dos dois lugares, do asfalto com o morro.

O regime de trabalho na Casa é de dois dias por semana presencial para trabalhar as questões pedagógicas e burocráticas. Ele tem uma assistente que está

todos os dias na Casa e lhe dá um apoio na parte de arquivos, relatórios, prestação de contas, mas tudo passa por ele através dos educadores. Ele faz um planejamento para a execução e realização das oficinas e cria canais de comunicação (ligações, e-mails, WhatsApp e vídeos) entre ele, os educadores, os alunos e a assistente. A assistente relata para ele o que acontece diariamente e quando surge algum problema ou questão a resolver. Uma vez por mês acontece a reunião pedagógica de aproximadamente quatro horas na qual se colocam todas as questões, problemas e ansiedades partindo do dia a dia dos professores/educadores. Dessa reunião, ele tira o plano do trabalho do mês seguinte a ser desenvolvido nas oficinas. Mas quando são questões pessoais com os alunos, o atendimento é direto. A depender do problema, ele busca ajuda nos parceiros: um psicólogo e uma assistente social.

A entrevistada Proscênio é aluna das aulas de teatro, atriz do Grupo do Beco e desde 2012 é professora da oficina do grupo Entre Elas. Tem 21 anos e atualmente estuda Ciências Contábeis na PUC Minas. No seu percurso dentro da Casa, já passou por várias funções. Quando estava no terceiro ano na escola secundária, a Casa do Beco ofereceu a oficina de teatro “Gerações”. Ela fez a oficina durante um semestre, se destacou e começou a fazer a oficina na Casa. Essa oficina resultou em um espetáculo, “O morro do pássaro falante” (2012). Moradora do Morro das Pedras, sempre sonhou em fazer teatro. Começou como assistente de direção, assistente de produção e depois professora. No início, com 17 para 18 anos, atuou na escola com papéis simples e na igreja já começou a pesquisar, trazer coisas mais técnicas. Ela conheceu a Casa do Beco através de uns amigos da escola que faziam break, dança urbana. O lugar onde eles ensaiavam era na Casa.

Ao relatar sobre os outros espaços culturais que ela frequenta, disse que no seu bairro não tem muita coisa, por isso ela faz as articulações entre a Casa e a Associação Histórias e Construções com o intuito de levar as aulas de teatro para o seu bairro. Já fizeram apresentações e viram que existem crianças interessadas em fazer aulas de teatro. Essa associação, Histórias e Construções, começou como uma simples troca de ferramentas entre os vizinhos e deu muito certo. Expandiram-se e hoje tem um jardim ecológico. Mas pretendem criar um espaço de lazer, de cinema e fotografia. Além desse espaço, há um CRAS que não está sendo utilizado e que as pessoas querem ocupar. Segundo ela, a prefeitura não permite que eles ocupem, e também não usa. Ou seja, está de portas fechadas, abandonado.

Em relação ao processo criativo das peças, esse é coletivo. O diretor e dramaturgo do grupo traz disparadores para os atores e a partir daí cada um apresenta histórias e juntos vão compondo a narrativa. O responsável pela dramaturgia sempre está aberto a mudanças, troca de ideias, etc.

O entrevistado Cenário é o diretor institucional do espaço, responsável por escrever os projetos e captar recursos, assim como também fazer a dramaturgia e dirigir as peças. Tem 42 anos, nasceu e cresceu no Morro do Papagaio. Ele só conheceu o teatro porque teve um professor de educação artística que decidiu fazer uma coisa diferente: trabalhar o potencial do morador da comunidade enquanto cidadão. Define-se como militante da comunidade desde os 11 anos, quando começou a frequentar o grupo de jovens da igreja católica. Aos 17 se tornou arte-educador em uma ONG do Morro, aos 20 montou o Grupo do Beco e aos 26 adquiriu o espaço Casa do Beco, que já tem 15 anos de atuação enquanto espaço cultural. Em 1995 criou, junto com outras pessoas, o Grupo do Beco, cuja ideia inicial era ser um grupo de teatro livre, sem preocupação política, sem preocupação social. Depois de um tempo, começaram a perceber que era impossível ser um grupo daquela origem, daquele lugar e não falar daquele lugar.

O ano 2003 foi um ano muito relevante na vida do Grupo: estrearam a peça que os faria bem conhecidos na cidade, “Bendita a voz entre as mulheres”, e adquiriram a sede. Em 2009, o Grupo se apresentou no edital para se tornar ponto de cultura e foi selecionado. Essa foi uma das maiores crises que viveram, porque alguns integrantes pensavam que o Grupo não deveria virar espaço cultural e que todos os recursos deveriam ser injetados para montagem, pesquisa e circulação. Mas havia também outro grupo que achava possível ser uma sede e ainda um terceiro que considerava factível ser as duas coisas. Então, o fato de ser selecionado no edital Ponto de Cultura foi um momento decisivo do caminho que eles iam tomar. No final desse impasse, decidiram abrir as portas para a comunidade e se assumir como espaço cultural. Continuaram ensaiando, montando peças e guardando os cenários, mas de uma outra maneira. Uma questão que pesou nessa decisão foi o fato de que antes o espaço era uma academia de capoeira e como a comunidade sentia falta das atividades começou a depredar o lugar. Era abrir ou continuar sofrendo as depredações. Então, quando ganharam o edital, decidiram abrir o espaço para a comunidade e, como consequência disso, o grupo se dissolveu.

O entrevistado Cenário concebe a Casa como um espaço de diálogo entre o morador da favela e o morador do resto da cidade, entre o morro e a cidade. Não é um espaço para a comunidade, para atender aos moradores da comunidade e também não é um espaço para atender à cidade. É um espaço de diálogo. A Casa tem como filosofia fazer pela comunidade aquilo que lhe foi negado no passado.

Embora o carro chefe da Casa seja o teatro, as demandas culturais da comunidade são levadas sempre em consideração. Por exemplo, a companhia de dança nasceu porque um grupo de jovens começou a ensaiar no lugar e perguntaram como a Casa fazia para montar um espetáculo com eles. Além disso, tem o Cine Beco, onde filmes são projetados e aulas de capoeira são realizadas. Dessa forma, a Casa está sempre percebendo ou tentando perceber a demanda da comunidade e tentando construir. Eles são conscientes de que não teriam tamanho diálogo, tamanha abertura com a comunidade, se não estivessem abertos para fomentar diferentes manifestações culturais. Dessa forma, todos os integrantes da Casa procuram, por um lado, estar presentes na vida do bairro, nas reuniões de BH Cidadania, nas associações de vizinhos, nas creches e eventos na paróquia. E por outro, em um nível mais abrangente, o entrevistado Cenário faz parte da comissão de Ponto de Cultura a nível estadual, integra a Rede Brasileira de Teatro Comunitário e a Rede Latino-americana de Teatro Comunitário.

Pelo lugar que ocupa na Casa, decidiu fazer a graduação em administração para conseguir organizar melhor o espaço. Ser o gestor da Casa é um grande desafio para ele porque é artista, ator, dramaturgo, diretor, educador e teve que apreender a ser gestor. E está aprendendo a gerir errando. Se fosse pelos seus desejos pessoais, ele escolheria letras para se enveredar na escrita ou montar mais espetáculos como ator. Um dos seus sonhos é criar um grupo literário na Casa. De vez em quando, eles organizam saraus, mas não é um evento oficial que faça parte da programação. Sua vontade é criar um coletivo literário para mostrar aos inúmeros poetas e escritores da favela como é a edição de um livro, o caminho da correção, de revisão, de criação gráfica, etc. Ele já faz parte de um grupo lusófono de literatura e através de um aplicativo compartilham os escritos.

8.1.3 Entrevistados do Grupo Luna

A entrevistada Berimbau é a presidente da instituição. Participa do Grupo desde 1998, quando conheceu o Mestre Primo, trabalhando na Escola Municipal Benjamin Jacob (bairro Sion). Ela nasceu em Bambuí, interior de Minas Gerais, mas mora no bairro da Serra há muitos anos. O Mestre Primo dava aula de capoeira para crianças da periferia do bairro e ela o auxiliava. Eles fizeram o primeiro projeto como Grupo Luna que foi aprovado pela Secretaria Municipal de Assuntos da Comunidade Negra. Graças a esse projeto, compraram o material da capoeira e do que sobrou começaram a construir a sede no bairro Saudade. Eles estão aí há 16 anos, desde 2000. Como presidenta, ela faz tudo junto ao Mestre Primo.

Ela é a responsável por coordenar o espaço, administrar a verba, que é muito pouca, ela disse, contatar os voluntários quando aparecem, por um período determinado porque não dá para ter vínculo empregatício com ninguém. Luna nunca teve um funcionário com carteira assinada, ela salienta. Por isso grande parte das tarefas fica por conta dela e do Mestre Primo. Além disso, ela organiza as atividades, escreve os projetos com o Mestre Primo e compra e cozinha o lanche da tarde para as crianças e para os participantes da capoeira. Ela diz que tem muita ajuda da comunidade. Por exemplo, nas quartas-feiras, quem faz o lanche são as mães dos meninos que frequentam o espaço.

A associação vive de projetos, que são pontuais ou de convênios. Como foi mencionado, desde 2006, a ONG italiana *Santo Ângelo* apoia financeiramente o grupo, e isso “é o que os mantém de pé”. Essa instituição envia todo ano uma verba para pagamento de água, luz, telefone e algumas atividades. Como a capoeira é o carro chefe, eles enfrentam um grande preconceito por parte dos pastores das igrejas evangélicas que, como visto, proíbem as pessoas de a praticarem. Outro fator que dificulta a continuidade da participação dos adolescentes é que com 15, 16 ou 17 anos eles têm que começar a trabalhar para ajudar as suas famílias.

As aulas de capoeira são abertas e gratuitas, assim como a formação dos professores é incentivada com o intuito de que sejam multiplicadores. No momento, há dois multiplicadores, um que mora em Milho Verde e outro em Ouro Preto. Depois de 16 anos, eles conseguiram formar uma menina que começou com 6 anos e agora, com 22, já é professora de capoeira em escolas do bairro e recebe, desde os 14 anos, uma ajuda de custo. Também tem o projeto “Para casa”, que dá suporte às crianças

nas tarefas da escola. Esse projeto é patrocinado por uma ONG italiana, *Nuovo Spazio*. Há ajuda de custo para cinco educadores, que têm que ser da comunidade. Além do “Para casa”, também há aulas de matemáticas, de flauta e inglês. A maioria dos professores é da comunidade e frequentam assiduamente o luna.

A entrevistada Caxixi faz parte do Grupo Luna Capoeira Angola há 16 anos. Ela tem 22 anos e nasceu no bairro Saudade. Conheceu o espaço através da sua irmã mais velha, que ia às aulas de capoeira. Ela era ainda menina e só ia para ver como era. Passou um tempo e começou a praticar. Depois a irmã saiu, mas ela continuou. Atualmente, ela é professora de capoeira no luna há 9 anos e também em um colégio da comunidade. É um desafio constante porque trabalha com meninos de várias idades, ela admite. Acredita que a capoeira ajuda muito na vida, pois trabalha várias questões, como a raiva, o respeito, a disciplina, a determinação, dentre outras.

A capoeira é a sua vida, a ajudou a entender sobre o seu corpo, o que consegue fazer com o seu corpo, trabalhar as questões de percepção, de tempo, de ritmo, de equilíbrio, paciência, etc. Ainda hoje existem pessoas que têm preconceito com a capoeira e famílias que não deixam os filhos praticarem. De seus pais, ela sempre recebeu apoio e os 4 irmãos todos fizeram, mas atualmente só um irmão e ela continuam. Os pais sentem orgulho dela, de ver como a capoeira a está formando como ser humano. Ela pensa que é muito bom que a capoeira esteja nessa comunidade porque permite que os meninos conheçam mais sobre a sua identidade e aprendam mais sobre eles mesmos.

A entrevistada Atabaque começou a frequentar o Grupo Luna para fazer aula de violão quando tinha 12 anos. Ela atualmente tem 19 anos e é a instrutora de inglês no espaço há dois anos. As aulas acontecem 2 vezes por semana. Segundo ela, é difícil manter o número de alunos, dado que existe muita desistência. Nasceu e mora no bairro e isso lhe permite ter um contato diário com seus alunos e ajudá-los em tudo o que for possível. Ela gosta muito do bairro e está particularmente feliz por ele ter uma vida cultural. É muito grata pela existência do Grupo Luna e do Centro Cultural Alto Vera Cruz, por fazerem parte da sua vida e favorecerem o seu crescimento como pessoa.

Considera que o trabalho como instrutora é muito intenso e que é muito afortunada de poder compartilhar seu conhecimento e, ao mesmo tempo, aprender com seus alunos, embora reclame do sistema educativo porque diz que hoje em dia as escolas não ensinam os alunos a estudar, o que provoca um aumento do

desinteresse por parte do aluno. Apesar disso, acredita que é preciso continuar ensinando.

O entrevistado Pandeiro é mestre de capoeira desde 1975 e é o responsável pelo Grupo Luna. Nasceu há 53 anos, na comunidade, e continua morando na mesma casa, que é o lugar onde o Grupo funciona desde o ano 2000. Essa casa era onde morava a sua mãe, e foi na laje que construíram a sede. O bairro Saudade era uma zona rural com fazendas onde havia poucas casas. A dele foi umas das primeiras dessa rua. As construções eram muito precárias, sem calçamento, havia carroças e cavalos, e esse território era visto pela sociedade como um território de negros. E eles pagavam um preço por isso, ainda mais na década de 1970.

No início, ele começou a tocar o tamborim em uma escola de samba do lado de sua casa e foi aí que conheceu a capoeira. Foi através de seu primo que ele aprendeu capoeira regional em 1975/76 e a praticou até os anos 1980. Decidiu sair porque ela não trazia a história e ele ficava perdido dentro desse processo, era uma coisa muito mais externa do que interna. Em 1981, conheceu a capoeira Angola com o Mestre Pastinha e até os dias de hoje a pratica. Embora ele tenha dado aulas em vários bairros da cidade, como Savassi, Santa Efigênia e Santa Teresa, o Grupo sempre procurou o território do Saudade para desenvolver o pensamento da capoeira e toda a filosofia que eles defendem. Fala que seu vínculo com o bairro é 100%. Nunca saiu dali e foi por isso que quis levar a capoeira para lá.

Em 2018, o Grupo Luna completa 35 anos de uma existência nascida com a ideia de preservar e transmitir a capoeira para as pessoas. Pandeiro fundou o Grupo com mais dois mestres, mas num determinado momento, cada um seguiu caminhos diferentes. O que lhe permite estar na frente de uma instituição como o Grupo Luna é o ideal, é a filosofia que a capoeira traz, essa ideia de mantê-la viva e transmiti-la para o povo todo, para crianças e adolescentes, para a terceira idade, sem cobrar um real porque ele acha que o valor não é o de mercado, senão o científico, o filosófico e o histórico. O ideal para ele passa por colocar a capoeira enquanto instrumento político e revolucionário. Essa é sua forma de lutar. É ter a capoeira como instrumento de acolhimento, de formação, de transmissão da nossa cultura, a cultura real e não a oficial, que nos contaram – ele sentencia. Ele tem a certeza de que se não fosse pela capoeira, nada teria acontecido na sua vida.

Ao longo dos anos, o público que participa das atividades oscilou, mas eles, desde a associação, sempre tiveram a clareza de que como política para atrair as

peças é necessário manter a história viva para as próximas gerações, ser coerente e não trair o ideal. Há também a estratégia de diversificar as atividades e tentar abarcar a maior parte da população. Dentre os cursos oferecidos, há reforço escolar, aula de flauta, inglês, academia para a terceira idade, etc.

8.2 Os bastidores de uma política cultural pública

A estrutura escolhida para organizar a informação recolhida foram quatro perguntas que, no nosso entender, possuem as respostas mais relevantes e substanciais para esta pesquisa. Essas perguntas foram: 1) Em termos relativos, Belo Horizonte possui menos pontos de cultura que o Rio de Janeiro e São Paulo. Por que você acha que isso acontece? 2) Como você acha que a autodeclaração impacta na política Ponto de Cultura após esses 12 anos de trajetória? 3) Quais são os objetivos para a política Ponto de Cultura, em Minas Gerais, para 2020, considerando as metas do Plano Nacional de Cultura? 4) Agora que o Programa Cultura Viva é lei, o que você destacaria ou mudaria da política? É pertinente dizer que, no caso da Sede Regional, a entrevista foi com as duas pessoas juntas e na SEC ocorreu individualmente.

A despeito da quantidade relativa de pontos de cultura em Belo Horizonte e Minas Gerais em relação ao Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador, existem diversas opiniões. Por um lado, Fórum e Teia relativizaram essa questão. Fórum disse que existem dois aspectos em jogo. O primeiro é que há regiões do país menos preparadas para apresentar seus projetos segundo os editais. Por isso, Minas Gerais pode ter menos pontos que Rio e São Paulo, mas apresenta mais que o Norte e o Nordeste. Quanto ao segundo aspecto, a partir da descentralização, na qual o MinC passou a conveniar diretamente com os estados, há uma questão política. Ou seja, depende de quanto o estado estiver disposto a colocar em contrapartida. Teia, por sua parte, concordou com Fórum no quesito da “aptidão” do Sudeste em comparação com o Nordeste, já que o primeiro era o que mais classificava por ter mais condições de preparar os projetos. E acrescentou que também pesa a questão da demanda. É o estado quem deve demandar, solicitar a parceria do MinC para conveniar pontos de cultura.

Quando consultada sobre essa questão, Rede ressaltou a dificuldade política de Minas Gerais, por ter sido governada, entre 2004 e 2012, pelo PSDB enquanto no nível federal era o PT quem estava no governo. Além disso, também coloca a instabilidade econômica como fator determinante e, se referir ao governo federal, ela reflete: “como eles não tinham dinheiro para todos os estados pra continuar a política, eles acabavam escolhendo aqueles estados parceiros”. E sobre a questão da demanda, apontada pelas pessoas da Sede Regional, discorda de suas visões quando enfatiza: “a gente teve momentos aqui no estado que tinha contrapartida [...] a gente sempre reivindicou que tivesse mais [referindo-se aos pontos]”. Com essa fala, fica evidente que havia demanda.

Então, nem essa contrapartida que o estado de Minas Gerais tinha conseguiu destinar aos pontos de cultura porque, como Rede explicou, essas contrapartidas não existem orçamentariamente, não existem de verdade. O esquema de funcionamento é o seguinte: quando aparece verba do governo federal, há uma possibilidade de entrar dinheiro, então a SEC pode ir à Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG) e negociar uma contrapartida com o argumento de que como entrarão 12 milhões, para usar o valor do exemplo, a SEPLAG, a partir disso, vê o quanto pode oferecer.

Ao passar para a pergunta sobre os impactos da autodeclaração depois de 12 anos do Ponto de Cultura, a resposta por parte de Rede deixa explícita uma crítica porque ela vê que nesse movimento não existe participação por parte dos estados senão, um retorno à centralização na tomada de decisões. A razão disso é que volta a ser o MinC quem define quem é e quem não é ponto de cultura. E acrescenta que, até o momento da entrevista, não havia conseguido ver a autodeclaração funcionando plenamente pelos seguintes motivos:

Esse negócio de impeachment [...]. Desde então, pra gente, a nossa comunicação ficou muito difícil. Agora, chegou um governo interino para começar a tomar pé das coisas, e eles não sabem nada disso, até tomar pé, até entender, então, isso ficou perdido.

Do lado do MinC, as respostas só se concentraram nos aspectos positivos, na linha de reforçar ainda mais a questão da identidade e pertencimento. Princípios esses que já estavam presentes na política Ponto de Cultura, mas como agora não existe o estímulo financeiro, aspectos mais sutis vêm mais à tona como o sentido de pertencimento e de identidade coletiva. Além dessa resposta, nada foi acrescentado.

Em relação à terceira pergunta, no MinC reconheceram que a meta de atingir 20 mil pontos de cultura para 2020 estava superestimada e sendo revista. Essa superestimação é um fato, pois, de 2004 até 2016, momento da entrevista, o número de pontos de cultura era de cinco mil. Então, era praticamente impossível triplicar esse número em um período de tempo três vezes menor.

Quando perguntada sobre os objetivos para a política Ponto de Cultura em Minas Gerais, Rede disse que o maior deles era trabalhar na sustentabilidade daqueles pontos de cultura que já existiam, embora o programa nunca teve a intenção de financiar eternamente as associações. Nessa direção, haviam acabado de lançar um edital específico através do Fundo Estadual de Cultura e estavam prestes a publicar os resultados. Havia conseguido realizar um edital estadual, independente do Governo Federal, pelo qual poderiam fomentar e fortalecer 60 pontos de cultura com 40 mil reais cada um.

A respeito da última pergunta, sobre o que destacaria e/ou mudaria da política Ponto de Cultura agora que o Programa Cultura Viva era lei, Rede ressaltou como fato positivo, ou destaque, o surgimento do instrumento TCC, porque permitiria a simplificação na prestação de contas. E agora, com a lei, seria um marco para que os órgãos de controle soubessem que os pontos de cultura existem e conseguissem, assim, analisar conforme a lógica específica. Arelado a isso, contou a primícia de que estava em tramitação a minuta da Lei Cultura Viva Estadual, ou seja, a versão estadual da lei nacional sancionada em julho de 2014. E como aspecto negativo ou que gostaria de mudar, mencionou que a lei gerou uma expectativa grande tanto nos gestores estaduais quanto nos pontos de cultura e, até o momento da entrevista, não havia acontecido nenhum avanço real.

Diante da mesma pergunta, Fórum falou que os pontos negativos (dificuldade na implementação do programa e da política, prestação de contas e burocracia) foram revistos com a publicação da lei, porque a Lei 8666⁷⁵ não era a ferramenta adequada. E como aspecto positivo, Teia enfatizou que é o apoio de “iniciativas que já existem, é o protagonismo, a gente (se referindo ao MinC) não interfere, a proposta é do ponto de cultura. O MinC não interfere nas ações, ele só apoia aquela ação que já existe”. Ou seja, não aportou informações além do que já estava desde o início do programa.

⁷⁵ Lei de Licitações e Contratos: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l8666cons.htm. Acesso em 15 março 2018.

Concluindo, com essas entrevistas, foi interessante observar as opiniões de diferentes funcionários públicos com diversos graus de envolvimento na política Ponto de Cultura/Cultura Viva. A partir delas, foi possível perceber o relativo distanciamento que a esfera pública muitas vezes mantém com os contextos locais onde os projetos culturais se materializam. Ou seja, o poder público concentra-se mais na questão teórica do assunto e dificilmente chega a acompanhar de perto o acionamento da política no lugar específico. Embora não se possa generalizar, para essas pessoas é difícil enxergar o lado humano de uma política que para elas se resume em números, estatísticas e dados mais técnicos. O que prevalece das políticas é a dimensão instrumental, de execução. Ainda que essa característica tenha se identificado com maior força nas entrevistas efetuadas na Sede Regional, também se percebeu na SEC, com exceção de Rede. Dessa forma, se obtiveram duas visões de dois níveis (operacional e gerencial) distintos, e ao mesmo tempo complementares, em torno de uma mesma política.

8.3 As categorias de análise

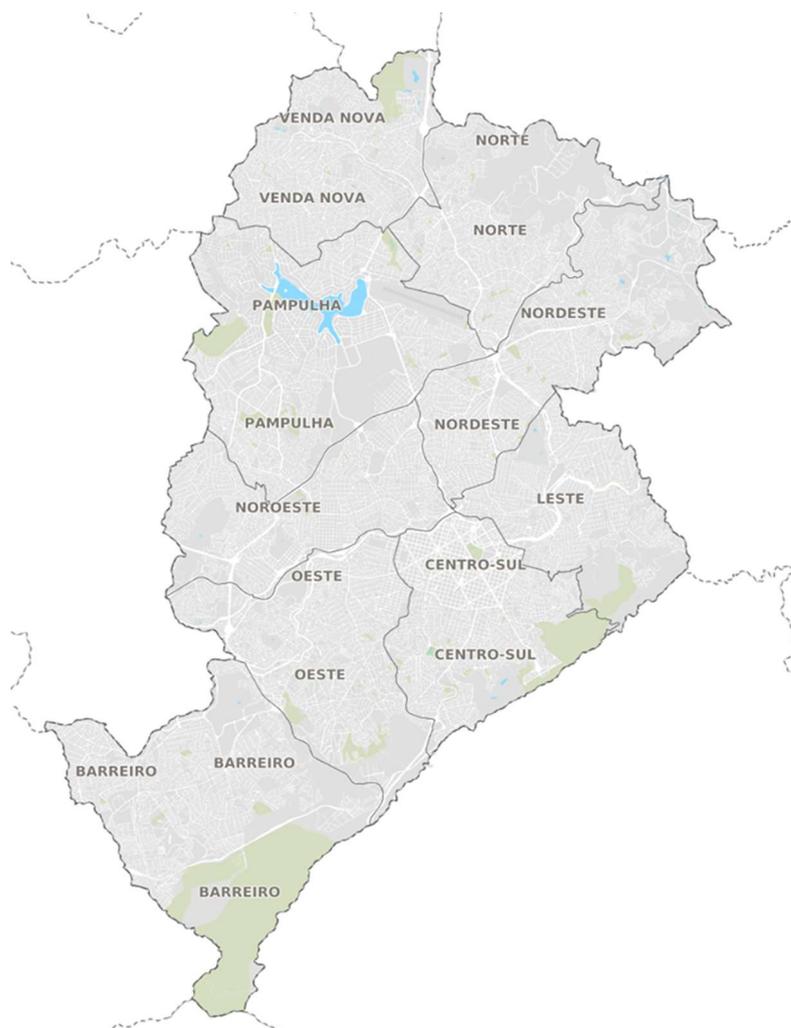
8.3.1 Aspectos descritivos da identidade dos dois bairros

Antes de descrever os bairros, considera-se necessário esclarecer o que se entende por bairro. Para esse fim, nos interessa uma definição mais objetiva do termo. Assim, a coleção “Histórias de Bairros”, publicada pelo Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH), em parceria com a Associação Cultural do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (ACAP-BH), circunscreve esse termo ao dizer que “o bairro é tanto o lugar de vivência de seus moradores quanto uma divisão administrativa da cidade” (2008, p. 13), que permite à prefeitura organizar o município em regiões com o fim de facilitar, por exemplo, a prestação de serviços como saúde, educação, segurança, entre outros.

No Figura 4, podemos observar que a cidade de Belo Horizonte está subdividida em nove regionais: Barreiro, Centro-Sul, Leste, Nordeste, Noroeste, Norte, Oeste, Pampulha e Venda Nova. Elas funcionam como subprefeituras ou administrações regionais e cada uma delas, por sua vez, é dividida em bairros. Em relação a eles, o município tem o total de 468 divididos da seguinte maneira: Barreiro,

61; Centro-Sul, 46; Leste, 64; Nordeste, 67; Noroeste, 51; Norte, 37; Oeste, 40; Pampulha, 57; Venda Nova, 45⁷⁶.

Figura 4 – As regionais de Belo Horizonte



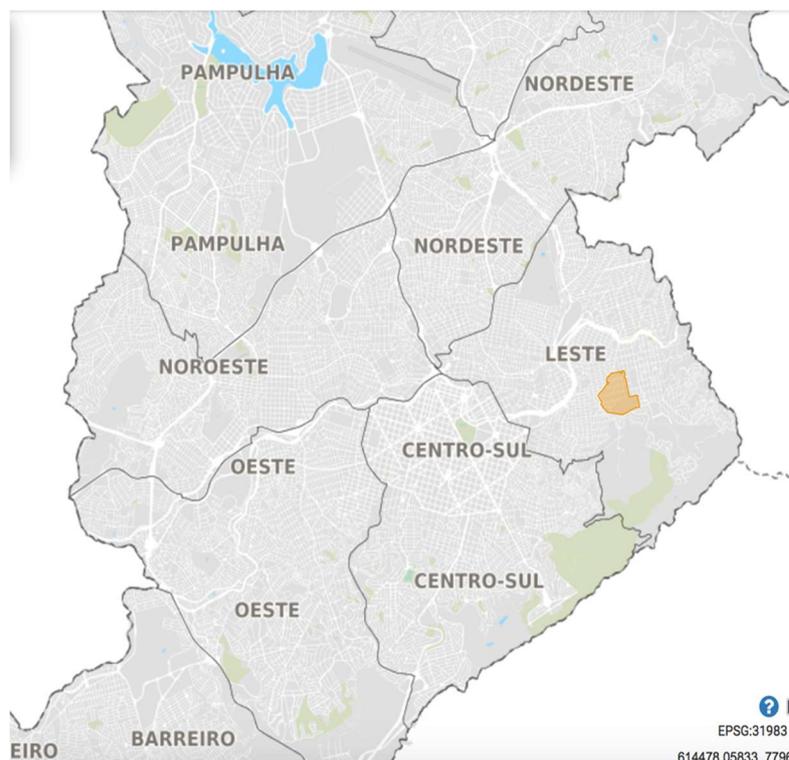
Fonte: Elaboração própria através de PRODABEL – Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte

Dito isto, este tópico tem a intenção de fornecer uma descrição atual dos bairros Saudade e Morro do Papagaio de uma forma mais geral, no que tange a sua história, a como foi criado, à origem do nome e perfil de seus moradores, assim como também a sua estrutura, estética, arquitetura, comunicação com o resto da cidade e principalmente com o centro. Através de dois livros da coleção supracitada, História dos Bairros [de] Belo Horizonte: Regional Leste (2008) e História dos Bairros [de] Belo

⁷⁶ Informação obtida na Wikipédia: https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_bairros_de_Belo_Horizonte. Acesso em: 1 de maio 2018.

Horizonte: Regional Centro-Sul (2008), buscamos dar resposta aos aspectos elencados.

Figura 5 – Localização do bairro Saudade na regional leste de Belo Horizonte



Fonte: Elaboração própria através de PRODABEL – Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte

O bairro Saudade (Ver Figura 5) foi assim denominado devido ao Cemitério da Saudade, que é a segunda necrópole mais antiga da cidade. Foi construído em 1941 para atender a população carente que desejava obter um jazigo perpétuo, mas não tinha acesso ao imponente Cemitério do Bonfim. Outra informação recolhida foi sobre a origem do bairro. Ele surgiu da aprovação dos loteamentos dos parques Vera Cruz e Cruzeiro do Sul, acontecida em 1928, e da construção do Cemitério da Saudade. Foi assim que diversas vilas operárias se formaram, com vistas a acolher as famílias “excluídas desse planejamento e que deram origem, além do Saudade, aos bairros vizinhos Sagrada Família, Horto, Instituto Agrônomo, Vera Cruz, Paraíso e Pompeia” (2008, p. 17). Esses dois fatos impulsionaram a ocupação do bairro. Segundo dados do IBGE de 2010, habitam no bairro 4.893 pessoas. A respeito do transporte público, o Saudade encontra-se bastante bem comunicado, já que possui múltiplas linhas de

ônibus que o conectam a diferentes partes da cidade. Perto do Grupo Luna, a uns 5 minutos caminhando, na Rua Senhor Simone, passam várias linhas.

Em relação ao Morro do Papagaio, localizado na regional centro-sul (Ver Figura 6), encontra-se rodeado pelos bairros Belvedere, Cidade Jardim, Conjunto Santa Maria, Coração de Jesus, Luxemburgo, Santa Lúcia, Santo Antônio, São Bento e Vila Paris. Por estar adjacente a alguns dos bairros com o metro quadrado mais caro da cidade, tornou-se um lugar de forte especulação imobiliária.

Figura 6 – Localização do bairro Morro do Papagaio na regional centro-sul de Belo Horizonte



Fonte: Elaboração própria através de PRODABEL – Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte

Esse bairro, assim como também o Conjunto de Santa Maria, está marcado pela população pobre em sua luta pela moradia. Na década de 1950, essa zona de apenas mato e uma vila (a Vila Barragem Santa Lúcia) começava a se formar. Essa vila, junto com a Vila Estrela, Vila Santa Rita de Cássia, Vila Esperança e Vila São Bento, compõem o Morro do Papagaio. As construções foram feitas pelos próprios moradores, com o uso principalmente de materiais baratos ou que podiam ser

retirados da própria natureza, como o pau-a-pique, o adobe e a madeira (História dos Bairros [de] Belo Horizonte: Regional Centro-Sul, 2008). Também nessa década, 1950, se realizou a construção da Barragem Santa Lúcia, no início do Córrego do Leitão. Por consequência disso, muitos habitantes da vila tiveram que ser retirados. Foi assim que a Prefeitura construiu o Conjunto Santa Maria, com o fim de abrigar não só as pessoas removidas da vila da Barragem senão também as outras que procediam das demais ocupações pobres da cidade (*Idem*). Essa história da luta diária pela moradia por parte dos moradores das vilas e favelas continua até os dias de hoje.

A versão sobre a origem do nome, segundo os moradores mais antigos, conta que crianças e adolescentes subiam até a cima do morro para soltar pipas, também conhecidas como “papagaios”. Embora internamente o Morro do Papagaio seja uma das cinco favelas de um conjunto, externamente denomina o aglomerado por inteiro. Ainda hoje, quase cem anos depois do início da ocupação, as crianças e adolescentes continuam brincando e soltando pipas. Hoje em dia, a origem lúdica do nome tem sido esquecida e o Morro do Papagaio, sobretudo a partir da década de 1980, se tornou sinônimo de crime e violência urbana, o que ajuda a alimentar o estigma de seus moradores (CRUZ, 2009) e como salienta a Márcia Cruz, foram tais as dimensões que alcançou o estigma, que levou ao surgimento do nome Aglomerado Santa Lúcia (*Idem*).

Um único ônibus, na realidade um micro-ônibus, passa dentro do Morro do Papagaio. Ele é uma conquista relativamente recente, de 2000. Apesar desse fato, o Morro está muito bem conectado com o resto da cidade. É uma comunidade muito bem localizada: é possível ir a pé para o centro. Possui a alcunha de “favela mais nobre da cidade” devido ao fato de estar rodeada por bairros nobres da zona sul, como Carmo, Cidade Jardim, Santo Antônio, São Pedro, Sion, Vila Paris, Santa Lúcia e São Bento. Essa proximidade favorece o transporte público no entorno do Aglomerado Santa Lúcia. Segundo dados do censo do IBGE (2010), habitam no Morro do Papagaio 16.914 pessoas. Esse número é bem diferente do fornecido por um dos entrevistados, morador do morro, que diz que atualmente moram ali 47 mil pessoas.

8.3.2 Aspectos sutis da identidade dos dois bairros

De acordo com o que foi observado e respondido pelos entrevistados, e interpretado nesta pesquisa em termos de identidade sutil do território, considera-se que a primeira grande diferença está relacionada com a estrutura dos bairros. No caso do Morro do Papagaio, a estética das moradias (chamadas de “barracos”) é precária e quase não existe separação entre elas. As ruas são mais estreitas e, quando são percorridas, é possível sentir e perceber uma vida ativa com muita energia por parte dos moradores. Assim, o grau de ocupação e apropriação do espaço público é alto. Mas não se ignora que esse tipo de comportamento pode ser ocasionado pelo pequeno tamanho da moradia, o que faz com que as pessoas fiquem mais à vontade na rua.

Seja como for, a vida na rua é bem movimentada, barulhenta e também alegre. Uma característica nesses lugares é o som alto. Muitos moradores costumam colocar o som muito alto tanto nas suas casas quanto nos seus carros. Essa paisagem sonora é uma característica identitária e está presente o tempo todo, de segunda a segunda e a qualquer hora do dia. Essa vida intensa gera uma proximidade entre as pessoas do lugar, e faz com que seja fácil e rapidamente identificada a pessoa que é de fora. Pela estrutura dos barracos e casas, tem-se a impressão de que no morro há mais habitantes do que o número indicado pelas estatísticas oficiais, parece que há uma superlotação de pessoas.

Outra característica a destacar tem a ver com a fisionomia do Morro do Papagaio. Suas ruas são bastante sinuosas e cheias de becos. Daí o nome escolhido pelo diretor da associação cultural para chamar ao grupo de teatro (Grupo do Beco) e depois à instituição (Casa do Beco). Os becos, que são caminhos sem saída, estreitos na sua maioria e um pouco escuros são bem característicos de algumas favelas brasileiras. Eles podem parecer labirintos, sobretudo para as pessoas de fora, mas que também surpreendem aos moradores mais distraídos. Márcia Cruz, em seu livro sobre o Morro do Papagaio, descreve os becos do seguinte modo: “A lógica desses caminhos é lúdica, nada cartesiana, menos ainda planejada, embora os becos resultem de um certo pragmatismo dos moradores. Nasceram para suprir necessidades imediatas, mas se eternizaram no lugar” (2009, p. 16). Tanto Cruz como Raul Santiago (2017) coincidem em entender que os becos são as artérias que levam o sangue para o coração que é a favela. Neles a vida acontece em toda a sua

plenitude: eles são “o caminho, o ponto de partida e chegada, o local de encontros e despedidas, o ponto de referência, o abrigo ou o caos” (SANTIAGO, 2017, s/p). Pela sua fisionomia são utilizados também como esconderijos para os traficantes que fogem da polícia e por isso muitas vezes viram lugares de tiroteios, violência e terror.

Mesmo inconscientemente, essa estética remete à insegurança, criada e fomentada principalmente pela mídia e que está instalada no imaginário coletivo. Ao longo da pesquisa de campo, em nenhum momento foi percebida ou vivenciada alguma situação de perigo. É importante chamar a atenção aqui para o fato de que essa sensação de insegurança geralmente não é real quando se tem a oportunidade de conhecer pessoalmente esses bairros, e ver como acontece a vida ali. Com isso não queremos dizer que não existe violência, e sim apenas ressaltar que, nesses locais, moram muitas pessoas que são estigmatizadas pelos meios de comunicação. Assim, a sensação que fica quando se visita esses lugares é de alta energia, é de ter vivido um momento intenso que alcança, positivamente, o corpo e a mente. É como se a vida fluísse em outro ritmo, em outra intensidade: a vida à flor da pele!

Os encontros entre vizinhos podem ser demorados, nas lojas ainda existe caderneta para “comprar fiado”, é possível contar com seu/sua vizinho/a “para qualquer coisa”. Os laços humanos parecem mais genuínos. Isso faz com que exista uma preocupação verdadeira entre vizinhos, eles se ocupam e cuidam um do outro, sabem da vida das pessoas que moram perto e se ajudam nas tarefas domésticas e até nas questões mais delicadas, como pode ser a morte de algum parente.

Na pesquisa de campo, em alguns passeios pelo morro, era forte a sensação de estar sendo observado. Pode ser uma percepção fundada somente na sensibilidade pessoal, mas foi possível notar que as pessoas sabiam quem pertencia, ou não, àquele território. Isso não gerou incômodo, insegurança ou algo similar, e sim foi apenas fruto de uma constatação subjetiva baseada no entendimento de que no morro todos se conhecem.

Já no bairro Saudade, esse sentimento não se fez presente. Possivelmente, devido à estrutura que caracteriza ao bairro. Ela é mais aberta, com ruas mais amplas e casas com um espaço maior entre elas. Sem dúvida alguma, isso tem a ver com a forma como a vida acontece na via pública. Parece que a relação entre vida na rua e tipo de moradia é inversa: quanto melhor a qualidade da moradia, menor é o uso e o usufruto da rua. Tudo isso faz com que a experiência de transitar por suas ruas não

se diferencie (imagética ou sonoramente) muito de quando se anda por outros bairros da cidade.

O bairro Saudade, em particular, é bem tranquilo e calmo devido a suas dimensões. Quando se anda pelas ruas é possível sentir até um certo sossego. Essa sensação muda consideravelmente quando você se aventura no bairro ao lado, o Alto Vera Cruz. Aí a agitação é maior, dado que pelas suas ruas circulam mais ônibus, há mais comércios (supermercados, açougues, restaurantes, lancheiras, padarias), escolas, etc. Esse contraste tão marcante faz com que a “tranquilidade” do Saudade sobressaia ainda mais.

Em vários momentos da observação no bairro Saudade, parecia que se estava fora da cidade ou em uma pequena cidade do interior, como se esse bairro não pertencesse a Belo Horizonte. Nesse ponto, tanto o Saudade como o Morro do Papagaio se parecem, embora mediante características distintas. Ou seja, o que assemelha o Saudade com uma cidade do interior é a tranquilidade, enquanto no Morro é a inter-relação das pessoas que ali moram.

Embora a capital mineira tenha mudado bastante na sua superfície e morfologia, como também nas suas características mais sensíveis, esse “ar do interior” ainda está presente em alguns bairros dessa metrópole. Nesse sentido, o Saudade é um remanso perdido dentro da cidade. Desse modo, durante a pesquisa de campo nunca emergiu a sensação de estar alheio ao lugar. Foi possível passear tranquilamente por alguns comércios, conversar, almoçar, visitar o centro cultural e o CRAS do Alto Vera Cruz. Em várias ocasiões, as observações foram feitas com muita tranquilidade, como se o observador pertencesse ou estivesse integrado àquele contexto.

8.3.3 Atividades de lazer

Com esta categoria, buscamos não só avaliar o valor de um determinado local (neste caso os dois bairros) a partir da presença de atividades de lazer, mas também procuramos compreender de que maneira as experiências de lazer desenvolvidas pelos pontos de cultura são apropriadas pelas pessoas que neles atuam (funcionários e educadores/professores) e instigam o estabelecimento de vínculos simbólico-afetivos com o território em termos de identificação, representatividade e

pertencimento. Em última instância, o que queremos trazer aqui é o entendimento de que a experiência de lazer e a sua vivência cultural e social são profundas e intrínsecas ao ser humano. Ou seja, são traços que identificam, caracterizam e diferenciam tanto no nível individual, quanto coletivo. Então, considerando essa categoria, é possível perceber se existe um engajamento com certas atividades de lazer que fazem parte da vida dessas pessoas, e avaliar qual é a conexão com o território e a cultura.

Por isso, aqui se procurou, por um lado, averiguar como a Casa do Beco e o Grupo Luna definem e/ou determinam as atividades de lazer a serem realizadas e como elas são comunicadas e difundidas nos respectivos bairros e, por outro, como se articulam (ou não) com as demais instituições culturais do bairro e da cidade. Como propósito ulterior, postula-se identificar através de quais atividades as pessoas atuantes se apropriam do lazer e reconhecer qual é o papel do lazer na ligação dessas pessoas com o território.

Nessa direção, realizou-se um mapeamento nos dois bairros com o intuito de conhecer as demais propostas culturais e de lazer ali presentes e também observar se existe ou não um diálogo entre elas e as duas associações. Nesse sentido, ao ponderar um determinado lugar a partir das possibilidades de lazer que esse lugar possui, um parâmetro que deve ser levado em consideração é a diversidade. Um bairro que apenas possua uma alternativa de lazer despertará, no melhor dos casos, por tempo reduzido, o interesse de seus habitantes frente a outro, o bairro vizinho, por exemplo, que tenha mais variedade.

Assim, a partir do levantamento feito nos dois bairros obtiveram-se as seguintes informações. No caso da Casa do Beco, se identificou o CRAS Santa Rita de Cássia, que está localizado na rua São Tomás De Aquino, 640 (Vila Santa Rita de Cássia). O CRAS é uma unidade pública da política de assistência social, de base local, integrante do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). É oferecido o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) com a finalidade de fortalecer a função protetiva da família, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Nesse sentido, são realizadas atividades coletivas como palestras, oficinas, campanhas, reuniões e grupos de reflexão, além de atendimento individual, visitas domiciliares e institucionais. Além do PAIF, o CRAS promove também o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, que atende a toda a família, desde a criança até o idoso,

e possui também uma quadra de esporte. Além disso, há várias outras atividades e oficinas, dentre as quais se encontram: circo, dança de rua, judô e futebol.

Bem perto do CRAS, na mesma rua, existe a Biblioteca Pública Regional Santa Rita de Cássia, que faz parte do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas de Minas Gerais. Promove os encontros e as trocas de todos os interessados no mundo do livro. Para isso, disponibiliza seu acervo de livros e periódicos para toda a comunidade. No caso do Museu dos Quilombos e Favelas Urbanos (Muquifu), ele reúne como acervo fotografias, objetos, imagens de festas, danças, celebrações, tradições e histórias que representam a tradição e a vida cultural dos moradores das diversas favelas e quilombos urbanos do Estado de Minas Gerais. O Muquifu, além de ser um local de resistência, identifica-se com um museu de território que tem como vocação garantir o reconhecimento e a salvaguarda das favelas, os verdadeiros quilombos urbanos do Brasil: lugares não apenas de sofrimento e de privações, mas, também, de memória coletiva digna de ser cuidada⁷⁷. Possui três espaços através dos quais articula suas atividades. O museu propriamente dito encontra-se na rua Santo Antônio do Monte, 708 (Vila Estrela, Bairro Santo Antônio), a sede, no Beco Santa Inês, 30 (Barragem Santa Lúcia), é onde são realizados alguns eventos e está localizada a Biblioteca e, por último, há ainda a loja do Muquifu, situada na rua Principal, 321 (Barragem Santa Lúcia).

Segundo Cenário, o que mais existe atualmente são grupos musicais de estilos diferentes, artistas plásticos, poetas, grupos de dança, todos eles informais. Em relação às artes plásticas, o artista Pelé abriu o Centro Cultural Favela Bela, localizado na rua Principal. Esse espaço funciona como um atelier aberto, no qual cada pessoa vai com seus materiais (pincéis, tela, tintas) e pinta enquanto Pelé a acompanha e, se for necessário, também ajuda ante alguma questão. No quesito dança junina, está o grupo Sabuco Duro, que já participou e ganhou várias vezes no Arraial de Belô. Infelizmente o grupo encontra-se parado há mais de quatro anos por falta de recursos.

O que mais se observa são manifestações culturais independentes e artistas individuais, como o percussionista do grupo Skank, conforme foi relatado em uma entrevista:

⁷⁷ Informação obtida do site Belo Horizonte surpreendente: <http://www.belo Horizonte.mg.gov.br/local/atrativo-turistico/artistico-cultural/muquifu-museu-dos-quilombos-e-favelas-urbanos>. Acesso em 1 maio 2018.

[...] de forma organizada, sistematicamente, com esse lugar do enquadramento burocrático, pra concorrer com lei de incentivo, só tem dois, que é a Casa do Beco e o pessoal de Diversidade, que é o pessoal que está gerindo a CUFA, que é a Central Única das Favelas⁷⁸ (Cenário).

Ao percorrer as ruas do Morro do Papagaio, é possível ver que vários postes de luz e paredes de lojas veiculam publicidade da Casa do Beco anunciando alguma peça a ser estreada ou promovendo alguma atividade. Certa vez, foi solicitada informação a um morador sobre o local onde aconteceria um evento da Casa do Beco e ele interrompeu a pergunta, dizendo: “Ahh, a peça da Casa do Beco!”, indicando prontamente o caminho a seguir. Desta maneira, percebe-se que há um reconhecimento acerca da sua existência, sustentado nos seus 20 anos de trajetória. Mesmo sem nunca ter frequentado a Casa do Beco, os habitantes do Morro do Papagaio sabem da sua existência. Talvez uma das razões encontra-se na filosofia da Casa, que faz questão de participar da vida do bairro, de estar presente para debater as questões e os problemas locais. Assim, sempre algum membro da Casa participa das reuniões do BH Cidadania⁷⁹, da associação de moradores, das creches, das paróquias e também, sempre dentro do possível, tenta ajudar alguma escola ou associação que precise de algo. A Casa tem o desejo de se ocupar com a vida do bairro e manter um “vínculo grande com a comunidade”, comenta o entrevistado (Cenário).

No Grupo Luna, no bairro Saudade, a realidade é diferente. O bairro é menor, questão que também incide na quantidade de atividades de lazer. No levantamento se constatou que a maioria dos espaços públicos com atividades de lazer estão localizados no Alto Vera Cruz. Assim, nele se encontraram o CRAS Alto Vera Cruz, o Centro Cultural Alto Vera Cruz, o Centro de Apoio Comunitário (CAC) e o Centro de Integração ao Menor e Adolescentes (CIAME-Flamengo). Todos eles possuem atividades artísticas, como *grafitti*, música e dança e o Centro Cultural possui uma biblioteca e uma galeria de arte. Embora a distância que separa a sede do Grupo Luna

⁷⁸ Central Única de Favelas: é uma organização nacional que surgiu através de reuniões de jovens de várias favelas do Rio de Janeiro – geralmente negros – que buscavam espaço na cidade para expressar suas atitudes, questionamentos ou simplesmente sua vontade de viver: cufabh.blogspot.com.br/. Acesso em: 15 abr. 2018.

⁷⁹ O BH Cidadania inaugurou em Belo Horizonte um novo modelo de gestão das Políticas Sociais, integrando as ações das secretarias adjuntas de Assistência, Segurança Alimentar e Nutricional, Esportes e Direitos de Cidadania, Educação, Saúde, Fundação Municipal de Cultura e Prodabel. Foi implantado em 2002, em áreas de grande vulnerabilidade social, identificadas por meio de diversos indicadores sociais, gerando o Mapa de Áreas Prioritárias para Inclusão Social.

desses espaços seja pequena, entre 400 metros a 1 quilômetro, já corresponde a outro bairro e, portanto, outra jurisdição.

O rapper Flávio Renegado é oriundo do bairro que, aliás, no dia 7 de abril de 2016, inaugurou a Associação Arebeldia Cultural. Essa associação tem como propósito atuar pela transformação pessoal e social através da cultura. Outro destaque do Alto Vera Cruz é o grupo vocal, de dança e música, “Meninas de Sinhá”. Formado atualmente por 22 mulheres com idade entre 54 e 95 anos, o grupo promove oficinas, shows, palestras motivacionais, projetos educativos e ministra cursos e palestras com o fim de resgatar brincadeiras e cantigas de roda, inclusive, interagindo com as culturas diversas. Além de suas ações culturais, o grupo permanentemente se apresenta em asilos, creches, penitenciárias, escolas e hospitais, levando alegria e nova motivação em viver. Sempre trabalha com públicos diversos entre adultos, jovens e crianças e enfatiza a figura da mulher como instigadora motivacional⁸⁰. Algumas das senhoras que fazem parte do grupo Meninas de Sinhá também participa do grupo Entre Elas, da Casa do Beco.

Voltando para o Saudade, segundo o depoimento de Berimbau, “não tem outros centros culturais, só tem o Grupo Luna [...]. O Alto Vera Cruz tem muitas mais atividades e muita mais ajuda do governo que aqui”. A entrevistada ressalta: “atividades culturais não. O que tem é em junho, julho, as quadrilhas, as festas juninas e poucos shows, são pontuais, de vez em quando montam na rua um palanque”.

Ao seguir essa linha, Pandeiro acrescenta:

Tem no Alto Vera Cruz, lá em cima, um centro cultural que é do governo, mas eu não sei como funciona. [...] O Alto Vera Cruz está recheado disso aí [...]. Têm poucas, tinha muitos. Tinha mais, mas vai acabando porque o sistema ele vai acabando com cada um.

Quando questionados sobre a articulação entre o Grupo Luna e os outros espaços, há uma disparidade de opiniões. Berimbau disse que “a gente está sempre trocando, sempre articulando. Sempre que tem alguma coisa eles vêm e sempre chamam a gente pra participar de lá”. Mas, por outro lado, Pandeiro que opina: “Meninas de Sinhá, eu não sei como elas estão. Ele [Flávio Renegado] está lá e também não sei como é que funciona”. E logo continua:

⁸⁰ Informação obtida do site do grupo: <http://meninasdesinha.org.br/o-grupo/>. Acesso em 1 maio 2018.

Essas propostas, meio que elas, como elas vêm numa linha sectária e fragmentada, elas não conseguem às vezes dialogar direto, entendeu. Tem muitas que vêm com a linha do partido e aí é isso, hoje as coisas estão perdendo a força delas, a força da cultura, a força que constitui todo o processo. Ela vem agora com uma força externa (Pandeiro).

Ao andar pelas ruas e ao conversar com pessoas vinculadas a outros espaços e centros culturais do Alto Vera Cruz, ouve-se que o Grupo Luna não está aberto a colaborações e/ou articulações com instituições do mesmo bairro. As parcerias acontecem com outros grupos de capoeira e é usual que os mestres circulem por diferentes grupos, como sinal de camaradagem. Essa questão veio à tona no Grupo Luna durante a pesquisa de campo. Conforme foi registrado no diário de anotações e observações:

Danilo me contou que é um circuito bastante fechado e são os capoeiristas que decidem quem se torna Mestre. Para isso, se considera a antiguidade, reputação, disciplina, trajetória, e claro, a pessoa. Além disso, a pessoa tem que ir às rodas, conhecer e ser conhecido, e possuir sua própria roda de capoeira (Diário de campo, 19/02/2016).

Talvez isso se deva ao fato de que o carro chefe do Grupo é a capoeira e toda sua história marcante enquanto resistência, luta e resiliência. Isso faz com que circulem sempre por espaços específicos. A capoeira é marcada por um certo desconhecimento por parte das pessoas ou até preconceito, como já mencionado. Seja como for, a capoeira desperta alguns receios no Saudade e arredores. Assim, Berimbau disse: “é um grande problema porque quem frequenta a igreja não frequenta cultura, não participa”. [...] “eles têm uma visão errônea, principalmente da capoeira. A capoeira é malvista. Muito difícil, muitos meninos saem daqui por causa da religião”. Contudo, tanto nas entrevistas no Grupo Luna quanto nas ruas, percebeu-se que as pessoas não têm tanto conhecimento do espaço e também que a associação não está presente nas ruas, deixando de participar das reuniões da associação de moradores, por exemplo.

Apesar disso, um ponto em comum entre ambas as instituições estudadas é o motivo pelo qual o teatro e a capoeira se converteram na atividade principal desses dois pontos de cultura, que está relacionado ao interesse pessoal de seus fundadores.

8.3.4 Memória coletiva

Para tratar da memória coletiva, é importante considerar que essa categoria guarda uma estreita relação com a história e com o valor histórico que um lugar pode ter para os indivíduos que aí residem. Desde o momento em que o ser humano tenta se conectar com o território, através de fatos históricos, monumentos, de citações na literatura e por outras manifestações artísticas com as quais ele se identifica, é possível perceber que essas conexões têm a ver com a memória individual e também coletiva. Por meio da memória individual, é plausível chegar a ideias e memórias coletivas, porque afinal, como disse Bosi (2003, p. 410), "uma memória coletiva se desenvolve a partir de laços de convivência familiares, escolares, profissionais".

Portanto, entendemos essa categoria como uma maneira através da qual a pessoa estabelece laços subjetivos e até inconscientes com o território que habita. Assim, a memória pode ser passada de pais para filhos, entre vizinhos, amigos, etc. A ideia subjacente a esse pensamento é a questão da união social entre as pessoas que compartilham lembranças e que, nesse movimento, seja possível confirmar a memória coletiva demarcada pelo espaço geográfico que habitam.

Seguindo esse raciocínio, Halbwachs sentencia:

[...] o depoimento de alguém que esteve presente ou participou de certo evento não nos fará recordar nada se não restou em nosso espírito nenhum vestígio do evento passado que tentamos evocar, não pretendemos dizer que a lembrança ou parte dela devesse subsistir em nós da mesma forma, mas somente que, como nós e as testemunhas fazíamos parte de um mesmo grupo e pensávamos em comum com relação a certos aspectos, permanecendo em contato com esse grupo e ainda somos capazes de nos identificar com ele e de confundir o nosso passado com o dele (2006, p. 33)

Um outro aspecto de suma importância dessa categoria é a sua relação com a identidade do lugar. Nesse sentido, concordamos com Matos quando declara:

Ao resgatar o conjunto de lembranças e recordações de uma época que já passou, mas que ainda encontra-se presente no lugar, através da memória de seus habitantes, torna-se possível traçar uma geografia que contribua efetivamente para a reconstrução da identidade do lugar (2010, p. 87).

Desse modo, entende-se que o passado não é só um tempo que ficou para trás:

[é] uma das dimensões mais importantes da singularidade. Materializado na paisagem, preservado em “instituições de memória”, ou ainda vivo na cultura e no cotidiano dos lugares, não é de se estranhar, então, que seja ele que vem dando o suporte mais sólido a essa procura de diferenciação. A busca de identidade dos lugares, tão alardeada nos dias de hoje, tem sido fundamentalmente uma busca de raízes, uma busca de passado (ABREU, 1998, p. 7).

Diferentemente da categoria anterior, atividades de lazer, a memória coletiva só é possível ser apreendida mediante o discurso oral dos habitantes ou, no nosso caso, através das pessoas atuantes nos pontos de cultura. Por sua vez, o que a diferencia do indicador valor histórico, é a maneira pela qual se adquire a informação. Por isso, Matos (2010, p. 85) ressalta que “para avaliar objetivamente este indicador, o caminho é ouvir as histórias de vida das pessoas que dão vida ao local: pessoas que frequentam, habitam, trabalham, usufruem de alguma maneira o local”, visto que dificilmente encontram-se registradas ou documentadas em livros, em bibliotecas ou arquivos públicos.

Pensando nisso, desejamos conhecer quais são as lembranças subjetivas, as recordações individuais das pessoas que trabalham nos bairros Saudade e Morro do Papagaio, para poder observar quais são só individuais e quais são também coletivas. Ou seja, determinar em quais pontos as memórias individuais se entrelaçam, se interconectam, viram uma amálgama. Isso, irredutivelmente, está conectado à ideia de uma coesão social que acontece entre aqueles que compartilham uma memória delimitada espacialmente, lembrando que Halbwachs aponta que não é possível a existência de uma memória coletiva não atrelada a um âmbito espacial (1970). No entendimento de Abreu (1998, p. 11):

A memória individual pode contribuir, portanto, para a recuperação da memória das cidades. A partir dela, ou de seus registros, pode-se enveredar pelas lembranças das pessoas e atingir momentos urbanos que já passaram e formas espaciais que já desapareceram.

Foi com esse intuito que abordamos os atuantes da Casa do Beco e do Grupo Luna: com o desejo de saber sobre suas lembranças (boas e ruins), sobre seus lugares preferidos e desprezados dentro do bairro, sobre os momentos passados e que ainda conservam na memória e os que preferem esquecer, sobre como enxergam comparativamente seu bairro em relação aos demais bairros da cidade, quais são as reminiscências que traz e/ou conotações que produz ouvir o nome do bairro, qual é a

primeira palavra que eles associam com o nome do bairro e qual é o principal problema que eles identificam hoje em dia nesse espaço.

Em relação às pessoas entrevistadas da Casa do Beco, como visto, o diretor e a responsável financeira nasceram no Morro, a professora de teatro e integrante do grupo mora numa favela vizinha, e o coordenador pedagógico frequentou o lugar por nove anos. No caso do Grupo Luna, três das quatro pessoas entrevistadas nasceram e ainda moram nesse bairro e a outra, já faz 17 anos que frequenta e habita esse espaço de segunda a sexta-feira. Então, tanto na Casa do Beco quanto no Grupo Luna, podemos dizer que o grau de pertencimento e de envolvimento é considerável e, como se percebeu nas entrevistas, o sentimento e a afetividade em relação ao território estão bem presentes em todas as falas.

Dessa forma, o primeiro aspecto que se observou, de forma geral, foi que a violência da polícia, os tiroteios, o tráfico de drogas e os amigos, parentes, alunos perdidos para a criminalidade são questões bem presentes no cotidiano dessas pessoas e de todas que habitam nesses bairros. Assim, por exemplo, Proscênio manifesta “uma coisa que me chateou bastante foi o momento em que a gente estava na Casa do Beco, a gente estava ensaiando e assim do nada a gente começou a ouvir muito tiro”.

Ao relatar especificamente sobre a criminalidade, Cenário salienta que isso:

[...] permeia por essa nossa realidade [...]. Ela sempre foi um fator ponderante que tanto em mim como criança e adolescente, que perdi vários amigos pra criminalidade, quanto como educador que, por mais que me dedicasse, fizesse esse trabalho de visitar meus alunos, perdi vários pra criminalidade.

Em outro momento, o entrevistado pondera:

Eu com sete anos de idade vi lá o corpo no chão, as pessoas falando mal do menino, porque o jovem que tinha entrado na criminalidade, de isso ser o único destino, e quando a mãe chega, deita no corpo e chora, a comunidade começa a falar: ‘oh, coitada da mãe, esse menino podia ter seguido outro destino pra mãe não sentir isso. Naquele momento eu como criança mesmo, decidi na minha vida que eu não queria ser aquele jovem que estava assassinado e não queria trazer pra minha mãe a tristeza que aquela mãe estava tendo’ (Cenário)

Já no Grupo Luna, Pandeiro recorda com tristeza dos amigos que foram assassinados pela polícia, mas prefere não guardar momentos infelizes, ele tenta esquecer, porque “se você fica carregando esses momentos tristes, essa mágoa, não

dá para caminhar na linha da militância [...] Eu preciso apostar em uma outra possibilidade, que é a de estar vivo, a de estar resistindo...”.

Embora não seja possível negar nem olhar “enviesado” essa violência explícita e quase palpável, a maioria ressaltou que lhes preocupa um tipo de violência especial, a simbólica: o preconceito por parte da sociedade que é “muito grande ainda, morador de favela é morador de favela” (Espaço Cênico) e faz com que os moradores de favela quando procuram trabalho sejam aconselhados de não colocar o endereço. “Se eles veem que você mora na favela, eles não te contratam. A pessoa me falou, não põe seu endereço” (Proscênio).

Há, ainda, o abandono por parte do poder público. Isso ficou claro quando Cenário expressou: “se a própria gestão (estadual, municipal e da União) faz distinção porque a gente vai ter a ilusão de que integra a mesma sociedade”. Não é nenhuma novidade que esse abandono, essa ausência do estado, é histórico. Ao refletir sobre a excessiva presença policial nas favelas, ele sentencia: “violentar com o exército, com a polícia, com arma, uma comunidade que já está sendo abandonada pelo estado e violentada, é cancelar a sua incompetência administrativa enquanto poder público”. Arelado a isso, Berimbau ao ser perguntada sobre o momento mais triste, disse: “a tristeza pra mim, a grande tristeza é a exclusão, a falta de oportunidades que essas famílias daqui têm. As oportunidades que eles têm é muito pouca”. E Bastidores acrescenta que “a falta de opções, de projetos estaduais, faz com que os adolescentes se envolvam nas drogas”.

Diante dessa realidade adversa, os entrevistados enunciaram, durante as entrevistas, o potencial e as potencialidades das atividades culturais e de lazer desenvolvidas pelas associações pesquisadas. No final da entrevista, Cenário deixa bem claro que “comunidade de favela tem que ser olhada a partir do potencial, pelo que tem, e não pela ausência”. Para ele, a comunidade traz lembranças associadas à “conquista, com muitas pessoas fortes, com muita resistência e com muitas pessoas representativas na cidade e por que não, no Brasil”. A modo de exemplo, ele diz:

É uma comunidade que construiu muitos intelectuais, a gente tem a Márcia, que acabou de fazer o doutorado em comunicação e trabalha no Estado de Minas, a Joyce, que está fazendo doutorado na faculdade de Campinas, a Sílvia, que hoje é diretora de uma faculdade internacional de intercâmbio, tem Francis, que é presidente internacional da CUFA (Cenário).

Para Espaço Cênico, esse movimento de ter pessoas que acessam à universidade e continuam vivendo no morro é muito significativo para essa comunidade: “eu fico muito feliz quando eu converso com pessoas que estão na universidade ou que estão em seus estudos, eu falo: ‘e aí, vocês querem sair do morro?’ ‘Não, a gente quer estudar porque a gente quer melhorar a vida das pessoas do Morro’”. E isso, alguns anos atrás não existia. “Antigamente as profissões que existiam dentro do morro era empregada doméstica e trabalho braçal, construção civil, gari” (Cenário). Proscênio acrescenta: “Eu fico muito feliz. Porque antes era muito difícil a gente ter acesso a uma faculdade. E a maioria da minha sala está com uma graduação”.

Nesse sentido, cabe salientar que vários entrevistados destacaram como importante para suas vidas a existência e atuação dos pontos de cultura em seus bairros. E mais do que isso, por exemplo, Atabaque ressaltou tanto o Grupo Luna como o Centro Cultural Alto Vera Cruz, “fizeram muito parte do meu crescimento como pessoa, crescimento pessoal”, ou Caxixi, ao lembrar do seu momento mais feliz no bairro: “foi fazendo capoeira, aqui no Luna. A capoeira transformou minha vida”. E em relação à transformação ou como prefere dizer Espaço Cênico, transformação, “é o que me move, pensar nessa comunidade e na Casa do Beco, transformação nesse sentido. [...] é um trabalho de muitas mãos e que tem essa transformação, sabe, porque é um objeto de ação o tempo inteiro”. Ao responder ainda sobre o melhor lugar do bairro, ele respondeu: “olha, eu vou ter que jogar uma sardinha para a Casa do Beco, porque eu gosto muito daquele espaço. Eu acho que esse é o lugar mais bonito”. Conforme as palavras de Proscênio: “momentos bons na comunidade, acho que é minha trajetória na Casa do Beco”. Por sua vez, Pandeiro relatou que o momento mais feliz foi quando inaugurou o espaço Luna:

[...] porque aqui eu consegui organizar toda a ideia de resistência, de empoderamento, de valorização da cultura e isso foi muito importante porque partiu de mim e de nós da comunidade. Eu e minha mulher, a gente conseguiu pensar, quando a gente realizou isso, a gente realizou um sonho muito grande de manter vivo, de manter viva nossa cultura e isso nós garantimos [...] Autonomia, independência, nós sermos donos do processo, sermos os protagonistas da história real, isso foi pra nós muito importante.

Além do anteriormente dito, foi plausível enxergar uma peculiar ligação que pairava em todas e cada uma das falas. Praticamente todos, de forma mais ou menos direta, destacaram que apesar de toda essa violência, de toda a disparidade social,

preconceito e abandono que existe nesses lugares, ainda “existe uma relação de afinidade muito mais aberta em todos os sentidos do que no próprio asfalto [...] existe uma pureza muito grande nas pessoas, existe uma pureza nas famílias” (Espaço Cênico).

Bastidores expressa essa questão com as seguintes palavras: “há um movimento de acolhimento e solidariedade. Se você perde um parente, sempre tem um vizinho que vá à sua casa, ele faz a comida pra você, limpa sua casa”. Berimbau, por sua vez, destaca: “o povo sempre muito alegre, muito solidário, a gente fazia os mutirões e todo mundo participava”. Nesse sentido, Cenário ressalta: “é a liberdade que o morador, que a gente na comunidade tem, [...] é uma sensação de liberdade com proteção [...] Uma sensação de que todo mundo estava cuidando de você”. Esse cuidado humano, essa sensação de proteção, ficou bem perceptível em um comentário registrado no diário de campo, quando perguntei ao diretor da Casa do Beco se podia presenciar um ensaio do grupo Entre Elas. Ele sugeriu “ir em outra ocasião porque elas, nesse dia, iriam trabalhar assuntos muito delicados e pessoais, e eu podia atrapalhar ou fazer com que elas ficassem incomodadas” (Diário de campo, 25/02/2016). Essa preocupação com o outro, essa empatia afetiva, está bem presente em praticamente todos os entrevistados.

Buscando um motivo ou razão para isso, dois dos entrevistados (Espaço Cênico e Proscênio) falaram que podia ser pelo fato de muitos dos moradores serem do interior do Estado. Então, talvez seja também por esse perfil interiorano, que caracteriza esses assentamentos urbanos, que a rua se torna um espaço de convívio, de troca, de vida e de lazer. Bastidores lembra quando ainda não existiam quadras de esporte:

[...] as pessoas se reuniam para jogar bola. Só que era tudo realizado à noite. A partir das 10 da noite. Era uma rua central, que é a rua Santo Tomás de Aquino. Então depois das pessoas chegarem do serviço, tinha umas barraquinhas que ficavam na rua e vendiam cachorro quente, algumas bebidas e assim, nesse momento era um momento em que eles faziam no meio da rua a quadra de esporte. Então, jogavam bola e a gente ficava aí batendo um papo.

Nessa mesma linha, Espaço Cênico explica: “é uma relação onde as pessoas ainda sentam nas portas das casas, onde a relação familiar é muito intensa”. E Atabaque lembra com nostalgia quando seu pai “comprou uma rede de peteca e pendurou ela na rua, de um muro pro outro, e aí a gente começou a convidar o pessoal

para jogar peteca. Então todo domingo a gente tinha peteca na rua”. Caxixi também conta que uma lembrança que mantém é “quando brincava na rua, jogando bola, pulando corda, jogando peteca, etc.”. Atrelado à essa questão interiorana e que reflete cabalmente a essência da favela é quando, citando mais uma vez a Cenário, ele disse: “eu sempre gostei das casas das pessoas. De encontrar com as pessoas nas suas famílias, na sua individualidade, de conversa olho no olho, de aconchego, de colo”.

Por tudo isso, não é por acaso que a resposta à pergunta “qual é a primeira palavra que vem a sua mente quando falamos o nome do bairro (Saudade e Morro do Papagaio)?” foram ‘diversidade’ (Proscênio), ‘resiliência’ (Cenário), ‘acolhimento’ (Bastidores), ‘transformação’ (Espaço Cênico), ‘tranquilidade’ (Pandeiro), ‘alegria’ (Atabaque), ‘Grupo Luna’ (Berimbau) e ‘velhice’⁸¹ (Caxixi).

Dessa forma, através da análise dessa categoria, logramos identificar que as lembranças das pessoas entrevistadas estão relacionadas, direta ou indiretamente, com atividades de lazer e manifestações culturais, nas quais elas são participantes e/ou protagonistas, e ao mesmo tempo foi possível enxergar o vínculo estreito que essas atividades/manifestações possuem com um território específico: seus respectivos bairros.

8.3.5 Sentido de lugar

Por sentido de lugar, entendemos a identificação subjetiva que os habitantes possuem com o território onde vivem. Por conseguinte, não existem duas identificações idênticas, uma vez que para cada pessoa, há um sentido de lugar diferente. Pode-se entender também como a/s parte/s que completa/m a identidade do ser humano, tal como se fosse uma espécie de casamento, de vínculo mais emotivo, mais afetivo e não tão consciente ou lógico. De certa forma, podemos dizer, embora não na mesma proporção, que o habitante completa o lugar e vive versa.

Assim, essa categoria, junto com a de memória coletiva e a de importância histórica, ajuda a compor a identidade territorial, entendida como o conjunto de aspectos simbólicos e subjetivos dos quais se apropriam os grupos sociais (HAESBAERT, 1999, 2005). Portanto, esse indicador traz implícito que para cada

⁸¹ A velhice atrelada à questão de ternura em relação às pessoas mais velhas e também por ser um lugar no qual, de tão intensa a ligação afetiva, as pessoas preferem ficar nele toda a vida.

pessoa existe uma noção (escala e configuração) diferente em relação ao lugar. Cada pessoa tem um envolvimento, um compromisso distinto com o lugar e, por sua vez, emoções e sentimentos.

Segundo Tuan (1983), o espaço se transforma em lugar quando a pessoa lhe transfere valores, sentimentos, pensamentos, ou seja, o dota de sua subjetividade, que coloca em jogo também todas as outras subjetividades coexistentes. Dessa forma, existem lugares nos quais a pessoa se sente mais à vontade, mais protegida, mais confortável. Ulrich Beck (1999) definiu este vínculo com os lugares como “topopoligamia” para se referir ao fenômeno de “casamento” com diversos lugares. Em última instância, trata-se de outorgar ao lugar um sentido subjetivo, uma razão credível que justifique, pelo menos pessoalmente, a escolha de habitar um lugar determinado. Ao prosseguir com esse raciocínio, Marcelo Matos acrescenta:

O sentido de lugar se refere, antes de tudo, às noções de seus significados; intimidade; familiaridade; identidade e singularidade. O cotidiano do indivíduo é permeado por inúmeros espaços/lugares que formam esse caleidoscópio de paisagens que chamamos de espaço vivido. No entanto, dentre os diferentes espaços/lugares pelos quais passamos, existem aqueles com os quais nos identificamos, nós reconhecemos e carregamos conosco todo o seu conteúdo simbólico [...]. Em geral, os lugares que habitamos são os que mais fortemente marcam nossa trajetória individual, [...], pois ao habitar um determinado lugar estabelecemos intensas relações de trocas subjetivas e objetivas, conscientes e inconscientes (2010, p. 90).

Da mesma forma que Bauman se refere à comunidade (2003), é possível enxergar o sentido de lugar como algo no qual as pessoas colocam sua subjetividade e produzem de maneira inconsciente uma identificação territorial (BUTTIMER, 1985) ou uma fixação existencial (DARDEL, 2015). Nessa mistura entre identidades, sentimentos, afetos, paixões, metafísica, processos histórico-políticos, Milton Santos entende:

No lugar – cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições – cooperação e conflito são a base da vida comum. Porque cada qual exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; e porque a contigüidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade. O lugar é o quadro de referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade (2002, p. 322).

Assim, entendemos que através do sentido de lugar é factível identificar a forma

pela qual as pessoas atuantes nos dois pontos de cultura concebem o respectivo bairro e se conectam com ele além do que está materialmente visível, além do que a realidade física manifesta (HAESBAERT, 1997).

As entrevistas realizadas com pessoas vinculadas aos dois pontos de cultura evidenciaram alguns traços de subjetividade que refletem sentimento, emoção, conexão com esse lugar específico: o bairro. Assim, nas conversas com as pessoas da Casa do Beco, quando foram perguntadas sobre o vínculo, a relação afetiva com aquele bairro, o Cenário sintetizou assim: “é minha raiz, é onde cresci, o lugar onde me criei, o lugar onde me formei, onde me tornei filho, irmão, amigo, aluno, professor, educador, artista. Então é um vínculo de muito cuidado, muito carinho, muito amor, muito afeto”.

Esse sentimento tofílico não ignora que fazer parte de uma associação cultural nesse espaço é desafiador e ao mesmo tempo conflitante. É desafiador porque, por um lado, as pessoas ainda têm uma visão de que o trabalho que vem da favela tem menos excelência artística de um trabalho que não é feito nesses espaços geográficos. E, por outro, é tentar convencer ao público da favela de que o teatro e as demais atividades são também para eles. Nesse sentido, Cenário manifesta:

É um desafio constante porque a gente ainda depara com pessoas na comunidade que ou não conhecem a Casa do Beco ou nunca foi ou não vai porque acha que teatro não é para ele, acha que não tem cultura pra frequentar aquele lugar, apesar da gente criar projetos como Teatro na Laje, que a gente leva teatro nas lajes, a gente criou um projeto Cine Beco, que a gente projeta filmes nas ruas, a gente contrata espetáculos para se apresentar nas ruas das comunidades, a gente leva oficinas nas creches, nas escolas, nos vários espaços da comunidade, ainda a gente depara com essa ideia na comunidade que aquele espaço não é pra ela. Entendeu?

E é também um conflito interno que Cenário vive desde a decisão de virar centro cultural aberto para comunidade, porque ele é artista, dramaturgo, ator e diretor, e não gestor. O fato de ocupar esse lugar de gestão leva a muitos desejos pessoais que não estão sendo supridos. Mas mesmo assim, ele percebe que a instituição está crescendo muito em termos de credibilidade na sociedade, em termos de referência de um trabalho sociocultural e de um trabalho cultural. Conseguir perceber esse reconhecimento social é um fator que o estimula e motiva para continuar por esse caminho, na tentativa de melhorar a vida dos habitantes. Sobretudo porque o diferencial, segundo Bastidores, radica em não apenas conviver senão viver na comunidade. Saber como é a realidade das crianças te concede o conhecimento:

[...] de como tratar àquela criança que está dentro da Casa do Beco. Às vezes alguém fala, na hora do lanche, a criança vem correndo para comer e é falta de educação. Não, não é [...]. Eu sei que tem meninos que vem para um espaço cultural sem comer nada. Sei que às vezes os pais saem muito cedo, às vezes com a questão de estrutura familiar mesmo que os pais não preparam as coisas. [...] então eu sei a maneira como ela é tratada, eu passo em frente das casas dessas crianças. Eu sei que o tratamento tem que ser diferenciado.

Esse sentimento, de sentir orgulho do lugar onde nasceu e cresceu, é muito forte. E ainda é mais forte quando se acredita que o trabalho realizado ajuda a transformar a realidade de muitas pessoas. Bastidores acredita tanto no trabalho da Casa do Beco que recusou várias propostas para trabalhar em outros lugares por um salário maior, porque não tinham um trabalho que envolvesse pessoas ou nos quais o ser humano não era tão importante:

E eu não me vejo sem a Casa do Beco. Não me vejo mesmo. Já recebi propostas boas, mas não tem esse trabalho que a Casa do Beco tem, do carinho, da preocupação com o ser humano, independente se é um morador da favela, se é um morador do bairro. Pra gente não faz diferença nenhuma. (Bastidores).

Essa entrevistada aposta ao trabalho como elemento transformador das pessoas não só que trabalham na Casa, mas também que a frequentam: “Eu quero a transformação, eu quero contribuir também para a transformação sociocultural que a gente tanto fala. E eu, enquanto pessoa física, também quero isso pra minha vida, eu quero isso na minha casa” (Bastidores). Embora exista esse vínculo especial com o lugar, não é possível desconsiderar o preconceito que ainda existe em certa parte da população e especificamente em alguns grupos de teatro que quando convidados para se apresentar dentro da Casa do Beco aceitam, mas quando é no morro, ao ar livre, no meio da favela, não querem. E para quebrar esse preconceito é que a Casa trabalha diariamente:

Tanto é que dentro da Casa do Beco tem alguns profissionais que não são moradores da comunidade. O Marcelo do pedagógico não mora na comunidade, o Maurício, que é da programação também, então você vê que está quebrando esse preconceito. A própria produção da Casa do Beco está sendo feita por uma moradora que não é da comunidade. Então, a ideia é misturar tudo mundo (Bastidores).

Nesse sentido, Espaço Cênico descreve a relação entre os bairros nobres e a favela como polos completamente diferentes e há uma divisão de classes muito

grande. Por isso ele considera seu trabalho na Casa como de resistência mesmo, de conscientização desse lugar: “meu papel com o teatro junto com esses meninos e moradores da comunidade é despertar um interesse pela arte, que a arte traga voz para que eles possam discutir esse lugar geográfico deles”.

Ele brinca consigo mesmo, ao se designar de “preto do asfalto”, porque, sem ter nascido na favela, se sente como mais um. Ele se coloca como parte integrante do aglomerado do Morro do Papagaio, barragem de Santa Lúcia, quando reconhece:

[...] eu tenho uma ligação muito grande com a favela também por essa relação do interior, eu acho que a favela tem uma raiz muito interiorana, tem uma vida rural que me encanta, essa coisa da conversa na janela, pedir sal emprestado, quando acaba o gás, vai fazer comida na casa do vizinho. E aí essa relação minha, geograficamente eu me situo na Casa do Beco como esse comunicador desses dois lugares, do asfalto com o morro (Espaço Cênico).

Embora ele acredite que a arte possua uma função política e até ideológica em dar voz aos habitantes das favelas para que essas vozes sejam ouvidas, ressalta:

[...] politicamente existe um preconceito muito grande ainda... Triste falar isso, século XXI, mas existe um preconceito muito grande da cidade de Belo Horizonte, da sociedade de Belo Horizonte com esse público de pessoas, artistas, de trabalhadores que desenvolvem trabalhos nos aglomerados (Espaço Cênico).

Proscênio, quando fala do processo criativo do grupo de teatro, da forma pela qual eles incorporam a realidade da favela na dramaturgia das peças, salienta:

[...] esse contato com a comunidade é muito instigador. Porque pegar conflitos que acontecem ou não sei se só conflitos, e transformar isso em teatro que possa fazer uma mensagem para as pessoas da comunidade. Ou às vezes também, chamar a atenção para as pessoas que estão afora e ver que não é só coisa boa ou essa coisa ruim que tem aqui dentro [...] E esse contato com as pessoas, poder ir lá e pesquisar a vida das pessoas, pesquisar o que acontece de verdade, tipo assim, é adentrar dentro de onde você mora.

Ela, mesma tendo nascido e crescido na favela do lado, Morro das Pedras, disse: “eu não moro aqui, mas eu me sinto como moradora daqui, da comunidade”. Dessa forma, percebe-se nesses depoimentos um alto grau de identificação com o território, um grande sentimento de pertencimento, mas isso não quer dizer que os entrevistados do Grupo do Beco não reconheçam e não saibam dos preconceitos que esses lugares têm, ou das dificuldades que como associação cultural devem enfrentar.

Com isso bem claro, eles todos acreditam e apostam na potência criativa existente nas favelas e buscam articulações com parceiros, tanto com grupos quanto com outras associações, para facilitar, dentro do possível, o trabalho cotidiano.

No que diz respeito ao Grupo Luna, percebe-se uma intensidade similar em relação à identificação subjetiva e sentimento de pertencimento. Assim, Pandeiro, já desde o início mesmo da conversa, deixa transparecer sua forte ligação com o território quando salienta:

Eu sempre morei aqui, por isso quis trazer a capoeira pra cá. Eu sei o valor que a capoeira tem na questão da formação, de criar o senso crítico e político nas pessoas, de transformar o pensamento das pessoas, e as pessoas aqui da comunidade não tinham a possibilidade de conhecer o instrumento da capoeira, enquanto luta, enquanto instrumento de transformação, de pensamento, onde cria o senso crítico e político, onde conhece um pouco mais da nossa história.

E quando perguntado sobre o seu vínculo com o bairro, ele respondeu sem titubear: “Meu vínculo aqui é 100%”. Com esse tipo de resposta, é possível inferir que, para ele, a associação tem um vínculo consistente com aquele lugar, como se “precisasse” estar situada no bairro Saudade. Isso fica evidente neste relato:

Antes a gente ficava, tive na cidade um espaço, em várias universidades, nos DA, dei aula em espaço alugado, aluguei vários espaços na Savassi, no Santa Efigênia, Santa Teresa ou outros lugares. O Grupo sempre procurou esse território para poder desenvolver o pensamento da capoeira e toda a questão que a gente defende (Pandeiro).

Nesse sentido, quando perguntamos a Berimbau sobre como era estar na frente de uma associação nesse bairro, ela respondeu: “Eu vivo isso, esse é meu sonho”. Mesmo não tendo nascido nem sendo moradora do bairro, ela passa a maior parte do tempo no Saudade e isso indubitavelmente leva à criação de laços não só com os habitantes senão também com o território.

Cabe salientar que as instituições também favorecem a criação de vínculos sociais com os habitantes do bairro que as frequentam, embora seja um grupo reduzido considerando o total de moradores que ali habitam. Assim, as associações como Grupo Luna e Casa do Beco funcionam como nexos entre os habitantes, como lugar de encontro e sociabilização entre eles. Por isso, pode-se dizer que as associações podem ser um integrante a mais do bairro. Exemplo disso é o depoimento de Caxixi, quando afirma categoricamente:

As pessoas que se envolvem um com a outra assim, são filhos das pessoas que moram na comunidade, que fazem parte do Grupo Luna. Por isso é que a gente tem um convívio mais próximo, mais... A maioria do povo do bairro não é ligado assim não, mas tem convivência só por causa do Grupo Luna mesmo, por causa das meninas que treinam aqui. Só por isso.

Isso também fica visível quando Atabaque esclarece: “Então, eu acho que minha relação com o bairro é essa. Um amor muito grande porque aqui a gente tem essas opções, tem essa realidade cultural”.

Praticamente, nos relatos dos oito entrevistados, foi possível identificar o sentido de lugar, de pertencimento em cada território investigado. Por tudo isso, a eleição de abrir uma associação cultural nesses bairros deveu-se a uma questão pessoal, íntima e subjetiva dos respectivos diretores ou coordenadores dos espaços. Somado a isso, está o fato ideológico-político do significado que possui a existência de uma associação com essas características nesses dois bairros específicos. A questão de ter esse espaço cultural nesses lugares da cidade faz todo sentido para os dois diretores/coordenadores, e está bem nítido que a localização geográfica passa por uma questão de resistência, de luta, de convicção pessoal que, pelo menos nos dois casos estudados, encontra eco na comunidade como um todo.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No momento de finalização desta pesquisa, considera-se importante retomar as palavras de Milton Santos que foram escolhidas como epígrafe desta tese: “A utopia deve ser construída a partir das possibilidades, a partir do que já existe como germe e, por isso, se apresenta como algo factível”. (SANTOS, 2000, p. 71). Essas palavras não funcionam apenas como inspiração, elas constituem a essência a partir da qual esta investigação foi idealizada, construída e articulada à política Pontos de Cultura e ao programa Cultura Viva.

No livro *Ponto de Cultura: o Brasil de baixo para cima*, Célio Turino (2010) narra em primeira pessoa o encadeamento de situações, experiências e vivências que o levaram, em um primeiro momento, a conceber uma política cultural de base comunitária e, em um segundo momento, durante seu período como secretário municipal de Cultura de Campinas, a colocar na prática o “projeto piloto” do que tempos depois viria a ser a política Ponto de Cultura/Cultura Viva. Essa proposta também pode ser relacionada com a utopia descrita por Milton Santos, que se distancia do significado etimológico⁸², associado à perfeição e ao ideal, mas alimentado pela imaginação, a fantasia e o irreal. Tal sentido carrega consigo a conotação de que a utopia é uma forma de ilusão entre um real que se rejeita e um ideal que se espera e deseja.

Por isso, considera-se que a citação de Milton Santos (2000) é eloquente e inspiradora por ser justamente contraposta ao sentido etimológico de utopia. Nela está implícita a ideia de construção levando em consideração o que há ao nosso redor, ou seja, a utopia é exatamente aqui e agora, é algo possível e alcançável por nós, mas temos que estar alertas e antenados para saber quais são as maneiras de atingi-la. É justamente nesse desejo latente que radica sua força que é, por extrapolação, a força do Ponto de Cultura. Porque não existe nada mais poderoso, nada mais estimulante e, ao mesmo tempo, promissor, que sermos cientes de que o que existe ao nosso alcance (“construída a partir das possibilidades”, “do que já existe como germe”), mas ainda no âmbito da potencialidade (que remete ao conceito de “Ainda-

⁸² A palavra foi criada por Thomas More a partir da justaposição dos termos gregos antigos "ou" (prefixo de negação) e "top(o)" (lugar) e significa o "não lugar" ou "lugar que não existe". Dita palavra lhe serviu de título para sua principal obra, escrita em latim por volta de 1516 (Wikipedia: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Utopia>. Acesso em: 1 jun. 2018.

não”, de Boaventura de Sousa Santos⁸³), é o que nós permitirá atingir nosso estágio desejado, nossa situação ansiada, nossa utopia factível. É nessa esfera que pensamos que a política Ponto de Cultura e o programa Cultura Viva operam.

A ideia de pesquisar duas associações culturais distintas fundamentou-se no interesse de compreender diferentes aspectos da articulação entre território, cultura e lazer dentro de uma mesma cidade. Esse foi nosso primeiro grande desafio, que cresceu ainda mais quando optamos por efetuar o aprofundamento empírico utilizando a política cultural pública, o Ponto de Cultura. O ponto de partida não era mais que uma impressão, mas não era qualquer uma. Era uma impressão baseada em pesquisas anteriores mediante as quais conseguimos enxergar uma certa ligação entre os três conceitos. Como nosso interesse era ir além do plano teórico e fazer uma discussão que integrasse a teoria com a prática, buscamos auxílio em uma política que estivesse vigente e que possuísse uma potência que nos inspirasse e nos permitisse debruçar-nos sobre ela no tempo presente. Além de seus 14 anos de existência continuada, o que chamou a atenção foi o fato de ser comunitária, de sua fortaleza residir nas possibilidades existentes e concretas do seu entorno.

Tal escolha, de realizar uma pesquisa empírica em duas associações reconhecidas como pontos de cultura, deveu-se à necessidade de fundamentar o que estava sendo discutido na teoria, com dois casos concretos que possuíssem uma atualidade bem instigadora. Com instigadora nos referimos à atualidade que envolve trajetórias de vida, experiências vitais muito ricas de serem analisadas no momento mesmo em que acontecem, ou seja, à medida que elas mesmas estão vivendo e recebendo as tribulações e as incertezas que a vida traz consigo. Não obstante, cabe salientar que, em relação aos três conceitos, percebemos que na teoria, ou seja, nos textos dos editais ou na descrição da lei, não aparece a palavra lazer de forma explícita. Portanto, pode-se dizer que o lazer não está instituído na teoria, mas ele sim é instituinte na prática, porque está presente na dinâmica que as duas associações articulam. Assim se constatou que essas duas associações eram o sonho de vida das pessoas que as criaram e também, em maior ou menor grau, de todas as pessoas

⁸³ Boaventura de Sousa Santos define o conceito como: “uma ampliação simbólica dos saberes, práticas e agentes de modo a identificar neles as tendências de futuro (o Ainda-Não) sobre as quais é possível actuar para maximizar a probabilidade de esperança em relação à probabilidade de frustração. Tal ampliação simbólica é, no fundo, uma forma de imaginação sociológica que visa um duplo objectivo: por um lado, conhecer melhor as condições de possibilidade da esperança; por outro, definir princípios de acção que promovam a realização dessas condições” (SANTOS, 2006, p. 118).

atuantes que foram entrevistadas. Poder desenvolver as atividades culturais na sua comunidade e ser valorizadas pela proposta em si, era um sentimento muito importante para elas. O fato de ter a possibilidade de todo dia trabalhar para conseguir oferecer diversas manifestações de lazer e culturais no seu bairro era o sonho tornando-se realidade porque representava não só uma ligação com o território, com o seu lugar no mundo, senão também com todas as pessoas que ali moram. Assim, encontra-se o que Tuan (2012) definiu como topofilia, que nada mais é que uma ligação afetiva e emocional que o ser humano estabelece com o território e que se concretiza na identificação subjetiva mediante a qual geografia e pessoa se entrelaçam em uma amálgama.

Nesse movimento simbólico e individual, através do qual as pessoas atuantes se conectam com o território em termos de representatividade, identificação e pertencimento, se reconhece uma apropriação a partir do lazer por meio das atividades e práticas que essas associações socioculturais desenvolvem. Isso não quer dizer que a atuação das instituições esteja isenta de dificuldades e obstáculos. Promover a cultura de um espaço localizado na periferia acarrega as dificuldades que provêm do exterior e que têm de vencer o preconceito social de crer que tudo o que vem desses lugares é de uma qualidade inferior, é feito com escassos recursos ou o resultado não resiste à comparação. E, ao mesmo tempo, existem também barreiras internas, que partem dos próprios moradores que não se identificam com as manifestações artísticas que a instituição oferece. Porém, mesmo com essas dificuldades, é nessa apropriação do lazer que as pessoas atuantes se identificam com os aspectos simbólico-afetivos presentes no território e encontram nela o estímulo para compartilhar essas experiências com o maior número de pessoas possível. Desse modo, cada associação, a sua maneira, faz aflorar o que Haesbaert (1997) denomina como dimensão simbólica dos territórios, que não é outra coisa que os aspectos e traços sutis mediante os quais as pessoas estabelecem laços e se sentem parte do território que habitam.

Em ambas as associações se constatou que se reconheciam pontos de cultura antes mesmo da política cultural ser criada. Ou seja, no sentido figurado do termo, elas já atuavam e se sentiam pontos de cultura. Esse sentimento de ser um espaço que irradia cultura, apesar de todas as dificuldades, apesar de não contar com nenhum apoio, é o que mobiliza e fundamenta o acionar delas. Em outras palavras, é o motor, é o coração que bombeia sangue para que esses sonhos sejam consumados sem

ficar paralisados pelo tamanho e nem pela quantidade de obstáculos. Isso ficou ainda mais palpável quando, na fala dos dois diretores, eles disseram que não se imaginavam fazendo isso em outro bairro que não fosse onde eles nasceram, se criaram, cresceram e moram até o dia de hoje. Simplesmente não faria nenhum sentido. Tais experiências artísticas, de lazer e culturais só fazem sentido quando são pensadas, executadas e compartilhadas com os seus vizinhos, amigos e conhecidos nos seus próprios territórios. Essas duas partes são inseparáveis: a experiência em si e o lugar onde ela se desenvolve. Embora cada associação hoje em dia tenha mais atividades e ofereça propostas para um público mais amplo e diverso, tem muito claro qual é sua atividade principal, qual é seu carro-chefe. Nessa atividade radica a sua identidade, a sua marca e o legado que querem deixar no território. Foi assim que se evidenciou justamente que são essas atividades/práticas/experiências de lazer as que permitem e/ou favorecem a ligação do ser humano ao espaço geográfico. Nesse sentido, cabe acrescentar um dato relevante. Das oito pessoas entrevistadas, seis (75%) moram, trabalham e usufruem esses territórios. Das duas restantes, uma conviveu quase que diariamente pelo período de nove anos e a outra, de segunda a sexta, essa é ainda a sua (segunda) casa. O fato da maioria deles morar no bairro faz com que essas propostas de lazer alcancem um sentido mais profundo, já que são destinadas a pessoas com as quais eles convivem e tem a ver com a identidade do território que eles querem construir e projetar.

Não obstante, não é possível desconsiderar a delicada questão que é a sobrevivência econômico-financeira desse tipo de associação. E mais ainda quando o contexto é caracterizado pela instabilidade político-econômica do sistema capitalista neoliberal globalizado e como ele impacta no âmbito cultural dos países em desenvolvimento. Historicamente são sempre esses âmbitos os mais afetados pelas crises econômicas e pelas volubilidades políticas. Por isso, o fato de conseguir uma lei específica para os pontos de cultura e o programa Cultura Viva pode ser considerado um ganho, uma vitória, digamos assim, relativa. Porque, se por um lado, a partir dessa lei, as associações obtiveram o respaldo do Estado através da chancela, o que facilitou tanto a captação de recursos quanto a prestação de contas, por outro, depois de quase três anos de aprovada a lei, e devido sobretudo às questões políticas, não tem havido um avanço significativo do programa Cultura Viva que correspondesse à grande expectativa gerada pela aprovação da lei. Apesar de todas essas questões, a ação Ponto de Cultura e o programa Cultura Viva continuam reconhecendo e

aumentando a rede por meio da autodeclaração. Embora esse reconhecimento seja apenas efetivado através da plataforma de autodeclaração, colocada no site do Programa Cultura Viva do MinC, e os encontros a nível estadual e federal para intercâmbio e troca de experiências entre os pontos de cultura tenham se acabado, os pontos de cultura possuem uma lei que os ampara como coletivo e possuem nas suas costas 14 anos de articulação em rede mediante a qual conseguiram ocupar (e ainda ocupam) lugares chaves no aparato político nacional.

Atrelado ao anteriormente exposto, uma questão a destacar é que os três indicadores tomados e adaptados da proposta metodológica desenvolvida por Marcelo Matos (2010), junto com uma quarta categoria por nós escolhida, permitiram enxergar aspectos sensíveis do território e como as pessoas atuantes nos pontos de cultura estabeleciam um diálogo com o espaço geográfico, o bairro, através de elementos simbólico-afetivos como são a arte, o lazer, a cultura, a memória, as emoções e as sensibilidades. Assim, através das categorias Identidades do território, Atividades de lazer, Memória coletiva e Sentido de lugar, conseguimos perceber, por um lado, os mapas de lazer presentes nos dois bairros e, por outro, a maneira como essas pessoas atuantes se relacionavam com os espaços que compõem a sua memória individual e contribuem na construção da sua identidade geográfica ou, em palavras do geógrafo espanhol Horacio Capel (1981), da sua geografia pessoal. Tanto o levantamento de espaços vinculados ao lazer quanto os lugares que faziam parte da memória vieram a conformar o conjunto de sentimentos, valores, significados, sensações e emoções que todo espaço possui e que, em palavras de Matos (2010), é denominado como sensibilidade do lugar.

Através dessas categorias de análise, foi possível enxergar que a articulação entre território, cultura e lazer funciona a partir de uma determinação que é um desejo vinculado ao afetivo, à identificação, à representação e ao sentido de pertencimento, de querer ver acontecer esse tipo de experiência cultural e de lazer nesse território específico. Ou seja, parte do desejo do diretor/coordenador da associação em viabilizar essa proposta cultural no seu bairro e poder expandi-la para todas as pessoas que nele habitam, assim como também para os moradores dos bairros vizinhos e do restante da cidade. Todas as pessoas de ambas as associações manifestaram que o lazer e o cultural fazem parte de suas memórias e também compõem o sentido de lugar, ou seja, dão sentido ao espaço que habitam. Dentre esses vínculos simbólico-afetivos que estão por trás das duas associações, podemos

nomear a alegria, a identificação, a representatividade e o sentido de pertencimento com o bairro; a solidariedade, a preocupação, a busca pela transformação social, a alteridade e a empatia com os demais moradores e, por último, a intenção de mudar o preconceito de que a periferia e a favela estão associadas diretamente à escassez, à carência, à criminalidade, à falta de qualidade dos espetáculos, eventos e shows que produzem.

Como se desprende das falas dos entrevistados, esses vínculos simbólico-afetivos que conectam as pessoas com o território, passam, de alguma ou outra forma, pelas práticas de lazer e/ou pelas experiências culturais. Seja como produtores e realizadores ou como praticantes e protagonistas das mesmas. Esse conjunto de experiências (de lazer e culturais) ajudam a conformar, em um mesmo tempo, duas identidades: a das pessoas de forma individual e coletiva, e a do território.

Nesse sentido, as pessoas, que usufruem o lazer e a cultura no seu bairro, apoiam e se identificam completamente com essas vivências e as preservam com o intuito de que elas continuem a crescer e a atingir cada vez mais indivíduos. Por tudo o que foi dito durante as entrevistas e percebido nas observações de campo, podemos dizer que o lazer e a cultura desempenham um papel crucial de ligação do ser humano com o território, uma vez que o indivíduo expressa, tanto de maneira consciente como inconsciente, toda sua subjetividade em estreita relação com o território. E é a partir dele que constrói sua identidade como sujeito e como parte de um coletivo, sendo influído e influenciado pelo espaço geográfico e criando raízes tanto físicas e/ou objetivas (que tem a ver com a moradia, as alternativas de transporte público, a existência de hospitais, escolas e demais comércios de primeira necessidade, como, por exemplo, farmácias e supermercados) quanto simbólicas e/ou subjetivas (amizades, família, vivências) com esse território.

Cabe lembrar que os espaços escolhidos para este estudo foram dois bairros entre muitos, duas associações entre muitas e também foram dois grupos de pessoas entre tantos outros. Isso significa que outros coletivos podem representar no mesmo território outros vínculos simbólico-afetivos assim como também outros territórios podem estar atrelados a outras ligações. Por isso, ao longo da nossa pesquisa vislumbramos vários assuntos instigantes e atraentes, mas como não eram objeto específico deste trabalho não conseguimos abordar em profundidade. Dessa maneira, acreditamos que, dentre esses assuntos, estão por trás novas investigações que podem chegar a dialogar com a nossa. Assim, por um viés marxista sob a ótica de

David Harvey, seria interessante indagar se a ação Ponto de Cultura e o programa Cultura Viva poderiam tornar-se uma política cultural revolucionária⁸⁴, de resistência anticapitalista e contra a (re) produção capitalista do espaço. Outra proposta de pesquisa poderia ocorrer a partir da investigação realizada por João Luiz Pereira Domingues (2008), na sua tese de doutorado, na qual explora o programa Cultura Viva como possibilidade de emancipação para as classes populares. Nessa linha, seria interessante investigar se o lazer poderia funcionar de fato como um recurso para essa emancipação. Decorrente dessa proposta, pensamos também que é relevante propor um estudo que relacione o lazer e os movimentos sociais. A partir daí, cremos relevante pesquisar se o lazer poderia ser concebido como uma ação de resistência/resiliência contra o fenômeno cada vez mais presente e violento de gentrificação.

Acreditamos que, de alguma forma, essas propostas foram abordadas, mesmo que tangencialmente, ou puderam ser vislumbradas em algumas entrelinhas desta tese que aqui termina e que se abre continuamente para outros estudos possíveis. Na investigação, ficou evidente que, diante do abandono e/ou desprezo por parte do Estado para com certas zonas da cidade, essas associações socioculturais, através do lazer e da cultura, se ancoram no território e, dessa forma, encontram sua maneira de marcar presença física no espaço, sua forma de resistir e de serem resilientes, o que, em resumo, nada mais é que uma posição política que une o simbólico com o geográfico.

⁸⁴ Depoimento de Boaventura de Sousa Santos no lançamento da Lei Cultura Viva: <https://www.youtube.com/watch?v=iNfRh9z1moc>. Acesso em: 21 maio 2018.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. A. Sobre a memória das cidades. **Revista da Faculdade de Letras – Geografia**, I série. Porto, v. XIV, p. 77-97, 1998.

AL, Stefan. All under one roof: how malls and cities are becoming indistinguishable. **The Guardian**, International Edition, 16 março 2017. Cities. Disponível em <<https://www.theguardian.com/cities/2017/mar/16/malls-cities-become-one-and-same>>. Acesso em 23 março 2017.

ALMEIDA de, A. B. **O espaço de lazer em Santa Felicidade – Curitiba (PR):** decodificação do significado do espaço por meio da leitura e representação do lugar. 2011. 124 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Terra) – Departamento de Geografia, Universidade Federal do Paraná, 2011.

ALVES, G. V. **Um pedaço do Brasil:** a roda de samba como espaço de lazer – o Quintal da Divina Luz. 2010. 150 f. Dissertação (Mestrado em Lazer) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

AROSTEGUY, A. Los desafíos de las ICCs en el entorno capitalista neoliberal contemporáneo. In: CUENCA, J.; AHEDO, R. (Eds.) **Efectos sociales del ocio y las industrias creativas y culturales:** una mirada desde diversos ámbitos, colectivos y contextos. 1 ed. Bilbao: Universidad de Deusto, 2016. p. 77-91.

ARREGUY, C. A. C. e RIBEIRO, R. R. (coords.) **Histórias de bairros [de] Belo Horizonte:** Regional Centro-Sul. Belo Horizonte: APCBH e ACAP-BH, 2008. 62 p.

_____. **Histórias de bairros [de] Belo Horizonte:** Regional Leste. Belo Horizonte: APCBH e ACAP-BH, 2008. 58 p.

BAIRRO SANTA TEREZA BELO HORIZONTE MG / BH. Disponível em: <<http://santaterezatem.com.br/index.php/bairro-santa-tereza/>>. Acesso em 13 jul. 2017.

BARBOSA, J. L. Território e Cultura na Metrópole. In: ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS, 16, 2010, Porto Alegre. **Anais...** Crise, práxis e autonomia: espaços de resistência e de esperanças. Porto Alegre, 2010. p. 1-7.

_____. O ordenamento territorial urbano na era da acumulação globalizada. In: SANTOS, M., BECKER, B. (orgs.) **Território, Territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 2 ed. Rio de Janeiro: PPGEU/UFF, 2006. p. 125-146.

_____. Os Espaços Populares na Política Pública Cultural. **Observatório de Favelas**. Disponível em: <<http://of.org.br/acervo/os-espacos-populares-na-politica-publica-cultural/>>. Acesso em 2 ago. 2016.

BARBOSA da SILVA, F. A., ABREU, L. E. (Orgs.) **As políticas públicas e suas narrativas: o estranho caso entre o Mais Cultura e o Sistema Nacional de Cultura**. Brasília: IPEA, 2011a. 226 p.

BARBOSA, F., CALABRE, L. (Orgs.) **Pontos de cultura: olhares sobre o Programa Cultura Viva**. Brasília: IPEA, 2011b. 245 p.

BAREL, Y. Le social et ses territoires. In: Auriac, F. e Brunet, R. (orgs.) **Espaces, Jeux et Enjeux**. Paris: Fayard e Fondation Diderot, 1986. p. 129-140.

BARROS, J. M. **Cultura e Comunicação nas avenidas do contorno em Belo Horizonte e La Plata**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2005. 228 p.

BAUMAN, Z. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. 138 p.

BECK, U. **O que é globalização? Equívocos do globalismo, respostas à globalização**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 282 p.

BENTES, I. Cultura viva: processo culturais inovadores. In: ORTIZ, S. M. (comp.) **Cultura Urbana para la Inclusión em América Latina**. Madrid: SEGIB, 2017. p. 123-134.

_____. Ocupar: zonas autônomas temporárias e partilha do comum. **P2P e Inovação**, Brasília, v. 3 n. 1, p. 37-50, set./mar. 2017b.

_____. Da Hiperfragmentação ao Estado-Rede, Políticas Culturais no Brasil. **Interesse Nacional**, São Paulo, n. 29, ano 8, s/p, abril-junho 2015.

BERGSON, H. **Matéria e memória**. São Paulo: Martins Fontes, 1990. 304 p.

BERQUE, A. Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: elementos da problemática para uma Geografia Cultural. In: ROSENDAHL, Z., CORRÊA, R. L. (Orgs.) **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p. 84-91.

BEZERRA, H.J. e BARROS, J.M. O Cultura Viva e sua potência discursiva. **Políticas Culturais em Revista**, Salvador, v.2, n.7, p. 118-135, 2014.

BLUME, R. **Território e Ruralidade**: a desmistificação do fim do rural. 2004. 179 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

BOLIGIAN, L. e ALMEIDA, R. D. de. A transposição didática do conceito de território no ensino de geografia. In: OLIVEIRA GERARDI, L. H. (org.) **Ambientes**: estudos de geografia. Rio Claro: AGETEO, 2003. p. 235-248.

BONNEMAISON, J. e CAMBRÉZY, L. Le lien territorial: entre frontières et identités. **Géographies et Cultures**, Paris, n. 20, p. 7-18, 1996.

BOSI, E. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. 219 p.

BRICS – BRASIL, RÚSSIA, ÍNDIA, CHINA E ÁFRICA DO SUL. Disponível em: <<https://www.suapesquisa.com/pesquisa/bric.htm>>. Acesso em 27 jul. 2017.

BRIZUELA, J. I. **Território e Políticas Culturais**: reflexões metodológicas a partir de Milton Santos, Rodolfo Kusch e Néstor García Canclini. 2017. 208 f. Tese (Doutorado em Cultura e Sociedade) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Prof. Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

BUTTNER, A. Aprendendo o dinamismo do mundo vivido. In: CHRISTOFOLETTI, A (org.) **Perspectivas da geografia**. São Paulo: DIFEL, 1985. p. 165-193.

CALABRE, L. e LIMA, D. R. DO do-in antropológico à política de base comunitária – 10 anos do Programa Cultura Viva: uma trajetória de relação entre Estado e sociedade. **Políticas Culturais em Revista**, Salvador, v.2, n.7, p. 6-25, 2014.

CAMPBELL, Brígida. **Arte para uma cidade sensível**. São Paulo: Editora Invisíveis Produções, 2015. 320 p.

CAMPOS TEMÁTICOS PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – UFF. Disponível em: <<http://www.posgeo.uff.br/campos-tematicos>>. Acesso em 24 jul. 2017.

CAPEL, H. **Filosofía y ciencia en la Geografía contemporánea**. Barcelona: Barcanova, 1981. 477 p.

CAPILARIDADE – WIKIPEDIA. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Capilaridade>>. Acesso em 29 ago. 2017.

CASADESÚS, M; Heras, I; Merino, J. **Calidad práctica**: una guía para no perderse en el mundo de la calidad. Barcelona: Prentice-Hall, 2005. 282 p.

CASA DO BECO – HISTÓRIA. Disponível em: <<http://casadobeco.org.br/historia/>>. Acesso em: 11 jul. 2016.

CENTRAL ÚNICA DAS FAVELAS – CUFA. Disponível em: <<http://cufabh.blogspot.com/>>. Acesso em: 15 abr. 2018.

CIRCUITO LIBERDADE. Disponível em: <<http://www.circuitoliberalde.mg.gov.br/pt-br/circuito-liberdade-br/historia>>. Acesso em 13 jul. 2017.

CLAVAL, P. **A Geografia Cultural**. 3. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007. 453 p.

_____. O Papel da Nova Geografia Cultural na Compreensão da Ação Humana. In: ROSENDAHL, Z., CORRÊA, R. L. (orgs.) **Matrizes da Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 35-86.

COELHO, T. **Dicionário Crítico de Política Cultural**: cultura e imaginário. São Paulo: Editora Iluminuras, 1997. 448 p.

CORRÊA, R. L. Redes Geográficas: reflexões sobre um tema persistente. **Cidades**. São Paulo, v. 9, n. 16, p. 199-218, 2012.

CORRÊA, R. L e ROSENDAHL, Z. Apresentando Leituras sobre Paisagem, Tempo e Cultura. In: ROSENDAHL, Z., CORRÊA, R. L. (orgs.) **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p. 7-11.

COSGROVE, D. A Geografia está em toda a parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: ROSENDAHL, Z., CORRÊA, R. L. (orgs.) **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p. 92-112.

COSTA SILVEIRA, A. C. **Um olhar sobre a política urbana de Belo Horizonte**: há espaço para o lazer dentro do planejamento urbano? 2010. 132 f. Dissertação (Mestrado em Lazer) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

CRITÉRIOS PARA A CERTIFICAÇÃO SIMPLIFICADA. Disponível em: <<http://culturaviva.gov.br/criterios-da-autodeclaracao/>>. Acesso em 17 jul. 2017

CUENCA, M. Aproximación al ocio valioso. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**. Belo Horizonte, v. 1, n.1, p. 21-41, jan./abr. 2014.

_____. **Ocio Humanista**: dimensiones y manifestaciones actuales del ocio. Bilbao: Universidad de Deusto, 2009. 307 p.

_____. (coord.) **Aproximación Multidisciplinar a los Estudios de Ocio**. Bilbao: Universidad de Deusto, 2006. 222 p.

_____. **Pedagogía del Ocio**: modelos y propuestas. Bilbao: Universidad de Deusto, 2004. 358 p.

CULTURA VIVA: O QUE É A POLÍTICA NACIONAL DE CULTURA VIVA – PNCV? Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/cultura-viva1>>. Acesso em 2 ago. 2016.

_____. MINISTRO JUCA FERREIRA RECEBE COMISSÃO NACIONAL DOS PONTOS DE CULTURA. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset_publisher/OiKX3xlR9iTn/content/ministro-juca-ferreira-recebe-comissao-nacional-dos-pontos-de-cultura/10883>. Acesso em 24 março 2017.

_____. CRITERIOS PARA A AUTODECLARAÇÃO. Disponível em: <<http://culturaviva.gov.br/saiba-mais/#quais-os-criterios>>. Acesso em 24 ago. 2017.

CRUZ, M. **O Morro do Papagaio**. Belo Horizonte: Conceito, 2009. 116 p.

DARDEL, E. **O Homem e a Terra**: natureza da realidade geográfica. São Paulo: Perspectiva, 2015. 160 p.

DEBORTOLI, J.A.O. Linguagem: marca da presença humana no mundo. In: CARVALHO, A. *et al.* (Org.). **Desenvolvimento e aprendizagem**. Belo Horizonte: Editora UFMG/PROEX-UFMG, 2002. p.73-76.

DE GRAZIA, S. **Tiempo, trabajo y ocio**. Madrid: Tecnos, 1966. 459 p.

DO-IN – WIKIPEDIA. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Do-in>>. Acesso em 23 out. 2017.

DOMINGUES, J. L. P. **Programa Cultura Viva**: políticas culturais para a emancipação das classes populares. 2008. 216 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

DORNELES, P. **Identidades Inventivas**: territorialidades na rede Cultura Viva na Região Sul. 2011. 371 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011a.

_____. Território e Territorialidades na rede Cultura Viva da Região Sul: programa Cultura Viva/Ministério da Cultura. In: BARBOSA, F. e CALABRE, L. (orgs.) **Pontos de Cultura**: olhares sobre o Programa Cultura Viva. Brasília: Ipea, 2011. p. 229-245.

DUMAZEDIER, J. **A Revolução Cultural do tempo livre**. São Paulo: Sesc Studio Nobel, 1994. 199 p.

_____. **Valores e Conteúdos Culturais do Lazer**: planejamento de lazer no Brasil. São Paulo: Sesc, 1980. 176 p.

_____. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978. 248 p.

_____. **Lazer e Cultura Popular**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976. 336 p.

_____. **Hacia una civilización del ocio**. Barcelona: Estela, 1964. 345 p.

EDITAL DE SELEÇÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DE PONTOS DE CULTURA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, Nº 01, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset_publisher/OiKX3xIR9iTn/content/edital-pontos-de-cultura-de-minas-gerais-194313/10883/maximized>. Acesso em: 23 ago. 2015.

EDITAL FUNDO ESTADUAL DE CULTURA 02/2016 – PONTOS E PONTÕES DE CULTURA, SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DE MINAS GERAIS, DE 20 DE MAIO DE 2016. Disponível em: <<http://www.cultura.mg.gov.br/images/documentos/Fundo%20Estadual%20de%20Cultura%20%20Edital%2002%202016%20%20Pontos%20e%20Pont%C3%B5es%20de%20Cultura.pdf>>. Acesso em 11 jul. 2016.

FERRARA, L. A. **Olhar periférico**: informação, linguagem, percepção ambiental. São Paulo: EdUSP, 1999. 280 p.

FLORIDA, R. **Las ciudades creativas**: por qué donde vives puede ser la decisión más importante de tu vida. Barcelona: Paidós, 2009. 368 p.

FIGUEIRERO, J. L. e CARVALHO, R. El clúster de la industria cinematográfica en Río de Janeiro y sus fuentes de crecimiento. **International Journal of Arts Management**, Montreal, v. 18, n. 3, p. 212-231, May/July 2016.

FOLETTTO, MÁRCIA. Brígida Campbell, artista plástica: 'A cidade somos nós a fazê-la'. **O Globo**, Rio de Janeiro, 31 jun. 2017. Caderno Sociedade. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/sociedade/conte-algo-que-nao-sei/brigida-campbell-artista-plastica-cidade-somos-nos-faze-la-19120830>>. Acesso em 20 abr. 2016.

FUNDAÇÃO CLÓVIS SALGADO – APRESENTAÇÃO. Disponível em: <http://www.fcs.mg.gov.br/index.php?option=com_gmg&view=page&id=2600&controller=page&Itemid=1159>. Acesso em 13 jul. 2017.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. São Paulo: LTC, 1989. 216 p.

GLASS, R. **London, Aspects of Change**. London: MacKibbon and Kee, 1964. 342 p.

GOMES, C. L. Lazer: Necessidade humana e dimensão da cultura. **Revista Brasileira do Lazer**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 3-20, jan./out. 2014.

_____. Estudos do lazer e geopolítica do conhecimento. **Licere**, Belo Horizonte, v.14, n.3, p.1-25, set/2011.

_____. GOMES, Christianne Luce. (Org.). **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004. 240 p.

GONZÁLEZ REY, F. **Sujeito e Subjetividade**: uma aproximação histórico-cultural. São Paulo: Thomson, 2003. 290 p.

GOYTIA, P. A. e AROSTEGUY, A. La oferta cultural pública como instrumento innovador para la generación de valores. In: MADARIAGA, O. A., CUENCA, A. J. (eds.) **Los valores del ocio**: cambio, choque e innovación. Bilbao: Universidad de Deusto, 2011. p. 293-316.

GRUPO CULTURAL MENINAS DE SINHÁ – HISTÓRIA. Disponível em: <<http://meninasdesinha.org.br/o-grupo/>>. Acesso em: 1 maio 2018.

GUIA BH – BAIRRO SAVASSI. Disponível em <<https://www.guiabh.com.br/estabelecimento/savassi>>. Acesso em: 26 abr. 2018.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. v.5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 448 p.

HAESBAERT, R. Território e Multiterritorialidade: um debate. In: VASCONCELOS JÚNIOR, R. E. de P., COSTA, O. J. L., SILVA, J. F. da HAIASHIDA, K. A., OLIVEIRA, S. B., (Orgs.) **Multiterritorialidades e Novas Práticas Culturais**. Fortaleza: RDS, 2012. p. 11-52.

_____. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. 396 p.

_____. Território e Multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, Niterói, ano IX, n. 17, p. 19-46, 2007.

_____. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10, 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: EdUSP, 2005. p. 6774-6792.

_____. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE MÚLTIPLAS TERRITORIALIDADES, 1, 2004, Porto Alegre. **Revista GEOgraphia**, ano IX, n 17, 2007. Niterói: EdUFF, 2004, p. 19-46. É um documento de evento dentro de uma revista?

_____. **Territórios Alternativos**. São Paulo/Niterói: Editora Contexto/Eduff, 2002. 186 p.

_____. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Z., CORRÊA, R. L. (Orgs.) **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p. 169-190.

_____. Território, poesia e identidade. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n.3, p.20-32, jan. 1997.

HAESBAERT, R. e LIMONAD, E. O território em tempos de globalização. **etc, espaço, tempo e crítica**, Niterói, v.1, n.4, p. 39-52, agosto de 2007.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 2006. 224 p.

HALL, S. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 22, n.2, p. 15-46, jul./dez. 1997.

HARDT, M. e NEGRI, A. **Bem-estar comum**. São Paulo: Record, 2016. 476 p.

_____. **Commonwealth**. El proyecto de una revolución del común. Madrid: Akai, 2009. 434 p.

_____. **Multidão**: guerra e democracia na era do império. Rio de Janeiro: Record, 2005. 532 p.

_____. **Multitude**: war and democracy in the age of empire. New York: The Penguin Press, 2004. 426 p.

_____. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001. 504 p.

HARVEY, D. **Seventeen Contradictions and the End of Capitalism**. London: Profile Books, 2014a. 353 p.

_____. **Cidades Rebeldes**: do direito às cidades à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014b. 294 p.

_____. **O Neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2014c. 155 p.

_____. The Right to the City. **New Left Review**, Londres, v. II, n. 53, p. 23-40, setembro/outubro 2008.

_____. **Spaces of Hope**. Edinburg: Edinburg University Press, 2000. 293 p.

_____. **The Condition of Postmodernity**: an enquiry into the origins of cultural change. Cambridge, MA: Blackwell, 1990. 392 p.

HERRERA, J. Cartografia social, 2008. Disponível em: <http://www.juanherrera.files.wordpress.com/2008/01/cartografia-social.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2017.

HOLANDA, J. Pontos de cultura, autodeclaração e identidade. **Observatório da Diversidade Cultural**, Belo Horizonte, 1 de fevereiro 2016. Disponível em: <http://observatoriodadiversidade.org.br/site/pontos-de-cultura-autodeclaracao-e-identidade/>. Acesso em: 24 março 2017.

HOWKINS, J. **The Creative Economy**: how people make money from ideas. London: Penguin, 2001. 288 p.

IGARZA, R. **Burbujas de ocio**: nuevas formas de consumo cultural. Buenos Aires: La Crujía, 2009. 128 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTADÍSTICA. ESTIMATIVAS DE POPULAÇÃO. Disponível em: https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2016/estimativa_dou.shtm. Acesso em 22 ago. 2017.

_____. POPULAÇÃO BELO HORIZONTE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/belo-horizonte/panorama>. Acesso em: 13 jun. 2018.

_____. POPULAÇÃO UBERABA. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/uberaba/panorama>. Acesso em: 13 jun. 2018.

_____. POPULAÇÃO SABARÁ. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/sabara/panorama>. Acesso em: 13 jun. 2018.

_____. POPULAÇÃO GOVERNADOR VALADARES. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/governador-valadares/panorama>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS – PONTOS DE MEMÓRIA. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/acessoainformacao/acoes-e-programas/pontos-de-memoria/>>. Acesso em 12 de dez. 2017.

JACQUES, M. The rebel alliance of British talents. **The Guardian**, 20 fev. 1997.

JULIÃO, L. Belo Horizonte: Itinerários da cidade moderna (1891-1920). In: DUTRA, Eliana (Org.) **BH Horizontes Históricos**. Belo Horizonte: C/ARTE, 1996. 344 p.

LANÇAMENTO LEI CULTURA VIVA – BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=iNfRh9z1moc>>. Acesso em: 21 maio 2018

LAGOA DA PAMPULHA. Disponível em: <<http://www.belo Horizonte.mg.gov.br/atrativos/roteiros/marcos-damodernidade/lagoa-da-pampulha>>. Acesso em 13 jul. 2017.

LAINÉ, P. Hipótesis prospectivas del tiempo libre. In: **Tiempo libre**: los grandes problemas que plantea a nuestra civilización. Bilbao: Desclée de Brouwer, 1970. p. 80-81.

LAZZARATO, M. A era do homem endividado. **Le Monde Diplomatique**, Brasil. Edição 55, s/p, 6 de fev. 2012.

_____. **La fabrique de l'homme endetté**: essai sur la condition néolibérale. Paris: Éditions Amsterdam, 2011. 123 p.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Editora Moraes, 1991. 144 p.

LIBÂNIO, C. (org.) **Grupo do Beco e Casa do Beco**: 20 anos de trajetória artística e comunitária. Belo Horizonte: Favela é isso aí, 2016. 224 p.

LINHA 1: POLÍTICAS, ESPACIALIDADES, RELAÇÕES E CONFLITOS SOCIOCULTURAIS. Disponível em: <<https://www.ppcultuff.com/discentes-l-1>>. Acesso em 27 maio 2018.

LISTA DE BAIROS DE BELO HORIZONTE – WIKIPEDIA. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_bairros_de_Belo_Horizonte>. Acesso em: 1 maio 2018.

LISTAGEM DOS POLOS – CIDADES POLOS MINAS GERAIS. Disponível em: <<http://polos.unoparead.com.br/mg>>. Acesso em 11 jan. 2018.

LYNCH, K. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997. 227 p.

MAGNANI, J. Da periferia ao centro, cá e lá: seguindo trajetos, construindo circuitos. **Anuário Antropológico** [Online], Brasília, v. II, p. 53-72, 2013.

_____. **Da periferia ao centro**: trajetórias de pesquisa em Antropologia Urbana. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2012. 349 p.

MATOS, M. **A sensibilidade do lugar**: uma proposta metodológica para aplicação da percepção ambiental nos planos de emergência a derrames de óleo. 2010. 172 f. Tese (Doutorado em Geografia, Área de Concentração em Organização do Espaço) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2010.

MASCARENHAS, G. Contribuições da Geografia para o Estudo do Lazer. In: MELO, V. A. (Org.) **Lazer**: olhares multidisciplinares. Campinas: Editora Alínea, 2010. p. 139-160.

MASCARENHAS, F. Em busca do ócio perdido: idealismo, panacéia e predição histórica à sombra do lazer. In: Padilha, V. (Ed.) **Dialética do lazer**. São Paulo: Cortez, 2006. p. 75-103.

_____. Lazer e Trabalho: liberdade ainda que tardia. In: SEMINÁRIO “O LAZER EM DEBATE”, 2, 2001, Belo Horizonte. **Coletânea II Seminário “o Lazer em Debate”**. Belo Horizonte: Imprensa Universitária/CELAR/DEF/UFMG, 2001. p. 81-93.

MENDES, R. Globalização, urbanização e lazer. **Experimental**, São Paulo, ano 1, num. 1, p. 69-76, jul. 1996.

MENESES, C. S. **Pontos de Cultura**: uma inflexão na política cultural brasileira? 2013. 111 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Prof. Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

MESQUITA, Z. Do território à consciência territorial. In: MESQUITA, Z. e BRANDÃO, C. R. (orgs.) **Territórios do cotidiano**: uma introdução a novos olhares e experiências. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS – Ed. Universidade de Santa Cruz do Sul/UNISC, 1995. pp. 76-92.

MINISTÉRIO DA CULTURA. MinC certifica 121 novos Pontos de Cultura. Disponível em: http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset_publisher/OiKX3xIR9iTn/content/id/1338669>. Acesso em 13 jun. 2016.

_____. **Programa Cultura Viva**: documento base. Brasília: MinC, 2013. 37 p.

_____. **Relatório de redesenho do Programa Cultura Viva**. Brasília: MinC, 2012. 37 p.

_____. **Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania**. Brasília: MinC, 2010. 117 p.

_____. **Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania**. Brasília: Ministério da Cultura, 2008. 74 p.

_____. **Programa Nacional de Arte, Educação, Cidadania e Economia Solidária**. Brasília: MinC, 2005. 88 p.

MORAES, A. C. R. e FERNANDES, F. (org.). **Ratzel - Geografia**. São Paulo: Ed. Ática, 1990. 199 p.

MORE, T. **Utopia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. 256 p.

MUNEE, F. **Psicosociología del tiempo libre**: un enfoque crítico. México: Trillas, 1980. 206 p.

MUSEU DOS QUILOMBOS E FAVELAS URBANOS – MUQUIFU. Disponível em: <http://www.belo Horizonte.mg.gov.br/local/atrativo-turistico/artistico-cultural/muquifu-museu-dos-quilombos-e-favelas-urbanos>>. Acesso em: 1 maio 2018.

NÓBREGA FERNANDES, N. DA. **O rapto ideológico da categoria subúrbio**: Rio de Janeiro 1858/1945. Rio de Janeiro: Editora Apicuri/Faperj, 2011. 176 p.

_____. **Festa, Cultura Popular e Identidade Nacional:** as escolas de samba do Rio de Janeiro (1928-1949). 2001. 375 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

NORMAS PARA LICITAÇÕES E CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE OUTRAS PROVIDÊNCIAS. **Lei nº 8.666**, de 21 de junho de 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l8666cons.htm>. Acesso em 15 março 2018.

NUNES, Ariel F. **Pontos de cultura e os novos paradigmas das Políticas Públicas Culturais:** reflexões Macro e Micro-Políticas. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011. Disponível em: <<http://www.casaruibarbosa.gov.br>>. Acesso em: 27 março 2017.

NUNES, R. C. INSTITUTO GRUPO VERITAS DE PESQUISA. Antropologia, 2016. Disponível em: <http://portalgvp.org/home/sobre-as-areas/antropologia>. Acesso em: 30 ago. 2017.

OBSERVATÓRIO DA DIVERSIDADE CULTURAL. Disponível em: <<http://observatoriodadiversidade.org.br/site/institucional/o-que-e/>>. Acesso em 26 abril 2018.

OLIVEIRA, A. L. **Música e Vida Urbana:** encontros e confrontos da cidade do Rio de Janeiro (1990-2008). 2008. 270 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

_____. **Política cultural e o espetáculo urbano:** uma reflexão sobre o direito à cidade no Rio de Janeiro. 2004. 315 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

O QUE É UM DOUTORADO SANDUÍCHE? Disponível em: <<https://www.hotcourses.com.br/study-abroad-info/subject-info/o-que-e-doutorado-sanduiche/>>. Acesso em 10 jun. 2018

PARQUE MUNICIPAL AMÉRICO RENNÉ GIANNETTI. Disponível em <<http://www.belo Horizonte.mg.gov.br/local/servico-turistico/espaco-para-evento/aberto/parque-municipal-americo-renne-giannetti>>. Acesso em 17 jul. 2017.

PASSOS, E., KASTRUP, V. e ESCÓSSIA, L. DA (orgs.). **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009. 207 p.

PERES, F. de F. e MELO, V. A. Espaço, lazer e política: desigualdades na distribuição de equipamentos culturais na cidade do Rio de Janeiro. **Revista Digital EFDeportes.com**, Buenos Aires, n. 93, Ano 10, fevereiro 2006. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd93/rio.htm>. Acesso em: 9 de março 2014.

PSICOLOGÍA ONLINE – ¿QUÉ ES LA CARTOGRAFÍA SOCIAL? Disponível em: <http://mentepsicologia.blogspot.com/2012/02/que-es-la-cartografia-social.html>. Acesso em: 24 fev. 2017.

POLÍTICA NACIONAL DE CULTURA VIVA. **Lei nº 13.018**, de 22 de julho de 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2011-2014/2014/Lei/L13018.htm. Acesso em 2 agosto 2016.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Apresentação da edição em português. In: LANDER, E. (comp.). Ciencias sociales: saberes coloniales y eurocéntricos. In: La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. **Perspectivas Latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2000. Disponível em: http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Tonico/2s2012/Texto_1.pdf. Acesso em 6 set. 2016.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CULTURA E TERRITORIALIDADES – UFF. Disponível em: <https://www.ppcultuff.com/>. Acesso em 24 jul. 2017.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder y clasificación social. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. (Orgs.). **El giro decolonial**. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidad Central-IESCO, Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 285-327.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. 270 p.

REGO, N. Geração de ambiências: três conceitos articuladores. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 33, n. 1, p. 46-53, jan./abr. 2010.

REGO, N. et al. (orgs.) **Um pouco do mundo cabe nas mãos**: geografizando em educação o local e o global. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2003. 310 p.

REGO, N.; SUETERGARAY, D.; HEIDRICH, A. (orgs.) **Geografia e educação: geração ambiências**. Porto Alegre: UFRGS, 2000. 123 p.

RENA, N. Arte, espaço e biopolítica. In: RENA, N., OLIVEIRA, B., CUNHA, M. H. (Orgs.) **Arte e espaço: uma situação política do século XXI**. Belo Horizonte: Duo Editorial, 2015. p. 22-75.

RENA, N., BERQUÓ, P., CHAGAS, F. Biopolíticas espaciais gentrificadoras e as resistências estéticas biopotentes. **Lugar Comum: estudos de mídia, cultura e democracia**, Rio de Janeiro, n. 41, abril de 2014. Disponível em: <<http://uninomade.net/wpcontent/files/mf/111404140948Revista%20completa%20n.%2041.pdf>>. Acesso em: 9 set. 2016.

RESULTADO SELEÇÃO PONTOS DE CULTURA EDITAL 01/2008: SELECIONADOS. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/documents/10883/38605/selecionados2-pontos-de-cultura-2008.pdf/2c3f7735-263f-4b4a-9dac-040d0e244a78>>. Acesso em 23 março 2016.

RIBEIRO, M. R. **Planejamento urbano, espaços públicos de lazer e turismo no bairro Uberaba em Curitiba – PR**. 2005. 122 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

SADER, E. Viagem ao Brasil “des-silenciado”. In: TURINO, C. **Ponto de Cultura: o Brasil de baixo para cima**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2010. p. 7-9.

SANTIAGO, R. **Favelas: o coração e o beco**. Favela em pauta (blog). 2 de dezembro de 2017. Disponível em: <http://www.favelaempauta.com/favelas-o-coracao-e-o-beco/>. Acesso em: 19 maio 2018

SANTINI, A. Cultura Viva e a construção de um repertório comum para as políticas culturais na América Latina. IBERCULTURAVIVA, 21 setembro 2015. Disponível em: <http://iberculturviva.org/cultura-viva-e-a-construcao-de-um-repertorio-comum-para-as-politicas-culturais-na-america-latina/>. Acesso em: 28 março 2017.

SANTOS, B. de S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: BARREIRA, C., REGO, R. M. L., DWYER, T. (orgs.) **Sociologia e Conhecimento: além das Fronteiras**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2006.

_____. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 63, p. 237-280, outubro 2002.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**: da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. São Paulo: Edusp, 2012. 285 p.

_____. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EdUSP, 2002. 392 p.

_____. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2001. 178 p.

_____. **Território e Sociedade**: entrevista com Milton Santos. São Paulo: Perseu Abramo, 2000. 127 p.

SANTOS, M. e SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: Território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001. 480 p.

SAVASSI – HISTÓRIA DA SAVASSI. Disponível em: <<http://www.savassi.com.br/hist.htm>>. Acesso em: 26 abr. 2018.

SEABRA, O. C. L. **Meandros dos Rios nos Meandros do Poder. Tietê e Pinheiros**: valorização dos rios e das várzeas na cidade de São Paulo. 1987. 301 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

SECRETARIA DE CIDADANIA CULTURAL. **Almanaque Cultura Viva**. Brasília: MinC, 2010. 362 p.

SECRETARIA DA CIDADANIA E DA DIVERSIDADE CULTURAL. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/cidadaniaediversidade/programas//asset_publisher/rcU9JEoAYanL/document/id/1068554>. Acesso em 3 maio 2016.

_____. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/culturaviva/ponto-de-cultura/apresentacao>>. Acesso em 2 abr. 2018.

SOARES, J. W. L. **Merouca**: cidade de lazer, turismo e possibilidades no sertão cearense. 2012. 159 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2012.

SOUZA, M. L. O território sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L.; (orgs.). **Geografia**: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 77-116.

STEVENSON, D. **Information and Communications Technology in UK Schools: an independent inquiry**. London: Research Machines, 1997. 44 p.

TUAN, Y.F. **Topofilia - um estudo da percepção**: atitudes e valores do meio ambiente. Londrina: Edeal, 2012. 344 p.

_____. **Paisagens do medo**. São Paulo: Unesp, 2006. 370 p.

_____. **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983. 248 p.

_____. Humanistic geography. **Annals of the Association of American Geographers**, Washington, n. 66, n.2, p. 266-276, 1976.

TURINO, C. **Ponto de Cultura. O Brasil de baixo para cima**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2010. 256 p.

UTOPIA – WIKIPEDIA. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Utopia>>. Acesso em: 1 jun. 2018.

VIEIRA SARTÓRIO, F. D. **Lazer, cidadania e desigualdade**: um estudo sobre Vitória – ES. 2015. 181 f. Dissertação (Mestrado em Geografia, Área de concentração: Natureza, Produção do Espaço e Território) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

WEBER, E. **El problema del tiempo libre**. Madrid: Editora Nacional, 1969. 479 p.

ZONA CULTURAL PRAÇA DA ESTAÇÃO. Disponível em: <<http://www.guiadasartes.mg.gov.br/index.php/pt/circuitos/zona-cultural-praca-da-estacao>>. Acesso em 13 jul. 2017.

APÊNDICES

Apêndice 1: Resultados do levantamento do banco de teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que abordam a temática pesquisada

	Título	Autor (a)	Nível	Palavras-chave	Programa. Universidade	Data
1°	Um pedaço do Brasil: a roda de samba como espaço de lazer – 'O Quintal da Divina Luz'	Guilherm e Velloso Alves	Mestrado	Lazer, Cultura, Sociabilidade, Espaço de lazer, Roda de samba, Samba.	Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer (UFMG)	01/12/2010
2°	O espaço de lazer em Santa Felicidade - Curitiba-PR: decodificação do significado do espaço por meio da leitura e representação do lugar	Adriano Brunatto de Almeida	Mestrado	Espaço de lazer, Percepção, Lugar, Espaço vivido, Mapas mentais, Curitiba, bairro Santa Felicidade.	Pós-graduação em Geografia, Setor de Ciências da Terra (UFPR)	01/03/2011
3°	Um olhar sobre a política urbana de Belo Horizonte: há espaço para o lazer dentro do planejamento urbano?	Amanda Carolina Costa Silveira	Mestrado	Lazer, Espaço urbano, Planejamento de cidades, Belo Horizonte (MG).	Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer (UFMG)	01/03/2010

4°	Lazer, cidadania e desigualdade: um estudo sobre Vitória-ES	Fernando Domingos Vieira Sartório	Mestrado	Lazer, Cidadania, Desigualdade, Orla Noroeste	Pós-Graduação em Geografia do Centro de Ciências Humanas e Naturais (UFES)	27/02/2015
5°	Merouca: cidade de lazer, turismo e possibilidades no sertão cearense	José Wellington Lúcio Soares	Mestrado	Turismo serrano – Meruoca (CE); Cidade pequena – Meruoca (CE); Território; Lazer; Turismo.	Pós-Graduação em Geografia e Pesquisa do Centro de Ciências e Tecnologia (UECE)	01/01/2012
6°	Festa, Cultura Popular e Identidade Nacional: as escolas de samba do Rio de Janeiro (1928-1949)	Nelson da Nobrega Fernandes	Doutorado	Samba, Festa, Identidade, Cultura popular, Rio de Janeiro.	Instituto de Geociências (UFRJ)	01/06/2001
7°	Planejamento urbano, espaços públicos de lazer e turismo no bairro Uberaba em Curitiba - PR	Renata Maria Ribeiro	Mestrado	Planejamento urbano, Espaços públicos, Lazer, Turismo.	Pós-Graduação Geografia, Setor de Ciências da Terra (UFPR).	01/09/2005

Fonte: Elaboração própria, 2018

Apêndice 2: Roteiros das entrevistas

Perguntas para SEC e Regional MinC

- 1) Como e porque começou o seu envolvimento com as políticas públicas e especificamente com os Pontos de Cultura?
- 2) Em termos relativos, Belo Horizonte possui menos Pontos de Cultura que Rio de Janeiro ou São Paulo. Quais razões para esse cenário?
- 3) Por quê em Belo Horizonte houveram apenas dois editais (2008 e 2016) de Pontos de Cultura?
- 4) Qual é o critério que utilizam para selecionar os Pontos de Cultura? Que ações são realizadas com o objetivo de estimular a rede?
- 5) Como a autodeclaração impacta a política Pontos de Cultura após 12 anos de trajetória? Como está sendo realizada a transição?
- 6) Quais são os objetivos para a política Pontos de Cultura em Minas Gerais, e mais especificamente em BH, para 2020, considerando as metas do Plano Nacional de Cultura?
- 7) Na sua opinião, agora que o Programa Cultura Viva é lei, o que você destacaria e/ou mudaria na política? Quais aspectos você acha positivos e quais negativos?

Perguntas para Casa do Beco

1) Perguntas para o diretor da Casa do Beco

A – Qual o seu vínculo com o bairro, você nasceu aqui?

B – Qual é a história de ocupação desse território? Como ele se formou?

C – Quando começa o trabalho com a Casa Beco?

D – Como é estar na frente de uma associação cultural localizada em um bairro como o Morro do Papagaio?

E – O carro-chefe da casa do beco é o teatro, certo? Por quê? Como começa essa história? Essa era uma demanda do território?

F – Como é a participação dos moradores? Quais são as estratégias para atrair o público?

G – Por que vocês decidiram se tornar Ponto de Cultura?

H – Que outras atividades culturais acontecem no entorno? Como vocês se articulam com as outras propostas tanto do bairro quanto da cidade?

I – Qual é sua opinião sobre a autodeclaração?

2) Perguntas para a responsável financeira

A – Como e quando foi seu primeiro contato com a Casa do Beco? Você nasceu no morro? Qual é a sua relação com o bairro?

B – Como é seu dia a dia na Casa?

C – O que você destacaria do seu trabalho?

3) Perguntas para o coordenador pedagógico

A – Como e quando foi seu primeiro contato com a Casa do Beco? Você nasceu no morro? Qual é a sua relação com o bairro?

B – Como você desenvolve as propostas? As propostas pedagógicas desenvolvidas para a Casa são influenciadas pelo dia a dia das pessoas? Você utiliza do cotidiano para o seu trabalho?

C – Como você enxerga a Casa do Beco na perspectiva cultural da cidade?

4) Perguntas para um aluno/a (a definir)

A – Como você conheceu a Casa do Beco?

B – Que atividades você faz?

C – Que outros lugares você frequenta no bairro?

Perguntas para Grupo Luna

1) Perguntas para os responsáveis do Grupo Luna.

A – Qual o seu vínculo com o bairro, você nasceu aqui?

B – Qual é a história de ocupação desse território? Como ele se formou?

C – Quando começa o trabalho com o Grupo Luna?

D – Como é estar na frente de uma associação cultural localizada em um bairro como o Vera Cruz?

E – O carro-chefe da casa do beco é a capoeira, certo? Por quê? Como começa essa história? Essa era uma demanda do território?

F – Como é a participação dos moradores? Quais são as estratégias para atrair o público?

G – Por que vocês decidiram se tornar Ponto de Cultura?

H – Que outras atividades culturais acontecem no território? Vocês se articulam com as outras propostas tanto do bairro quanto da cidade?

I – Qual é sua opinião sobre a autodeclaração?

2) Perguntas para professora de capoeira

A – Como e quando foi seu primeiro contato com o Grupo Luna? Você nasceu no Vera Cruz? Qual é a sua relação com o bairro?

B – Você frequenta o Grupo há muito tempo, como você vê sua participação como professora?

C – Como as questões do cotidiano do território aparecem nas atividades dentro do Grupo?

D – Há outras propostas culturais no bairro? Quais você frequenta?

3) Perguntas para um aluno/a (a definir)

A – Como você conheceu o Grupo Luna?

B – Que atividades você faz?

C – Que outros lugares você frequenta no bairro?